

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

ALEXANDRE AGUIRRE

**FLORES DA CUNHA: RELAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA
COM PASSO FUNDO E REGIÃO NORTE DO RS, NAS PÁGINAS DE
O NACIONAL (1930-1937)**

Passo Fundo
2012

Alexandre Aguirre

**FLORES DA CUNHA: RELAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA
COM PASSO FUNDO E REGIÃO NORTE DO RS, NAS PÁGINAS DE
O NACIONAL (1930-1937)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, área de História Regional, como requisito parcial e final para obtenção do título de Mestre em História. Orientador: Prof. Dr. Adelar Heinsfeld.

Passo Fundo
2012

Ao meu pai, Aldo Reveilleau Aguirre, (*in memoriam*), e à minha mãe Dionez Ortiz Aguirre, mulher guerreira e alicerce da família. Ao meu irmão, Rui Iraja Ortiz Aguirre, (*in memoriam*), nos deixou durante a realização deste estudo, inspiração para seguimos em frente nesta luta de viver.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Dr. Adelar Heinsfeld, pela dedicação em ensinar, empenho em orientar o presente estudo e pelo estímulo ao pensamento reflexivo. Por ser um grande profissional e, acima de tudo, de uma ternura imensa.

À minha esposa, Mônica Caroline Roehrig de Ramos Aguirre, pelo amor, carinho e, sobretudo, pelo apoio e incentivo em todos os momentos deste estudo.

À Professora Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel, pelas críticas e contribuições de grande valia no momento da qualificação.

A Deus, por ter dado força e sabedoria ao longo deste trabalho.

Aos professores doutores, Eduardo Munhoz Svartmam, Fernando Camargo, Haroldo Loguércio Carvalho, Mário Maestri, Márcio Soares, Luis Carlos Tau Golin.

À minha tia, Teresinha Roehrig; aos meus sogros, Ativa Roehrig de Ramos e João Luiz de Ramos, exemplos de retidão.

Aos meus irmãos (as), Aguiar, Cinara, Paulo, Joel, Vanusa e seus respectivos pares.

Ao meu sobrinho, Patrick Ortiz Aguirre, pelo auxílio valioso na coleta de fontes.

À minha sobrinha, Paula Moreira Aguirre.

Ao deputado federal, Beto Albuquerque, pelo apoio e confiança.

Ao Secretário Municipal do Meio Ambiente, Clóvis Alves, pelo apoio e compreensão durante o desenvolvimento deste trabalho.

À Secretária do Programa de Pós-Graduação em História da UPF, Jênifer de Brum Palmeiras, pela sua dedicação, competência e auxílio nos trâmites burocráticos.

Aos companheiros do Partido Socialista Brasileiro (PSB) de Passo Fundo.

Ao meu grande camarada, Otávio Reichert.

Aos funcionários e estagiários do Arquivo Histórico Regional, pelo entusiasmo e dedicação em auxiliar.

A todos que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho.

“As revoluções são a locomotiva da história.”
Karl Marx

RESUMO

Esta pesquisa tem como foco principal analisar o governo de Flores da Cunha e as relações político-administrativas com o município de Passo Fundo e região norte do Rio Grande do Sul, no período em que o mesmo governou o Estado do Rio Grande do Sul, no período de 1930-1937, primeiro como interventor federal nomeado pelo chefe do Governo Provisório Getúlio Vargas e, posteriormente, eleito governador pela Assembléia Constituinte em 1934. O ponto de partida de nossa investigação é o rompimento da política do café-com-leite, predominante durante todo o período da República Velha (1889-1930). A partir desse contexto político, procuramos compreender a nova conjuntura política que se instalava no país e, ao mesmo tempo, a ascensão dos políticos riograndenses no Governo Federal, bem como os reflexos que a nova ordem política causaria no contexto nacional e regional, pois o personagem central de nossa pesquisa, Flores da Cunha, tornar-se-ia o fiel escudeiro de Getúlio Vargas, tendo em vista sua participação destacada no movimento armado de 1930 e na Revolução Constitucionalista de 1932. Para realização desta dissertação, utilizamos como fonte de pesquisa básica a imprensa local, dando destaque para as leituras realizadas nas páginas já envelhecidas do jornal *O Nacional* de Passo Fundo, além de autores que tratam do tema em questão.

Palavras-chave: Governo. Política. Revolução. Oligarquia. História Regional. Imprensa.

ABSTRACT

The aim of this work is to analyse the Flores da Cunha government and its political and administrative relationship with the city of Passo Fundo and the North of Rio Grande do Sul, from 1930-1937, when Flores da Cunha ruled the State of Rio Grande do Sul, firstly as federal intervenor appointed by the chief of Getúlio Vargas's Provisory Government and later elected as governor by the Constituent Assembly in 1934. The investigation starts from the rupture of the "coffee with milk" politics, which was predominant during the Old Republic (1889-1930). Starting from such a political context, attempts were made in order to understand the new political context established in the country and the rise of politicians from Rio Grande do Sul within the Federal Government, as well as the reflections the new political order would have both in the regional and national context, as Flores da Cunha, the main character of this study, would become Getúlio Vargas's faithful squire, given his outstanding participation in the 1930 armed movement and the 1932 Constitutional Revolution. The local press was considered as the primary source of research of this dissertation, particularly the aged pages of the *O Nacional* newspaper, from Passo Fundo, along with a bibliographical review on the issue.

Key words: Government. Politics. Revolution. Oligarchy. Regional History. Press.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI – Ação Integralista Brasileira
AHR – Arquivo Histórico Regional
AL – Aliança Libertadora
AL – Aliança Liberal
ANL – Aliança Nacional Libertadora
FUG – Frente Única Gaúcha
FUM – Frente Única Mineira
FUP – Frente Única Paulista
LEC – Liga Eleitoral Católica
LEP – Liga Eleitoral Proletária
MG – Minas Gerais
PD – Partido Democrático
PL – Partido Libertador
PP – Partido Popular
PRL – Partido Republicano Liberal
PRM – Partido Republicano Mineiro
PRP – Partido Republicano Paulista
PRP – Partido de Representação Popular
PRR – Partido Republicano Riograndense
RJ – Rio de Janeiro
RS – Rio Grande do Sul
SP – São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Manifestação política em frente à intendência municipal na avenida Brasil, poucos dias antes da revolução, em 03 de outubro de 1930.	34
Figura 2 – Embarque da força revolucionária do Cel. Quim César na Estação Ferroviária (Gare) em Passo Fundo – RS, em 9 de outubro de 1930.	39
Figura 3 – Flores da Cunha, anunciando a nominata dos candidatos do seu partido para as eleições Constituintes de 1933, em Porto Alegre – RS.	81
Figura 4 – Eleições municipais - Passo Fundo, 1935.	86
Figura 5 – Mapa sobre as eleições para a Assembleia Constituinte de 1933 – RS.....	87
Figura 6 – Quadro com os perfis profissionais, dos candidatos eleitos.	89
Figura 7 – Mapa sobre as eleições para Prefeitos Municipais – 1935 / RS.....	90
Figura 8 –Homenagem da empresa Varig, ao general Flores da Cunha em 1932.....	95
Figura 9 – O avião comercial da Varig (Lockheed- Electra, bi-motor de 600 HP para 10 passageiros), em São Miguel, Pulador (1944).	99

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 REVOLUÇÃO DE 1930: REFLEXOS NA POLÍTICA LOCAL E REGIONAL.....	22
1.1 Revolução de 1930: o pleito eleitoral e os reflexos na política de Passo Fundo e região	26
1.2 Revolução de 1930: a articulação que levou Getúlio Vargas ao poder	31
1.3 Passo Fundo: protagonista na Revolução de 1930.....	33
2 REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA 1932.....	42
2.1 Revolução Constitucionalista: a decisão de Flores da Cunha.....	47
2.2 Flores da Cunha: a gênese de uma liderança nacional.....	49
2.3 Flores da Cunha: decisão do Tribunal de Honra.....	50
2.4 O papel da Imprensa na “Revolução Constitucionalista”	55
2.5 Reconstitucionalização do Brasil: pressão e repercussão na imprensa local	56
2.6 A mediação de Flores da Cunha no processo pró-constituente	60
3 A CRIAÇÃO DO PARTIDO REPUBLICANO LIBERAL (PRL) – 1932	66
3.1 O protagonismo de Flores da Cunha, e os reflexos na política de Passo Fundo.....	66
3.2 Fundação do PRL e a oposição de Nicolau de Araújo Vergueiro	73
3.3 PRL: a luta pelo voto nas eleições de 1933, 1934 e 1935.....	78
4 O INTERVENTOR FLORES DA CUNHA E A RELAÇÃO COM PASSO FUNDO	92
4.1 Passo Fundo: a luta para receber voos da VARIG.....	92
4.2 Emancipação de Carazinho: Flores da Cunha X Nicolau de Araújo Vergueiro	100
4.3 Passo Fundo: participação no Centenário Farroupilha em 1935	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120
ANEXOS.....	124
ANEXO A – Manifesto do general Flôres da Cunha	125
ANEXO B – Programa do Partido Republicano Liberal (PRL).....	140

INTRODUÇÃO

O presente trabalho abordará o período em que Flores da Cunha¹ fora interventor federal pelo Estado do Rio Grande do Sul (1930-37), nomeado por Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório, que, posteriormente, assumiria como governador eleito pela Assembléia Constituinte em 1934. Analisaremos o novo cenário político que se modificara no país, em virtude do rompimento da política chamada de café-com-leite, ou seja, a alternância no governo federal de paulistas e mineiros. A ruptura política da oligarquia² cafeeira e mineira no comando do Brasil só fora possível a partir da vitória do movimento armado de 1930, que levou ao poder um dos líderes do Partido Republicano Riograndense (PRR), Getúlio Vargas.

A partir desse contexto político, o nosso trabalho procurou compreender a nova conjuntura política que se instalava no país e, ao mesmo tempo, a ascensão dos políticos riograndenses no governo federal, bem como os reflexos que a nova ordem política causaria no contexto nacional, regional e local, pois o personagem central de nosso estudo, Flores da Cunha, tornar-se-ia reconhecido nacionalmente, tendo em vista sua participação destacada na Revolução de 1930 e na Revolução Constitucionalista de 1932 e, por fim, sua atuação política e administrativa à frente do governo do Estado do Rio Grande do Sul.

O trabalho tem por objetivo principal analisar a relação político-administrativa de Flores da Cunha com o município de Passo Fundo e a região Norte do Rio Grande do Sul. No momento em que Getúlio Vargas surgia como o mais novo protagonista na política nacional, em virtude da vitória do movimento armado de 1930, que desalojou do poder a

¹ Nasceu no município de Santana do Livramento, no estado do Rio Grande do Sul, em 5 de março de 1880. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro. Foi nomeado em 1903 delegado de polícia no Rio de Janeiro; em 1909, filiou-se aos quadros políticos; fora eleito deputado estadual pelo Partido Republicano Rio-grandense (PRR); em 1912, eleito deputado federal pelo Ceará, para a oitava legislatura, passando a fazer parte da Comissão de Diplomacia e Tratados da Câmara dos Deputados. AITA, Carmen; AXT, Gunter. Parlamentares gaúchos José Antônio Flores da Cunha: discursos (1909-1930). Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1998. p. 75-76.

² Oligarquia significa "governo de poucos". Desde a Grécia antiga, uma conotação pejorativa envolve o termo, a exprimir governo de poucos em benefício de poucos. SOUZA, José Pedro de; GARCIA, Clóvis Lema; CARVALHO, José Fraga Teixeira de. *Dicionário de política*. São Paulo: T. A. Queirões, 1998. p. 383.

oligarquia paulista e mineira que há anos se revezavam no poder do governo federal, no governo do Rio Grande do Sul assumia o comando Flores da Cunha, que se tornaria o porta voz do Governo Provisório. Ou seja, Flores da Cunha seria o grande articulador político do estado e teria como principal missão unir “gregos e troianos” em torno do governo de Getúlio Vargas.

O rompimento com os seus ex-correligionários de partido e demais líderes políticos que faziam parte da Frente Única Gaúcha (FUG) ocorreu em virtude dos mesmos apoiarem o movimento paulista de 1932, que tinha por objetivo derrubar o governo de Getúlio Vargas e novamente assumir o poder. Como veremos mais à frente, neste trabalho, no momento que muitos achavam que Flores da Cunha apoiaria o movimento paulista, juntamente com Borges de Medeiros, Raul Pilla, Assis Brasil, entre outros, tal apoio não se concretizou, pois Flores da Cunha manteve-se fiel a Getúlio Vargas e, por conseguinte, não aderiu à revolta do movimento paulista. A oligarquia paulista clamava pela volta do país ao regime constitucional, porém o objetivo dos paulistas era mascarar seu principal objetivo de voltar governar o país e ter todos os Estados da nação sob seu controle.

Nesse contexto turbulento pós-revolução de 30 pelo qual o país passava e ainda tentativa de retomada do poder pela oligarquia paulista que culminaria com a Revolução de 1932, esse período tornou-se agitadíssimo na esfera política nacional e refletiu diretamente em todo o país, bem como as conjecturas políticas e as novas “costuras” e alianças em torno desta nova conjuntura política que se iniciava no Brasil. O objetivo do nosso trabalho é exatamente analisar esse novo contexto político que se modificava com a chegada de Getúlio Vargas ao poder e, a partir disso, abordar as nuances ocorridas em virtude dessa nova conjuntura política que se instalava no país. Ao mesmo tempo em que Getúlio Vargas emergia como a mais nova liderança política nacional, no Estado do Rio Grande do Sul, seu correligionário de partido, Flores da Cunha, assumiria o papel de porta-voz do governo federal.

Flores da Cunha criou o Partido Republicano Rio-grandense (PRL) em 1932 sob sua batuta, ou seja, esse novo partido teve o aval do chefe do Governo Provisório, pois segundo Getúlio Vargas esse partido viria salvar as conquistas da revolução, ou melhor, salvar o próprio Getúlio Vargas, que perdeu a maioria dos membros do PRR que aderiram ao movimento oposicionista paulista e agora ficava sem partido no estado para lhe dar sustentação. Enfim, a criação do PRL foi uma válvula de escape para que Getúlio Vargas e Flores da Cunha retomassem o controle político no estado. Essa relação próxima de Flores

da Cunha com o governo federal colocaria o estado do Rio grande do Sul em uma posição de destaque no cenário nacional, já que ele passaria a ser reconhecido nacionalmente por sua capacidade de articulação não somente em seu estado como também em outros estados do país. Para as pretensões políticas de Flores da Cunha essa relação em nível nacional era de grande valia, pois ele não era mais uma liderança regional e, sim, ascendia como liderança nacional que, em muitas vezes, fora chamado no centro do país para resolver problemas referentes ao governo federal. Essa ascensão de Flores da Cunha no cenário político nacional não era bem visto pelo chefe do Governo Provisório, uma vez que cada dia que passava mais aumentava o distanciamento político de ambos.

No contexto local, o confronto político dar-se-ia entre Flores da Cunha e Nicolau de Araújo Vergueiro, ocorrido em virtude de Flores da Cunha ter criado o Partido Republicano Liberal (PRL) em 1932 e também de ter sido o propulsor da emancipação do quarto distrito de Carazinho, de Passo Fundo, em 1931, medidas essas que iriam contra os interesses de Nicolau Vergueiro. Dessa relação conflitante surgiram outros embates, principalmente na arena política regional e local. Para realização deste estudo utilizamos como fonte básica a imprensa local, dando destaque para as páginas já envelhecidas do jornal *O Nacional* de Passo Fundo, onde pesquisamos todo período de 1930-37, além de realizarmos um grande esforço para encontrar bibliografias que tratassem de nosso estudo em questão.

A pesquisa em *O Nacional* foi de suma importância, tendo em vista a precariedade de informações sobre o objeto deste estudo. Para isso buscamos diferenciá-lo da tradicional historiografia riograndense, principalmente daquela história pronta e acabada de visão positivista, que privilegia os grandes eventos e, por outro lado, os acontecimentos históricos de nível regional e local acabam ficando à margem da historiografia. Segundo a historiadora Vavy Pacheco Borges, “a história, como as outras formas de conhecimento da realidade, está sempre se constituindo: o conhecimento que ela produz nunca é perfeito ou acabado.”³ Não podemos em hipótese alguma pôr a historiografia em uma camisa de força; devemos sim dar voz aos vencedores e, sobretudo, aos vencidos, e, por fim, não privilegiar somente certo grupo ou personagem de um determinado período de nossa história. Entretanto, em alguns casos, os vencidos e vencedores têm sua história “enterrada juntamente com os mortos”, cujos movimentos, grupos, sindicatos, partidos etc., tem sua participação banida da nossa historiografia.

³ BORGES, Vavy Pacheco. *O Que é História*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 8.

Nesse sentido, em *O Silêncio dos Vencidos*, o historiador Edgar Salvadori de Decca afirma que:

[...] Mas, trata-se, sobretudo, de não entrar em “empatia com o vencedor”, pois, como escrevia Benjamim, quem se põe ao lado do materialismo histórico ‘sabe que todos aqueles que até agora venceram participaram do cortejo triunfal, onde os senhores do momento pisoteiam os corpos dos vencidos de hoje (...) e, por isso, afasta-se daqueles tanto quanto puder. Sua tarefa é escovar a história a contrapelo’.⁴

Nesse sentido, no presente estudo sobre a história política do RS contemporâneo, impressiona o quase vazio sobre a história política sulina entre 1930-1937, período no qual Flores da Cunha ocupou papel de protagonista na política riograndense. Não são muitos os autores⁵ que se debruçaram a pesquisar sobre o seu governo e sua atuação política. Temos, portanto, um grande desafio pela frente e uma imensa responsabilidade, a de tentar suprir esta lacuna deixada em branco pela historiografia.

Entretanto, aproximamos o nosso objeto de estudo sob um viés que partisse do regional e do espaço local, pois sabemos que as articulações políticas regionais refletem no contexto estadual e nacional ou vice e versa. Nesse sentido, a historiadora Janaína Amado, assim se manifesta:

O estudo regional oferece novas óticas de análise ao estudo de cunho nacional, podendo apresentar todas as questões fundamentais da História (como os movimentos sociais, a ação do Estado, as atividades econômicas, a identidade cultural, etc.) a partir de um ângulo de visão que faz aflorar o específico, o próprio, o particular. A historiografia nacional ressalta as semelhanças, a regional lida com as diferenças, a multiplicidade.⁶

O espaço local hoje é, ao mesmo tempo, espaço regional, nacional e global. Como conjunto de mercadorias e informações, como signos e relações humanas, o espaço da

⁴ DECCA, Edgar Salvadori de. *O Silêncio Dos Vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1984. pp. 11-12.

⁵ Os estudos realizados sobre Flores da Cunha, no período de (1930-37), do qual temos conhecimentos, são: CAGGIANI, Ivo. *Flores da Cunha*. Biografia. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996. SCHIRMER, Lauro. *Flores da Cunha de Corpo Inteiro*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007. SCHNEIDER, Regina Portella. *Flores da Cunha: o último gaúcho legendário*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1981. PELLANDA, Nize Maria Campos. *José Antônio Flores da Cunha. Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982 (Perfis Parlamentares, 19). JUNIOR, Antônio Manoel Elíbio. *A construção da liderança política de Flores da Cunha: governo, história e política (1930-1937)*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

⁶ AMADO, Janaína. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: Silva, Marcos A. (Coord.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990. pp. 12-13.

cidade, ao mesmo tempo que se mundializa, localiza-se. Afinal, tudo no mundo ocorre e é sentido pelos indivíduos no âmbito da localidade e é, a partir dela, que o ser humano vive o seu cotidiano. E também vive a história, enquanto trabalha, pensa e produz cultura, exercita a sua religiosidade e atua politicamente.⁷ Os estudos históricos com o recorte regional são, assim, manifestações de um tempo que recusa as ditas concepções hegemônicas, tentando resgatar as particularidades e especificidades locais como maneira de confirmar ou refutar as grandes sínteses até agora impostas como válidas para todas as realidades históricas.⁸

Com a eclosão da Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, Flores da Cunha teve uma participação destacada, uma vez que foram Flores da Cunha e Oswaldo Aranha os articuladores do movimento que criaram toda uma estrutura logística para que o movimento armado de 30 fosse vitorioso.⁹ Com o término da mesma e com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, ele nomeou, para governar os Estados da federação, homens de sua confiança. No caso do Rio Grande do Sul, nomeou Flores da Cunha, seu fiel aliado à época e correligionário do Partido Republicano Riograndense (PRR), como interventor federal no Estado.

Flores da Cunha encontrou, entretanto, um Estado totalmente enfraquecido economicamente, pois aquele modelo de produção era arcaico e sua economia era centrada principalmente no agropastoril, que, além de encontrar com uma infra-estrutura sucateada, enfrentava dificuldades para exportação de carnes.

Em *RS: A economia e o poder nos anos 30*, Sandra Jatahy Pesavento, destaca que o Rio Grande do Sul tinha como predominância econômica a agroexportação. Porém, cabe salientar que havia na época uma forte produção e comercialização para o mercado interno. Para Pesavento, há, portanto, uma transição do modelo de produção passando do agropastoril para o agroindustrial e, também haveria uma mudança no jogo político, onde passaria de um Estado oligárquico para um Estado corporativista, ou seja, essa mudança seria incorporada pelo chefe do Governo Provisório Getúlio Vargas, sobretudo em sua maneira de governar o país. Nesse sentido, a autora afirma:

⁷ GENRO, Tarso. (artigo). *Paisagem, espaço e política*. [s.l.], [s.d.].

⁸ RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. (Artigo). *História regional: dimensões teórico-conceituais*. História: debates e tendências, Passo Fundo: Ediupf, V. 1, n. 1. 1999. p. 21.

⁹ JUNIOR, Antônio Manoel Elíbio. *A construção da liderança política de Flores da Cunha: governo, história e política (1930-1937)*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. p. 13.

Transição de uma forma de acumulação baseada na agroexportação, para aquela baseada na indústria; transição de uma estrutura de dominação baseada na predominância absoluta das classes agrárias (cuja dimensão burguesa é maior ou menor conforme o setor ou a região) para uma recomposição da coalizão dominante de classes; transição de um Estado Oligárquico para um Estado Corporativo.¹⁰

Logo à frente ocorreu a melhoria na infra-estrutura, já que Flores da Cunha criaria a Frota Rio-Grandense, que iniciou operando com cinco (5) navios frigoríficos a partir de 1936. Isso foi, sem dúvida, uma das principais iniciativas de seu governo, pois barateava os fretes marítimos e, por conseguinte, propiciava que a carne riograndense pudesse ser exportada. Assim, ao adquirir esses navios frigoríficos, o Estado acabava com um dos maiores problemas enfrentado em relação a sua logística, facilitando o envio da carne para outras partes do país. Sem esses navios com câmeras frias era impossível transportar a carne para o centro do país, já que a distância era longa e não havia condições sanitárias para que a mesma chegasse em boas condições em seu destino final.

A crise que assolava o setor agro-pastoril desde os anos 1920, afetando tanto os criadores como os charqueadores, prolongou-se até a década de 30. Vale frisar que um dos fatores que ocasionou a crise fora o pouco investimento por parte dos pecuaristas, no que tange à questão de melhorias em seus rebanhos, incluindo o investimento em suas pastagens. A falta de investimentos em seu sistema agropastoril culminou, conseqüentemente, com a perda de mercado para o Uruguai, onde as pastagens eram superiores comparadas com as do Rio Grande do Sul.

Com relação especificamente a Flores da Cunha, Sandra Pesavento afirma que “solicitava-se que o mesmo intercedesse pelos criadores junto às instituições bancárias do estado para que fosse facultado aos criadores saldarem seus compromissos apenas depois da safra”.¹¹

Flores da Cunha criou vários mecanismos para fomentar a economia e, assim, apoiar os criadores, principalmente em melhorar as condições de produção deste setor. Entretanto, isso não foi suficiente e a falta de melhorias no sistema de produção agropastoril do Estado, provocada pelas dificuldades enfrentadas pelos pecuaristas, continuou.

¹⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: a economia e o poder nos anos 30*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980. p. 9.

¹¹ PESAVENTO, Sandra. Op. Cit., p. 84.

O Estado do Rio Grande do Sul encontrava-se com seu sistema de estradas e ferrovias em más condições, embora o governo de Borges de Medeiros já tivesse trabalhado para melhorar o sistema ferroviário e de estrada. Nesse sentido, o governo municipal de Passo Fundo, também entrou na luta, reivindicando ao governo de Flores da Cunha a construção da estrada de ferro ligando o município de Passo Fundo a Iraí, conforme observamos em notícia veiculada em *O Nacional*, sob o título “Estrada de Ferro Iraí – Passo Fundo¹²”, a qual dizia o seguinte:

Si o eminente Interventor do Estado, em seu patriotico achar de concorrer para a grandeza da gleba gaucha, ampliasse-lhe as vias de transportes, atendendo os justos reclamos de populações operosas que anciam por meios de transportar seus produtos; si o esforçado governo decretasse logo a construção da importante via ferrea, que atravessará, em todo o percurso, zona ubérrima, industrial e povoada – prestará relevante serviço ao progresso do Estado e do País.¹³

Embora o foco de nosso trabalho não seja especificamente a questão econômica, mas sim a relação política de Flores da Cunha com o município de Passo Fundo, é impossível analisar esse período separando a questão econômica da política ou vice versa, porque as reivindicações do município referente às melhorias em suas estradas ou até mesmo a pretensão em ter uma linha da Varig passavam pelo viés econômico.

O papel da imprensa em divulgar os anseios da administração municipal e a atuação dos políticos passo-fundenses em nível regional e local oportunizou que o jornal *O Nacional* se tornasse um meio de comunicação importante como fonte de informação. Cabe ressaltar que, no Brasil, a imprensa tinha como tradição ser o meio de propaganda e portavoz dos partidos políticos, ou seja, a imprensa nesse período ficou conhecida por ser essencialmente informativa e às vezes opinativa. Por isso, ratificamos a importância da imprensa escrita como fonte de pesquisa. Pois, sabemos que o jornal é uma das ferramentas a ser utilizada como fonte de pesquisa, pois, através dele, foram veiculados os principais fatos e eventos que marcaram a história de nosso país. Isso justifica nossa opção por realizar a pesquisa no meio de comunicação impresso, por ser uma forma de encontrar

¹² Quanto às citações deste trabalho mantivemos literalmente as transcrições sem alterar em nada a linguagem da época, conforme pesquisa realizada no jornal *O Nacional* de Passo Fundo, no período de 1930-37. Sobre o uso da linguagem. Ver: CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. *A Linguagem escravizada: língua, poder e luta de classes*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

¹³ *O Nacional*, 19 jun. de 1933. p. 16.

diversos posicionamentos referentes à conjuntura política da época, em nível local, estadual e nacional.

Em *Tendências do jornalismo*, Francisco Ricardo Rudiger defende que:

O surgimento do jornalismo político-partidário gaúcho no terceiro quartel do século passado está ligado ao processo pelo qual a classe política transformou a imprensa em agente orgânico da vida partidária. Após a Revolução, não foram poucos os tipógrafos que conquistaram cargos políticos, de modo que logo a propriedade de um jornal se tornou meio de ascensão política. Os partidos encarregavam-se de montar suas próprias empresas e lançar periódicos pelos quais assumiam inteira responsabilidade. [...] Na verdade, o jornalismo político-partidário, desenvolveu a concepção de que o papel dos jornais é essencialmente opinativo, visa veicular organizadamente a doutrina e a opinião dos partidos na sociedade civil. Os jornalistas são responsáveis pela tarefa de transmitir de forma criteriosa a doutrina dos partidos e dirigir a opinião pública.¹⁴

Os jornais à época eram, portanto, simplesmente sucursais dos partidos políticos, já que através desses os partidos políticos divulgavam suas propostas, suas ideologias e, sobretudo, o pensamento do partido dominante, como por exemplo, o jornal *A Federação*,¹⁵ que se tornou porta-voz oficial do governo do Partido Republicano Riograndense (PRR). A pesquisa nas fontes jornalísticas retrata as relações de poder entre as elites políticas e os principais embates na arena do poder. Porém, devemos ter muito cuidado ao se trabalhar com a imprensa, já que era comandada pela classe dominante, ou seja, era a caixa de ressonância de valores, interesses e discursos ideológicos.

Nesse sentido, em *História dos, nos e por meio dos periódicos*, De Luca afirma que:

A pouca utilização da imprensa periódica nos trabalhos de História do Brasil parece confirmar nossas suposições. Alguns, talvez, limitem seu uso por escrúpulo, já que encontram, tão em evidência e abundância, as “confirmações” de suas hipóteses – e com a mesma facilidade, também, argumentos contrários. A maioria, porém, pelo descobrimento, pela ausência de repertórios exaustivos, pela dispersão das coleções. Quando o fazem, tendem a endossar totalmente o que encontram, aproximando-se de seu objeto de conhecimento sem antes filtrá-lo através de crítica mais rigorosa.¹⁶

¹⁴ RUDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1993. p. 24-26.

¹⁵ A Federação resumiu de fato o modelo do jornalismo político-partidário vigente no Rio Grande do Sul até o Estado Novo. Lançada em 1884, a folha teve significativo papel na articulação do movimento republicano da Província, assumindo desde o princípio o cunho de órgão de combate e propaganda. A empresa foi constituída mediante subscrição feita pelos membros do partido e a direção do jornal foi confiada a Julio de Castilhos. Idem, p. 31.

¹⁶ LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 117.

Segundo defende a mesma autora, é necessário realizar uma crítica mais contundente ao se trabalhar com os periódicos. Isso porque o jornal não fala por si só, cabe ao pesquisador realizar uma interpretação mais profunda e racional do conteúdo. Nesse sentido, Almeida lembra ainda que:

Se o pioneirismo incontestado cabia a Gilberto Freyre, que por meio dos anúncios de jornais estudou diferentes aspectos da sociedade brasileira do século 19, a produção de vários pesquisadores, formados segundo padrões de excelência acadêmica e que ocupavam lugar de destaque no meio universitário – caso de Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, Stanley J. Stein, Nícia Vilela Luz e Leôncio Martins Rodrigues –, não dispensava a ida aos jornais, seja para obter dados de natureza econômica (câmbio, produção e preços) ou demográfica, seja analisar múltiplos aspectos da vida social e política, sempre com resultados originais e postura muito distante da tão temida ingenuidade.¹⁷

Entretanto, percebe-se hoje o uso significativo da imprensa como fonte de pesquisa nos trabalhos acadêmicos, ou seja, os periódicos tornaram-se uma ferramenta a mais a ser trabalhada de maneira coerente. Tânia Regina de Luca, citando uma passagem de Vavy Pacheco Borges, lembra que:

[...] parece-me interessante registrar que o pequeno uso da imprensa como fonte, apontado no início dos anos 1970, [...], inverteu-se completamente; nota-se hoje nos resumos [das teses e dissertações consultadas] um freqüente uso da imprensa, seja como meio fundamental de análises, das idéias e projetos políticos, da questão social, da influência do Estado e da censura etc, seja como fonte complementar para a História do ensino, dos comportamentos, do cotidiano.¹⁸

Nesse sentido, ao se trabalhar com os jornais, devemos lê-lo e interpretá-lo, sobretudo nas entrelinhas, ou seja, devemos situá-lo no contexto e no momento em que foi escrito, assim como para quem foi escrito.

No texto *As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica*, de Cláudio Pereira Elmir, que corrobora com o que escrevemos anteriormente, o autor afirma:

O jornal jamais pode ser visto como um dado, a partir do qual abstraímos os elementos de uma suposta realidade. O jornal, como um conjunto de páginas, é o receptáculo de textos que exigem de nós uma leitura diferente daquela que fazemos ao pegar o Correio do Povo, a Zero Hora, ou a Folha de São Paulo,

¹⁷ Idem.

¹⁸ Idem., p. 130.

todos os dias em nossa porta. Quando saímos de casa e nos deslocamos para cá, é um outro leitor que surge. Não leitor do Correio, da Zero ou da Folha, mas o leitor de um jornal que já não circula mais, um jornal que, materialmente, está deslocado de seu tempo e no espaço. É preciso haver a consciência desta aparente obviedade, para não incorremos no erro de ler o jornal com tranqüilidade. Esta é uma atitude metodológica absolutamente nefasta para qualquer pesquisa. Quando lemos A Federação, A Gazeta, A Gazetinha, o Jornal do Commercio e, no meu caso, a Última Hora, a qualidade desta leitura é distinta, porque a leitura deve ser meticulosa, deve ser demorada, deve ser exaustiva – e muitas vezes é mesmo enfadonha.¹⁹

A leitura realizada em jornais de determinado período requer do pesquisador um olhar diferenciado daquela leitura que realizamos diariamente, ou seja, exige uma leitura minuciosa e interpretativa, para não cairmos em conclusões simplistas ou precipitadas.

O mesmo autor lembra que:

Precisamos assim ter o máximo cuidado de não transformar os textos-objeto de nossa análise em instrumentos de nossos pretextos. A pesquisa que começa com resultados pré-concebidos tende inevitavelmente ao fracasso e ao esquematismo e explicativo típico do discurso do senso-comum. Penso que dificilmente se sustenta uma pesquisa maior que um ensaio com um único tipo de fonte documental. E esta constatação serve também para os jornais. A imprensa não pode ser fonte exclusiva para qualquer pesquisa histórica. É imprescindível a pesquisa bibliográfica – tanto de trabalhos de pesquisa como de textos teóricos – para situar o objeto de nossa pesquisa num quadro maior de estudos sobre o nosso assunto ou temas correlatos. Somente autores iluminados que sonham ser absolutamente originais não precisam buscar exaustivamente parâmetros de abordagens de outras pesquisas. [...] Além da discussão historiográfica, é preciso ter a consciência de que outras fontes além dos jornais são imprescindíveis para o melhor encaminhamento de conclusões numa pesquisa, mesmo naquelas em que o jornal é próprio objeto da pesquisa.²⁰

Observamos, portanto, a importância do jornal como fonte de pesquisa, porém não devemos centrar todo o estudo em uma única fonte, mas abrir outros leques de possibilidades. No caso desta pesquisa cruzamos a fonte jornalística com a pesquisa bibliográfica com o nosso objeto de estudo.

Para o desenvolvimento de nosso estudo, realizamos a pesquisa no jornal *O Nacional*, cujo acervo se encontra no Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo. O jornal *O Nacional* começou a circular a partir de 1925, fundado por Herculano Araújo Annes, seu primeiro diretor, tendo como gerente Hyran de Araújo Bastos e Americano de

¹⁹ Este texto foi apresentado no Seminário ‘Dinâmica da Imprensa’ promovido pelo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, no dia 13 de setembro de 1994, na mesa-redonda “Imprensa como fonte de informação histórica”. p. 21.

²⁰ Idem, p. 25.

Araújo Bastos e, como redator, a partir de 17 de novembro de 1928, Mauro P. Machado. “Jornal Independente”, com circulação às quartas e aos sábados²¹ e “Diário Independente”, a partir de 2 de janeiro de 1930,²² quando *O Nacional* começou a circular diariamente, tornando-se um meio de comunicação e informação dos passo-fundenses e da região, pois em suas páginas eram retratados os acontecimentos da política local, estadual e nacional.

O jornal dispunha de um informe telegráfico atualizado e de comentários sobre questões do momento, muitas transcritas de jornais do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e de outros municípios do estado.²³ Cabe lembrar que Flores da Cunha, nesse momento, conquistava projeção nacional, e o jornal *O Nacional* reproduzia suas entrevistas veiculadas na imprensa do centro do país.

O Nacional, de início, apoiou apenas os republicanos, no entanto essa posição modificou-se no momento da formação da Frente Única Gaúcha (FUG), quando ocorreu a união dos dois partidos, Partido Republicano Rio-grande (PRR) e Partido Libertador (PL), quando da composição da Aliança Liberal em 1930.

O trabalho está dividido em quatro capítulos em que procuramos analisar a trajetória política de Flores da Cunha no período de 1930-37. No primeiro capítulo, abordaremos a crise do capitalismo em virtude da grande recessão de 1929, que refletiu diretamente na economia do Brasil; a Revolução de 1930 e o fim da chamada política do “café com leite”; o pleito eleitoral e os reflexos na política de Passo Fundo e região; a articulação que levou Getúlio Vargas ao poder e, por fim, veremos a participação de Passo Fundo, tornando protagonista na Revolução de 1930.

No segundo capítulo, trataremos dos embates políticos durante a Revolução Constitucionalista de 1932 e a decisão política de Flores da Cunha. Veremos a pressão da imprensa e a mediação de Flores da Cunha pela reconstitucionalização do país, assim como sua ascensão política em nível nacional. Analisaremos a posição de Flores da Cunha de ficar ao lado do Governo Provisório contra as pretensões de retornar ao poder da oligarquia paulista e a decisão do tribunal de honra. E, por último, veremos a participação da imprensa na Revolução Constitucionalista de 1932.

²¹ DAMIAN, Heleno Alberto; DAMIAN, Marco Antonio Damian. *Páginas da belle époque passo-fundense*. Passo Fundo: Ed. Passografic, 2008. p. 101.

²² PRATES, Ana Maria da Rosa. *A trajetória de Nicolau de Araújo Vergueiro na história política de Passo Fundo (RS)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2001.

p. 8.

²³ Idem, p. 9.

No terceiro capítulo, refletiremos sobre a fundação do Partido Republicano Liberal (PRL), em 1932, o rompimento com o Partido Republicano Riograndense (PRR) e o reflexo na política passo-fundense. Além disso, abordaremos a oposição de Nicolau de Araújo Vergueiro contra a criação do PRL e discutiremos o desempenho do PRL e a luta pelo voto nas eleições de 1933, 1934 e 1935.

No último capítulo, analisaremos o interventor Flores da Cunha e a relação com Passo Fundo. Abordaremos a participação dos representantes da indústria, da pecuária e da agricultura de Passo Fundo, na Exposição do Centenário Farroupilha em 1935, promovida pelo governo de Flores da Cunha, a luta de Passo Fundo para receber vãos da VARIG e, finalmente, abordaremos a emancipação do distrito de Carazinho em 1931, que culminou definitivamente com o rompimento da relação política entre Flores da Cunha e Nicolau de Araújo Vergueiro.

Essas são, em suma, algumas proposições que trabalharemos neste estudo, com o objetivo de fazer uma análise deste período tão pouco estudado pela historiografia.

1 REVOLUÇÃO DE 1930: reflexos na política local e regional

Durante a República Velha (1889-1930), o domínio político encontrava-se, especialmente, nas mãos da oligarquia agrária paulista e mineira. A maior parte da população brasileira vivia, portanto, em um regime “democrático”, porém os direitos em exercer a cidadania eram vetados, pois a Constituição de 1891 excluía a participação dos analfabetos e das mulheres. A vitória do movimento armado de 1930 rompeu com a política do café-com-leite, na qual paulistas e mineiros se revezavam na presidência do país, em que eram defendidos os interesses dos coronéis. Além disso, iniciava-se um novo ciclo na política brasileira, pois o estado do Rio Grande do Sul tornar-se-ia protagonista na política nacional, sob a liderança de Getúlio Vargas no comando do Governo Provisório.

A Revolução de 1930 pôs fim à república oligárquica e ensaiou os primeiros passos rumo à adoção de um modelo industrial de desenvolvimento.²⁴ Além disso, ocorreu um desmantelamento dos velhos partidos tradicionais que se encontravam acéfalos, com a nova ordem que se iniciava com o pós-30, sobre o que Nelson Werneck Sodré lembra:

O partido é a forma superior de organização política. Ora, uma das conseqüências imediatas da vitória do movimento de 1930 foi a destruição dos partidos que a velha República conhecera e que estavam, realmente, em descompasso com o novo quadro que o país apresentava. O partido revela, também, o grau de amadurecimento político de um povo. Antes de 1930, no Brasil, o quadro partidário era muito pobre: dominavam o campo os “pê-erres” – ditos partidos republicanos –, cada um completando o título com a referência do estado em que funcionava. Como via de regra, não havia oposição – quando havia era local e dentro do mesmo partido único. As eleições eram atos formais e a apuração, procedida pelo Legislativo, resumia-se na consagração dos candidatos. Modelo insuperado, nesse sentido, fora o PRP, Partido Republicano Paulista, “perrepê”, que, praticamente destruído, como os demais, com a vitória do movimento de 1930, ressuscitado depois, de 1932, com a constituição da frente única naquele estado, configurava o tipo superado de organização política. Retratara e simbolizara, até 1930, a velha República no que ela representara de pior. No terceiro decênio do século, em alguns estados – especificamente em São Paulo e no Rio Grande do Sul –, surgiram partidos de oposição com papel expressivo nas lutas políticas. Eram partidos recrutados na mesma classe que os outros, os tradicionais, e, portanto, com a mesma ideologia.²⁵

Com o fim dos velhos partidos tradicionais, surgiram, portanto, novos partidos. Entretanto, no que tange ao programa e à ideologia não haveria mudanças significativas,

²⁴ FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 112.

²⁵ SODRÉ, Néilson Werneck. *A intentona comunista de 1935*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1986. p. 29-30.

como veremos no capítulo 3 deste trabalho, que tratará sobre o surgimento do PRL em 1932.

Além da crise política pela qual passava o país, não se pode esquecer da crise econômica ocasionada pela grande recessão de 1929, que ocorreu nos EUA, onde o sistema liberal começou a desmoronar pela grande recessão que assolou o coração do capitalismo, culminando com a crise de 29. O Brasil tinha como seu principal produto de exportação o café, cuja produção era quase toda vendida para os EUA. No entanto, a crise política aliada à crise econômica que assolou o país foi determinante para que o governo de Washington Luís enfraquecesse ainda mais diante das classes oligárquicas.

Nesse sentido, em *RS: a economia e poder nos anos 30*, Sandra Pesavento, esclarece:

Não só pelos efeitos “catastróficos” que ela provocou na cafeicultura e, por conseqüência, no sistema político e econômico brasileiro, em conjunto, mas também pelo fato de que “produziu” uma consciência mais clara dos problemas brasileiros. Todas as classes sociais, inclusive a própria burguesia associada à cafeicultura, foram obrigadas a tomar consciência – novamente e de modo mais completo – das limitações econômico-financeiras inerentes a uma economia voltada fundamentalmente para o mercado externo.²⁶

O estado de São Paulo era o centro onde se encontravam as imensas plantações de café, por isso, tornar-se-ia poderosa a oligarquia do café, cujo principal mercado de exportação era os EUA.

Em *A Revolução de 1930*, Boris Fausto assinala:

Lembre-se também a difícil situação em que se abre o ano de 1929, quando o problema da superprodução se torna agudo: as floradas dos cafezais, plenamente recuperados da grande safra 1927-1928, que produzira aproximadamente 27 milhões de sacas contra cerca de 18 milhões do ano agrícola 1926-1927, anunciavam uma safra de pelo menos iguais proporções, acrescida ainda dos novos cafezais que entravam em produção.²⁷

Nesse sentido, a superprodução de café e a pouca saída para o mercado externo iriam causar um imenso mal estar na política econômica do presidente Washington Luís (1926-1930), que tentou implementar algumas medidas para conter a crise no Brasil, porém

²⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: a economia e poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 43.

²⁷ FAUSTO, Boris. Op. cit., p. 95.

sem sucesso. Em 1929, a safra brasileira projetada foi de 13,7 milhões de sacas, mas chegou a mais de 21 milhões. Apesar disso, a exportação atingiu somente 14,281 milhões de sacas, não contando com o imenso estoque de sacas de café armazenados em grandes galpões.

A classe política do estado do Rio Grande do Sul, pela primeira vez, uniu chimangos e maragatos para formar a Aliança Liberal²⁸, em apoio à candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República e João Pessoa, candidato à vice-presidência do Brasil nas eleições de 1930. No estado, o Partido Republicano Riograndense (PRR), sob a liderança de Borges de Medeiros, e o Partido Libertador (PL), sob a liderança de Assis Brasil formaram a Frente Única Gaúcha (FGU).

Sandra Pesavento escreveu pertinentemente sobre essa articulação:

É preciso que se enquadre toda esta articulação de formação da ‘Frente Única’ nos marcos de um Rio Grande onde, em 1923, se demonstrara a viabilidade política de oposição, não mais controlada inquestionavelmente pela situação. Dentro deste contexto, é possível entender que a divisão interna que existia desde o início da República enfraquecia o Rio Grande do Sul, como grande estado, colocando-o fora das pretensões ao poder central.²⁹

Por outro lado, essa articulação que culminou com a criação da FUG, não rompeu em nenhum momento com o pensamento político dos dois partidos. Segundo afirma Héliog Trindade: “era uma frente de dois partidos, onde cada um manteve sua identidade e independência respectiva.”³⁰

É importante afirmar que o enfraquecimento da oligarquia cafeeira, a crise política, e a falência do modelo agro-exportador, assim como a falta de diálogo com os demais Estados da união levou à Revolução de 1930.

Mário Maestri lembra que:

Getúlio Vargas certamente fortaleceu sua consciência sobre a necessidade de projeto que libertasse o Brasil da dependência da monocultura exportadora, dominante na República Velha, quando ocupou o Ministério das Finanças no governo de Washington Luís (1926-1930).³¹

²⁸ A Aliança Liberal fora um acordo entre os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, descontentes com a postura política do presidente Washington Luís.

²⁹ PESAVENTO. Op. cit., 1980, p. 35.

³⁰ TRINDADE apud PRATES, 2001, p. 68.

³¹ MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2008. 4 V. p. 9.

Vale considerar que neste período não só a produção de café predominava na economia do país, pois, nessa época, já havia, principalmente na região central e em outras regiões do país, algumas pequenas indústrias têxtil e de alimentos. Muitas vezes, quando é tratado o período de 1930, leva-se em conta somente a oligarquia cafeeira e São Paulo como sendo o centro de tudo, porém deixa-se de olhar para a ascensão da pequena burguesia industrial e também para o surgimento de pequenas indústrias em outros estados, como por exemplo, no Rio Grande do Sul, onde, na década de 20, surgiram pequenas indústrias têxteis, embora ainda predominasse a economia agro-exportadora.

A respeito da indústria neste período, assim se manifesta Boris Fausto:

[...] Sé é certo que já existe no país um processo instalado de industrialização, como tantos outros autores têm assinalado, a indústria se caracteriza nesta época, pela dependência do setor agrário-exportador, pela insignificância dos ramos básicos, pela baixa capitalização, pelo grau incipiente da concentração. A fonte mais segura a respeito, mas que nos dá apenas os elementos referentes ao primeiro ano da década, é o recenseamento de 1920. Os dados mais gerais do censo indicam a existência, naquele ano, de 13.336 estabelecimentos indústrias no país, com um capital de 1.815.156.:011\$000, empregando 275.512 operários, com uma produção no valor de 2.989.176:281\$000. As atividades predominantes por setor são têxteis e as alimentares, sendo significativo notar que os ramos básicos da infra-estrutura industrial (siderurgia, mecânica pesada, por exemplo) não representam qualquer contingente apreciável.³²

Como podemos observar no recenseamento realizado em 1920, já se percebe um aumento considerável de indústrias instaladas em todo o país e, por conseguinte, um aumento relevante de mão de obra e do número de operários que começam a engajar-se no mundo do trabalho. Isso vai culminar com a organização dos operários em sindicatos e movimentos operários em todo o país. Com o fortalecimento da indústria e da burguesia industrial, cada vez mais surgiram organizações para defender os trabalhadores deste setor. O estado do Rio Grande do Sul não ficou para trás no que diz respeito à industrialização, pois incentivou as empresas do ramo têxtil e mecânico, com o intuito de não ficar dependente somente da economia centrada na criação de gado. Por outro lado, neste período começam a surgir, de forma gradativa, diversas empresas de diferentes ramos de atuação, desde empresas têxteis, metal mecânico e de alimentação. Não é por nada que

³² FAUSTO, Boris. Op. cit., p.19.

mais tarde o estado do Rio Grande do Sul vai receber o adágio de “celeiro do Brasil”³³, pela força de sua produção no setor primário.

Em *A História Econômica do Rio Grande do Sul*, Carlos Alves Muller escreveu sobre o surto industrial que aconteceu no estado do Rio Grande do Sul neste mesmo período que ocorreu em outras regiões do país, principalmente na região centro-sul. Segundo Carlos Muller:

A industrialização do Rio Grande revelou, desde o início, uma peculiaridade: a fragilidade das indústrias gaúchas em termos de capital (tanto capital total quanto investimentos em máquinas, como se pode inferir pelo emprego relativamente pequeno de força motriz). Isso pode ser associado à natureza da produção (bens de consumo não duráveis destinados ao mercado local ou estadual), mas também (o que é revelador das limitações estruturais ao desenvolvimento industrial do Estado). [...] Com a expansão do mercado regional e com uma política de desvalorização da moeda nacional que visava a favorecer as exportações, sobretudo o café, mas implicava aumento de preço dos produtos importados, o Rio Grande do Sul teve, na última década do século passado e início do atual, seu primeiro surto industrial com uma produção essencialmente voltada para o abastecimento do próprio estado. É dessa época o surgimento de empresas como Neugebauer (1891), Gerdau (1901), Wallig (1904) e A J Renner (1912). [...] Esse surto industrial, algo obscurecido pela identificação do Rio Grande do Sul com a pecuária, já fizera com que o Estado tivesse, em 1907, o terceiro parque industrial do país.³⁴

Convém lembrar que neste mesmo período, além dessas indústrias citadas, tiveram importância as indústrias do frio, dominadas pelos frigoríficos estrangeiros: o Anglo instalado em Pelotas; a Companhia Swift do Brasil, em Rio Grande; a Armour, em Livramento – conforme lembra Boris Fausto.

1.1 Revolução de 1930: o pleito eleitoral e os reflexos na política de Passo Fundo e região

Como já mencionamos, a política nacional durante o período da República Velha era dominado pelo eixo São Paulo e Minas Gerais, uma vez que eram os dois estados que

³³ Depois da 2ª Guerra Mundial, a expressão “celeiro do Brasil” voltou a ser utilizada como sinônimo de Rio Grande do Sul, em virtude do bom momento pelo qual passava a economia estadual, em especial da agropecuária. MULLER, Carlos Alves. *A História Econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Gazeta Mercantil, 1998. p. 139.

³⁴ Idem., 1998, p. 49-52.

dominavam política e economicamente o país. Tinham como premissa a exclusão de outros estados, onde o governo trabalhava apenas para uma única classe, nesse caso, a oligarquia cafeeira. Porém, essa política chamada de “café com leite” estava com os dias contados com a aproximação das eleições de março de 1930. Cabe lembrar que tanto a crise política como a econômica ocorrida em 1929, nos EUA, afetou diretamente o país, até o rompimento do hegemonismo político entre São Paulo e Minas Gerais que perdurou durante anos. No entanto, começou cair em ruínas com o desentendimento na escolha do nome do candidato que concorreria nas próximas eleições. Portanto, relacionamos a crise política do governo de Washington Luís, mas sem deixar de ver a crise econômica, ou seja, uma é reflexo da outra.

De acordo com o historiador Boris Fausto, o rompimento deu-se início no instante que o estado de São Paulo novamente escolheria o candidato para disputa presidencial, com o que não concordaram os políticos mineiros que tinham como certo que desta vez o nome sairia do seu estado. Como escreveu Boris Fausto:

[...] A insistência do presidente Washington Luís em apresentar candidato paulista à sucessão, para garantir a continuidade de sua política financeira, a negativa de abrir mão do nome de Júlio Prestes, mesmo em favor de outra figura de São Paulo, forçou a ruptura da velha aliança do ‘café com leite’, colocando na cena política uma perigosa área de atrito. Embora a iniciativa do veto à candidatura Júlio Prestes partisse de Minas Gerais, a apresentação de um nome mineiro tornou-se inviável, nascendo dos entendimentos entre este Estado e o Rio Grande do Sul, a candidatura Getúlio Vargas. Pela primeira vez, desde a época de apogeu do senador Pinheiro Machado, cuja indicação fora barrada em 1913 pelo acordo São Paulo – Minas, o Rio Grande do Sul – satélite de primeira plana – aspirava à presidência, em situação favorável, por contar agora com apoio de um dos Estados dominantes, em choque com outro.³⁵

Com a confirmação do nome de Júlio Prestes como candidato a presidente da República e por esse ser o candidato oficial de Washington Luís, o estado de Minas Gerais apoiaria a chapa formada por Getúlio Vargas para presidente e João Pessoa para vice. Logo que foram definidos os candidatos de ambos os lados, deu-se início à campanha eleitoral em todo o país. Para o candidato da situação, por ter o governo a seu favor, e, por conseguinte, o uso da máquina trabalhando para ele, tornar-se-ia bem mais fácil a vitória.

O jornal *O Nacional*, de Passo Fundo – RS, fundado em 1925, não demorou muito para definir apoio aos candidatos da Aliança Liberal. Esse apoio foi ratificado em seu

³⁵ BORIS, Fausto. Op. cit., p. 97.

editorial e em suas páginas que abertamente defendiam as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa. Em 12 de fevereiro de 1930, o jornal *O Nacional* publicava o seguinte artigo, escrito por Caius, em apoio à Aliança Liberal:

Está próximo o dia em que a Aliança Liberal comparecerá às urnas, mostrando aos opressores da Nação, que as idéias liberaes saturam o Brasil, de norte a sul, exigindo que a Democracia seja realidade e promova felicidade collectiva. E', pois, próximo o dia da victoria que, apesar das violências, da fraude, dos assassinios que o officialismo aconselha e perpetua; apesar das fraudes nos alistamentos, e das que ainda planejam praticar os despostas apaniguados do Catette – Aliança provará a sua pujança e o valor de seus partidários. Dentro da Lei, apenas confiada na serenidade de sua direcção e no apoio da grande maioria da Nação, no dia 1 de Março, as hostes liberaes offuscarão o perrepismo, pelo valor de seu numero e pela pureza de seus intuitos. – Os liberaes não querem o governo para satisfação de vaidades, mas, para orientar a Nação no caminho do progresso, da civilisação e do bem collectivo. A Nação aneia por sua liberdade e fará sua bandeira tremular nas ameias do Catette, mesmo a contra gosto dos despostas, que tem os destinos da Patria, sob o ferro guante de seus caprichos de seus interesses. A victoria, porem, está próxima, e o Brazil entrará no regime da lei. Votemos em Getulio Vargas e João Pessoa, e resurgirá a Patria livre.³⁶

Esse apoio explícito aos candidatos da Aliança Liberal abrangeu toda região norte do Planalto Médio, ou melhor, todo o estado do Rio Grande do Sul, pois Getúlio Vargas representava a oposição ao governo de Washington Luís. Os passo-fundenses aguardavam ansiosos os resultados da eleição de 1º março de 1930. Tratava-se de um pleito eleitoral que abrangia todo território nacional, cuja votação ocorria por meio de cédula de papel e o escrutínio eleitoral era realizado manualmente, demorando alguns dias para a população conhecer o resultado final.

Como mencionamos, o sistema eleitoral era lento, causando uma expectativa da população com relação aos resultados da eleição de 1930. *O Nacional*, por ser uma das principais fontes de informação da população de Passo Fundo e dos demais distritos, reflete essa ansiedade por notícias na edição do dia 4 de março de 1930, o qual teve sua tiragem normal esgotada, como observamos no artigo sob o título “*Os resultados do pleito*”:

Grande tem sido, nesta cidade, a ansiedade em conhecer-se as noticias sobre os resultados das eleições de 1 de março. Ainda hontem, embora tivéssemos consideravelmente aumentado a nossa tiragem normal, nossa edição foi completamente exgottada. Aliás não só na

³⁶ O Nacional, Passo Fundo, 12 fev. 1930. p. 2.

cidade como nos districtos o interesse é o mesmo. Para Carasinho temos enviado todos os telegrammas para nossa Redacção á cata de nosso resultados.

Tambem nos vimos obrigados a manter um serviço informativo para Boa Vista de Erechim, embora em menor escala.

Tudo isso demonstra o interesse civico com que o povo serrano está seguindo o desenrolar das eleições, dando um índice exacto de que não nos deixaremos esbulhar facilmente de nossos direitos, caso o resultado das urnas confirmem nossa victoria, o que parece completamente certo sobre as bases das cifras eleitoraes já conhecidas.

O tempo do indifferentismo pelas coisas publicas, indicador de desanimo e de desesperança nos homens públicos nacionaes, passou. Hoje num vislumbre de regeneração legal da patria, o povo ergue-se entusiasta para tentar um supremo esforço em mudar, constitucionalmente, o marasmo entristecedor em que vivemos, grande banhado calmo, onde os olygarchas, inchados, são os unicos a falar : os sapos boi.

Como já disse o sr. Flores da Cunha, cumpre-nos agora vigiar para que não nos arranquem da mão e pela chicana eleitoral e pela fraude, a victoria que já se esboça decisiva.

Seríamos verdadeiramente indignos della se não soubessemos guarda-la, si permitissimos aos vencidos arrancar de nossa frente a coroa de louros. Si assim for, é entregarmos de vez o paíz aos sangue sugas do poder e deixarmo-nos ficar extasiados no fakirismo indifferente dos inuteis.³⁷

Com o resultado final das eleições de 1º de março de 1930, no qual a chapa vitoriosa fora a do candidato Júlio Prestes, representante do estado de São Paulo, o rumo que restava para a Aliança Liberal era recorrer às armas. Os integrantes da Aliança Liberal e os correligionários do Partido Republicano Rio Grandense (PRR) ficaram furiosos, em razão da entrevista concedida por Borges de Medeiros ao jornal *Diário de Notícias*. Na entrevista, ele ratificava a vitória à presidência da República ao candidato da situação. Tal entrevista ocasionou um grande mal estar e repercutiu no país inteiro; muitos não entendiam o que o levou a essa atitude. Todos sabiam que tal eleição ocorrera sob fraudes de atas, uso da máquina pública etc. *O Nacional* reproduziu a entrevista do líder do PRR – Borges de Medeiros – ao jornal *Diário de Notícias* em sua primeira página, como podemos verificar:

O Diario de Noticias publica, hoje, importante entrevista que obtive do dr. Borges de Medeiros, chefe do Partido Republicano. Fallando sobre o problema da sucessão presidencial da Republica, o entrevistado diz que o caso ficou definitivamente, encerrado a 1 de março. Considera que o unico Estado que cumpriu com os compromissos assumidos na magna campanha, foi o Rio Grande do Sul. Acrescenta não acreditar que houvessem ocorrido fraudes no pleito, senão em casos isolados, e não de ordem a influirem no resultado geral. Acha que perdemos, porque somos minoria e porque não podíamos lutar contra os dezeseite estados, aliados ao Governo de Cattete. Diz que nunca acreditou na victoria, mantendo, pelo contrario, opinião differente.

³⁷ O Nacional, Passo Fundo, 4 mar. 1930. p. 1.

Falando sobre revolução, diz que seria um phenomeno si se houvesse manifestado a favor de um movimento armado, declarando que sómente desejam a revolução aquelles, que estão em situação precária.

Finalisou annunciando que dentro de poucos dias o dr Getulio Vargas publicará um manifesto dando por definitivamente encerrada a campanha do pleito presidencial.

São estes os termos principaes da desnorteante e desoladora entrevista que estourou, hoje, nesta capital, como uma verdadeira bomba, despertando comentarios de toda especie.

M. de R (sic) foi com a mais desoladora impressão que traduzimos os laconicos termos do telegramma acima. Resta-nos ainda a esperança de que o

Dr. Getulio Vargas, com as suas responsabilidades de chefe de Estado, permaneça fiel depositario da confiança de seus co-estaduanos, negando-se a rever os conceitos supras, prematuros e inaceitaveis. São para o

Rio Grande a hora mais penosa. Já não se trata de salvar o resultado de um pleito fraudulento; trata-se de salvar nossa propria honra collectiva.

Os olhos espantados dos riograndenses voltam-se, hoje, mais que nunca para um homem só: Getulio Vargas.³⁸

Vale ressaltar que tal entrevista surpreendeu tanto os membros do PRR como os do PL. Essa explanação realizada por Borges de Medeiros foi tida como uma traição para os membros e apoiadores da Aliança Liberal. O senador Flores da Cunha discordou plenamente da entrevista de seu correligionário e, mais tarde, usando a tribuna do senado fez um discurso repudiando tal atitude de Borges de Medeiros.

Por outro lado, embora em nível nacional o resultado fosse negativo para os candidatos da Aliança Liberal, em Passo Fundo e região a votação em prol de Getúlio Vargas e João Pessoa fora expressiva, cujo reconhecimento teve repercussão estadual como se constata na primeira página do jornal *O Nacional* do dia 18 de março de 1930:

Parabéns entusiásticos a Passo Fundo. Entre 80 municípios eleitorais obtém o terceiro lugar. É extremamente honrosa a votação de 10.618 votos, porque ele é uma prova inconsussa da cultura cívica passo-fundense. Passo Fundo, colocando-se em terceiro lugar pela votação liberal, demonstra com isso também que o grau de desenvolvimento da sua imprensa é grande e culto. Quem souber da extraordinária votação passo-fundense interessando-se em analisá-la, naturalmente que julgará o município como possuidor de um jornal diário. É indispensável corolário cívico. Um povo sem uma imprensa livre e um povo alienado.³⁹

É importante salientar que todo o período eleitoral e a peregrinação dos candidatos da Aliança Liberal em todo país teve ampla cobertura e acompanhamento dos fatos a par e passo, sob o olhar atento do jornal *O Nacional* até o final da campanha. Nesse período, o

³⁸ *O Nacional*, Passo Fundo, 19 mar. 1930. p. 1.

³⁹ *O Nacional*, Passo Fundo, 18 mar. 1930. p. 1.

jornal sempre disponibilizou os melhores espaços, ou seja, era comum a primeira página apresentar manchetes sobre o andamento da campanha de 1930.

Todavia, com a baixa votação recebida pelo candidato Julio Prestes no estado fica nítido que a fraude ocorreu em ambos os lados, pois no Rio Grande do Sul o mesmo receberia somente 789 votos. Ou seja, as irregularidades e fraudes ocorreram por todo país.

Nesse sentido, o historiador estadunidense Carlos Cortés lembra:

Uma campanha caracterizada por uma oratória inflamada, violência sem tréguas e assassinatos políticos culminou, em 1º de março de 1930, com uma eleição que notabilizou pela fraude de ambos os lados. No Rio Grande do Sul, Vargas conseguiu 287.321 votos contra os irrisórios 789 que a Frente Única deu a Prestes. Mas Washington Luís controlou mais estados e, por isso, mais urnas eleitorais, com que Prestes acabou ganhando, em nível nacional, com 1.097.379 votos contra os 744.674 votos de Vargas.⁴⁰

Percebe-se, portanto, que, no estado do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas teve uma extraordinária votação, entretanto, em nível nacional o desempenho não fora o mesmo de seu estado.

1.2 Revolução de 1930: a articulação que levou Getúlio Vargas ao poder

Após a confirmação da derrota na campanha eleitoral de 1930, anunciada pelo Congresso Nacional, cuja chapa perdedora foi a da Aliança Liberal, composta por Getúlio Vargas – presidente e João Pessoa – vice-presidente, e sabendo que durante a eleição ocorreu irregularidades e fraudes em todo país, o momento foi de assimilar o resultado e rearticular as forças políticas perdedoras para os próximos embates.

A explosão da Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, contou com o apoio da Frente Única Gaúcha (FUG), formada por velhos adversários, o Partido Republicano Riograndense (PRR), de Borges de Medeiros, Vargas, Flores da Cunha, Osvaldo Aranha e João Neves da Fontoura, e o Partido Libertador (PL), de Assis Brasil, Raul Pilla e Batista Luzardo. Entretanto, toda a articulação e organização da Revolução de

⁴⁰ CORTÉS, Carlos E. *Política gaúcha (1930-1964)*. [Tradução Amy Caldwell de Farias]. Porto Alegre: PUCRS, 2007. p.45.

1930 ficaram a cargo de Flores da Cunha e Osvaldo Aranha. Mais tarde, quando Getúlio Vargas assumiu o governo provisório, eles foram nomeados para ocuparem espaço considerável no governo provisório: Flores da Cunha assumiria inicialmente como interventor e mais tarde seria eleito governador do Estado do Rio Grande do Sul e Osvaldo Aranha assumiria como Ministro da Justiça e da Fazenda, o que ocorreu graças ao sucesso do movimento. Fora criada toda a estrutura econômica e logística necessária para que o movimento fosse vitorioso. É natural que essa articulação política e econômica para Revolução de 1930, passasse, sobretudo, pelas lideranças políticas riograndenses e mineira, pois, eram eles os principais interessados em chegar ao poder, haja vista que haviam sido derrotados via processo eleitoral.

Em a *Construção da Liderança Política de Flores da Cunha: Governo, História e Política de 1930-1937*, tese de doutorado, seu autor, Antônio Manoel Elíbio Júnior, cita uma passagem importante de Maria Helena de Magalhães Castro, que vem corroborar com que afirmamos:

Segundo ela, na articulação revolucionária de 30 o Estado, além de ter servido de base territorial de onde partiram os revolucionários, forneceu os recursos políticos, financeiros e militares que viabilizariam a conspiração armada. Tal configuração política teria facultado ao Rio Grande do Sul um poder de pressão para intervir nas diretrizes governamentais no âmbito nacional.⁴¹

Portanto, com a Revolução vitoriosa que levou Getúlio Vargas à frente do governo provisório, o estado do Rio Grande do Sul passaria de coadjuvante a protagonista do cenário político nacional. Vale lembrar que esse entusiasmo contido principalmente pelos correligionários riograndenses não duraria muito tempo, pois Getúlio Vargas logo mostraria sua maneira de governar, colocando em prática sua política centralizadora e dominadora.

Nesse mesmo sentido, em a *Revolução de 1930 a dominação oculta*, Ítalo Tronca afirma:

Entretanto, a própria necessidade de estabelecer tal compromisso indicaria a fraqueza relativa desses grupos “revolucionários”: as classes médias, por serem dependentes das oligarquias; a oligarquia afastada do poder, por estar debilitada pela crise do café; e as “novas oligarquias”, com Vargas à frente, de mãos

⁴¹ JUNIOR, Antônio Manoel Elíbio. *A construção da liderança política de Flores da Cunha: governo, história e política (1930-1937)*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. p. 13.

atadas, porque, embora tivessem tomado o poder em 30, a economia do país continuava ainda a depender do café.⁴²

Getúlio Vargas era contrário à política autonomista pretendida pelos estados, como veremos posteriormente, tornando-se opositor de Flores da Cunha e a sua pretensão em propor um projeto autonomista para o estado do Rio Grande do Sul.

Em *O golpe silencioso*, Aspásia Camargo, afirma que:

O Rio Grande do Sul encontrava-se portanto em situação bastante singular logo após a Revolução de 30: era o estado vencedor e, através de Vargas, o melhor posicionamento junto ao governo provisório. Mas esta situação tinha uma contrapartida: para Vargas, exercer o controle sobre seu próprio estado significava manejar disputas internas entre partidos e líderes e confrontar-se com homens até seus iguais.⁴³

A vitória do movimento armado de 1930 criou uma grande perspectiva para a oligarquia rio-grandense, que enxergava em Getúlio Vargas a sua imagem e semelhança.

1.3 Passo Fundo: protagonista na Revolução de 1930

Mesmo com a derrota da chapa liderada por Getúlio Vargas e a explosiva entrevista de Borges de Medeiros, concedida para os jornais do centro do país legitimando a vitória do candidato da situação, isso não mudou os planos de revolução articulados por Osvaldo Aranha, João Neves da Fontoura, Flores da Cunha, Mauricio Cardoso, Lindolfo Color, Batista Luzardo, o tenente-coronel Pedro de Góis Monteiro, os Generais Miguel Costa e Ptolomeu de Assis Brasil. Também engajar-se-ia nessa labuta os correligionários do PRR de Passo Fundo, Nicolau de Araújo Vergueiro, recém-eleito deputado federal na eleição de 1930 e Henrique Scarpellini Ghezzi, recém-empossado intendente municipal de Passo Fundo.⁴⁴

Em *Passo Fundo: muitas histórias, uma versão*, Rodrigo Pimentel comenta:

⁴² TRONCA, Ítalo. *Revolução de 30: a dominação oculta*. São Paulo: 3. ed. Brasiliense, 1985. p. 10.

⁴³ CAMARGO, Aspásia et all. *O golpe silencioso*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989, p. 76.

⁴⁴ Cf. PRATES. Ana Maria da Rosa. Op. cit., p. 72.

O dia 3 de outubro amanhecera nervoso em Passo Fundo. O Mais nervoso naquele ano de 1930, em que houveram muitos dias nervosos. A grande campanha eleitoral que, pela primeira vez, unira chimangos e maragatos na Aliança Liberal para eleger Getúlio Vargas à presidência da República, terminara numa frustrante derrota no dia 1º de março. [...] No dia 26 de julho, nova comoção: o candidato a vice de Getúlio, João Pessoa, presidente da Paraíba, fora assassinado em Recife. [...] Era de se esperar que estourasse uma revolta diante de tais fatos, uma vez que a candidatura do gaúcho Vargas e do paraibano Pessoa expressava profundos desejos de mudança em nível nacional e só fora possível uma vez que São Paulo rompera o pacto que mantivera com Minas Gerais desde os civis assumiram o governo da República, depois de o Marechal Floriano Peixoto deixar o poder⁴⁵

O município de Passo Fundo encontrava-se, portanto, sob tensão em virtude da eclosão da Revolução de 1930. Esse clima tenso, contudo, já era percebido alguns dias antes pela aglomeração de pessoas em frente à intendência municipal, conforme demonstra a figura a seguir.



Figura 1 – Manifestação política em frente à intendência municipal na avenida Brasil, poucos dias antes da revolução, em 03 de outubro de 1930.

Fonte: LECH, Osvandré. et tal *Passo Fundo: memória e fotografia*. Passo Fundo: Pe. Berthier, 1999. p. 132.

Quando eclodiu o movimento revolucionário em 03 de outubro de 1930, o então deputado federal Nicolau de Araújo Vergueiro passou a comandar os Revolucionários na

⁴⁵ PIMENTEL, Rodrigo. *Passo Fundo: muitas histórias, uma versão*. Passo Fundo: Clio Livros, 2005. p. 79.

cidade. Sua primeira ação no comando foi iniciar uma negociação de rendição do 8º R.I., comandado pelo coronel Leitão de Carvalho.

O Nacional acompanhou todo o desenrolar das negociações junto ao 8º RI, até o mesmo ficar isolado da cidade. Uma das publicações trazida do jornal, sob o título “*O assédio do Quartel do 8º R. I.*,” em sua primeira página, dava destaque ao cerco, assim narrado:

No dia seguinte, dia 3, pelo meio dia, foi entregue ao comandante do 8º R. I., cel. Leitão de Carvalho, uma carta que, segundo se dizia, continha um convite para aderir ao movimento e, caso não aceitasse, uma intimação para entregar o armamento. Entretanto, o cel. Leitão pediu prazo, para responder, até as três horas da tarde, recusando afinal, o convite. Dessa hora, em diante, então, notou-se verdadeiro movimento militar na cidade, aprestando-se as forças da policia, ultimamente com o efetivo muito acrescido, bem como muito civis.⁴⁶

Às cinco horas, precisamente, foi então distribuído, profusamente, à população, o manifesto revolucionário assinado por Araújo Vergueiro, governador civil da praça, o qual transcrevemos, logo adiante. No entanto, esse manifesto causou a melhor impressão, não só pela decisão e firmeza das palavras, como principalmente por fazer a população voltar à calma, na segurança de que qualquer atentado seria severamente punido. Pouco após a divulgação do manifesto, vieram do quartel da policia, desembocaram na avenida Brasil, pelas diversas ruas e travessas, vários pelotões da força ali aquartelada, em direção ao 8º R.I., que estava em prontidão, tendo o quartel impedido. Quase imediatamente irrompeu forte embate, o qual cessava, pouco depois, em vista das ordens serem apenas de cerco, sem ataque ao quartel. Finalmente, o cerco foi feito e organizado, isolando-se o quartel da cidade.⁴⁷

O contingente civil, composto de aproximadamente 450 homens, foi assim distribuído, no cerco que se estabeleceu:

1. grupo – Sob o commando do cel. Edmundo Dalmacio de Oliveira. Ocupou a linha ferrea, desde a rua Uruguay até as proximidades da avenida dos Eucalyptos. 2. grupo-Sob o commando do cel Quim Cesar. Ocupou a zona sul, pela rua Uruguay, ate próximo ao chafariz. 3. grupo –Sob o commando do cel. Marcos Bandeira. Ocupou a parte norte, do avenida dos Eucaliptos até os Mattos, a oeste do quartel. 4. grupo-Sob o commando do cel. Pires e dr. Lacerda de Almeida Junior. Ocupou a zona do matto, até fazer ligação com a columna do

⁴⁶ O Nacional, Passo Fundo, 6 out. 1930. p. 1.

⁴⁷ O Nacional, Passo Fundo, 6 out. 1930. p. 1.

cel. Edmundo. A luz foi cortada para o quartel, continuando, porém, para o resto da cidade.⁴⁸

O confronto teve como consequência a morte do cabo Amantino Albuquerque, com 19 anos, natural de Campo do Meio, pertencente às forças revolucionárias do coronel Marcos Bandeira, e o cabo Sady Freitas Vieira, da Cia. de Metralhadoras do 8º R.I. Outros dois mortos foram encontrados, mas não identificados.⁴⁹

Concomitantemente ao cerco realizado ao quartel do 8º Regimento de Infantaria, foi lançado um manifesto revolucionário assinado por Nicolau de Araújo Vergueiro, distribuído para a população de Passo Fundo, como já mencionamos, o qual tinha por objetivo tranquilizar a população diante do aspecto de guerra que tomava conta da cidade. O manifesto, com o título “*Ao povo de Passo Fundo*”, vinha estampado na primeira página do jornal *O Nacional* do dia 6 de outubro de 1930, conforme transcrevemos literalmente:

Governador civil desta praça, em nome da REVOLUÇÃO BRASILEIRA, cumpre-me fazer a presente proclamação, menos de exposição de motivos que de palavra de calma, ordem e respeito.

Povo da minha terra, confia na acção da tua gente, porque é ter confiança em ti mesmo.

O exercito, que é tirado do teu seio, está comnosco, em sua quasi totalidade.

A nossa victoria é certa, como é certo que o povo do Brasil é Livre.

Tem calma.

Não desesperes, porque a nossa acção é patriotica.

Será punido summaria e severamente todo aquelle que praticar qualquer acto de desrespeito ou depredação.

A esta hora todo Rio Grande, como todo o Brasil, num vibrante hymno de civismo, avança, com a bandeira da liberdade á frente, contra as muralhas do despotismo, para destruir com a labareda de seus ideaes, a bastilha, onde os maus brasileiros, politicos profissionais, vêm tramando a nossa infelicidade.

Tudo por um novo Brasil, são e redimido.⁵⁰

As negociações entabuladas e levadas adiante, durante a noite, tiveram bom resultado e pela manhã de sábado entrou-se definitivamente em acordo, efetuando-se um pacto, pelo qual o 8º R.I. entregava as armas, obtendo plena liberdade para os seus homens. Resolvido isso, a força sitiante retirou-se para seus acampamentos. Uma companhia, porém, postou-se em frente à intendência municipal e, diante de numerosa massa de civis, usou da palavra o Araújo Vergueiro, noticiando as bases do acordo e incentivando o povo à

⁴⁸ O Nacional, Passo Fundo, 6 out. 1930. p.1.

⁴⁹ Cf. FERREIRA, Mariluci Melo; SIQUEIRA, Rosimar Serena. (Artigo). DIEHL, Antônio. (Org.). *Passo Fundo: uma história, varias questões*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998. p. 85.

⁵⁰ O Nacional, Passo Fundo, 6 out. 1930. p.1.

luta contra a prepotência do poder central, o qual, segundo ele, começa, nesta hora, a ter a merecida punição.⁵¹

O discurso proferido pelo Araújo Vergueiro ao povo de Passo Fundo mostra a importância do movimento revolucionário em partir para o front. Nesse momento, o coronel Quim César colocou-se à disposição, propondo organizar uma coluna para lutar em um dos fronts. Para isso, seria de fundamental importância agregar o maior número de pessoas, que viessem a se tornar soldados do movimento. Iniciou-se, então, a busca de voluntários para se engajar no movimento, como observamos em um chamamento publicado pelo jornal *O Nacional*:

Corpo de voluntários: autorizados pelo Sr. Álvaro Schell de Quadros, que tem poderes do coronel A. Quim César, avisamos que estamos organizando um corpo de voluntários gaúchos, com o nome “João Pessoa”. Atenderá nesta cidade os que quiserem alistar-se no corpo “João Pessoa” o Sr. Álvaro Schell de Quadros. Liberato Borges atenderá em sua residência, na fazenda Medardo Rodrigues, João Lamaison e Victorino Reveilheau atenderam em Três Passos onde vão acampar uns dias.⁵²

Não era somente Passo Fundo que se organizava para a Revolução, mas todo o estado do Rio Grande do Sul encontrava-se mobilizado. Em Carazinho, à época distrito de Passo Fundo, também organizou-se um corpo de Brigada para aderir ao movimento armado. Portanto, com o fim do recrutamento e, com o grupo organizado pelo coronel Quim César, chegava a hora de Passo Fundo partir para Revolução. O embarque aconteceu na Gare (Estação Ferroviária).⁵³

A Revolução de 1930 movimentou o cenário nacional e também regional, pelo que se pode observar em relação a Passo Fundo, de onde partiram para frente de combate três tropas, chefiadas pelos coronéis Quim César e Edmundo de Oliveira e pelo general João Rodrigues Menna Barreto, chamados pelos próprios chefes do Estado Maior revolucionário:

O Cel Quim César, um dos mais abnegados trabalhadores da Revolução e que teve parte saliente nos acontecimentos de sexta-feira última, nesta cidade, foi ontem chamado com urgência pelos Generais Miguel Costa e Felipe Portinho, a fim de incorporar-se em seu Estado maior.⁵⁴

⁵¹ Idem, p.2.

⁵² O Nacional, Passo Fundo, 9 out. 1930. p.1.

⁵³ O Nacional, Passo Fundo, 7 de out. 1930. p. 1.

⁵⁴ Ibid., p. 2.

O intendente municipal fazia um chamamento aos subintendentes distritais que não procurasse engajar no corpo de voluntários elementos que viesse das colônias, como comprovamos em nota divulgada no jornal *O Nacional*:

O Sr. Intendente municipal determinou aos subintendente distritais que não permitam o recrutamento nas colônias⁵⁵ só permitindo engajamento dos colonos que insistirem em partir voluntariamente e dos que tenham mau procedimento na região.⁵⁶

Apesar da proibição, houve um grande engajamento de voluntários, que queriam fazer parte da força revolucionaria comandada pelo coronel Quim César.

Enfim, chegava a hora da partida e *O Nacional* fez a cobertura jornalística do embarque, na Gare:

Passo Fundo na Revolução. O embarque da força do coronel Quim César. Enorme multidão comprimia-se, ontem, na gare local, por ocasião do embarque da força revolucionária passofundense, sob o comando do coronel Quim César. Que, conforme noticiamos, seguiu para a linha de frente. [...] O trem que levou a força do coronel Quim César figura no movimento do tráfego da Viação Férrea com número 39, entre os comboios especiais para transportes de tropas já organizados no Estado. – Por ocasião do embarque da força foi verificada a presença nos carros de muitos jovens e conterrâneos, cuja deliberação de partida foi tomada, no momento, à revelia do conhecimento de suas famílias e amigos. Entre eles notamos os srs. Moreno Araújo, Carlos Rotta, Eurico Godoy Ilha, Salathiel Sperry, Oswaldo Sampaio, Gil Rico Loureiro e muitos outros. [...] ⁵⁷

Segundo Medeiros, atrás dessas tropas seguia o trem da Revolução, levando o então presidente do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, que passou por Passo Fundo em 14 de outubro de 1930, trazendo, entre outros, Flores da Cunha, João Neves da Fontoura, Simões Lopes, Maurício Cardoso e Maciel Júnior. Segundo a autora, algumas dessas pessoas tiveram papel relevante na história nacional, por exemplo, Flores da Cunha tornou-se interventor do estado e um dos principais articuladores da política gaúcha, nacional e, mais tarde, tornar-se-ia o principal adversário de Getúlio Vargas. Entretanto, é preciso deixar claro que não só os personagens nacionalmente reconhecidos são de importância. Observando-se a história do município, vê-se que muitos nomes que atuaram no movimento revolucionário continuaram a fazer parte das agremiações políticas locais e

⁵⁵ Eram chamados os distritos que pertenciam a Passo Fundo à época.

⁵⁶ *O Nacional*, Passo Fundo, 21 de out. 1930. p. 3.

⁵⁷ *O Nacional*, Passo Fundo, 10 out. 1930. p. 1.

federais, ocupando diversos cargos públicos. Esse é o caso de Nicolau de Araújo Vergueiro, intendente municipal quando eclodiu a revolução e deputado federal em 1934, além de ser chefe político do PRR na região, e do cel. Quim César, membro do PRL fundado em 1932, por Flores da Cunha.⁵⁸



Figura 2 – Embarque da força revolucionária do Cel. Quim César na Estação Ferroviária (Gare) em Passo Fundo – RS, em 9 de outubro de 1930.

Fonte: DAMIAN, Heleno Alberto; DAMIAN, Marco Antonio Damian. *Páginas da belle époque passo-fundense*. Passo Fundo: Ed. Passografic, 2008. p. 43.

Com a vitória do movimento revolucionário, *O Nacional* publicou, em 29 de outubro de 1930, a seguinte notícia: “[...] O Nacional afixou nos placares, um rádio dando notícia da revolta no Rio. O povo delira e saiu as ruas vivendo a revolução, subindo ao ar centenas de foguetes [...]”.⁵⁹

Observamos, portanto, o grande interesse da população passofundense pelos acontecimentos políticos em nível local, estadual e nacional. A população aguardava ansiosamente por notícias da revolução, pois, de Passo Fundo, partiram vários combatentes para lutarem na linha de frente na Revolução de 1930. O retorno deles foi aguardado por uma imensa multidão de pessoas que saíram às ruas para saudarem os vitoriosos comandados pelo cel. Quim César, os quais tiveram uma recepção acalorada por parte do

⁵⁸ Cf. MEDEIROS, Márcia Maria. (Artigo). DIEHL (Org.). Op. cit., p. 104.

⁵⁹ *O Nacional*, Passo Fundo, 29 out. 1930. p. 4.

poder público municipal e pela população, o que comprovamos com a ampla cobertura realizada pelo *O Nacional* do dia 18 de novembro de 1930:

A cidade viveu hontem, horas de indescriptivel jubilo com o regresso de seus guerreiros da columna Quim Cesar. Cerca das dez horas recebemos communicação que nos trouxe o sr. Innocensio Schleder de que o trem especial partira da estação do Erebangó, devendo chegar aqui logo depois do meio dia. Afixamos em nosso placard a nova alviçareira, annunciando-a com rojões, de passo que convidavamos a população passofundense, para comparecer á gare e tributar carinhosa e merecida recepção aos bravos conterraneos que, regressavam a seus lares, depois da victoriosa campanha em que expuzeram suas vidas pela santa causa da redempção nacional. [...] As repartições publicas suspenderam o expediente do dia, fabricas estabelecimentos commerciaes e bancários cerraram as portas, a sessão do Tribunal do Jury, por deliberação do magistrado que a preside sustou o funcionamento, a Escola Complementar suspendeu os trabalhos de exames, e, enfim, Passo Fundo em peso associou-se á idéa da recepção projectada que, sem proposito preconcebido, devia ser, como foi, legitima e expontanea, a nossa Parada da Victoria. Annunciada com foguetes, a approximação do comboio, a estação ferro-viaria, instantaneamente, encheu-se de povo, sendo que o espaço de sua verdadeiramente exíguo para conter a formidavel massa humana que a Ella affluio. [...] Um grupo de moças empunhava, desfraldados, os pavilhões do Brasil, do Rio Grande, da Parahyba e da Frente Unica. O trem especial penetrou no quadro da estação, ás 13 horas, entre ovações delirantes desembarcando os officiaes e soldados da columna em meio de abraços e manifestações de carinhos de mães esposas, irmãs, noivas, parentes e amigos que os esperavam. Foi um instante de intensa vibração. O coronel Quim Cesar, que, indiscutivelmente, desde 3 de Outubro conquistou decididas sympathias da população local, foi festejadíssimo. [...] Collocada a columna em ordem de marcha, ladeada pelo povo, á sahida do recinto, o coronel Quim Cesar ouviu a palavra quente e emocionada do dr. Antonio Carlos Rebello Horta, que expressou, em nome do povo, vigorosa saudação á columna guerreira em seu regresso á esta terra. Formado a seguir, extenso prestito, puchado pela banda de musica, a força patriotica desfilou pelas avenidas General Netto e Brasil, em demanda á intendencia. Chegando a enorme massa popular defronte a Intendencia, o coronel Quim Cesar em ligeiro improviso dirigiu-se ao Intendente sr. Scarpellini, referindo-se a actuação dos passofundenses sob seu commando, que souberam honrar e elevar este municipio. Falou em seguida, pronunciando eloqüente discurso o coronel Lacerda e por ultimo falou o sr. Scarpelini, saudando em nome de Passo Fundo, todos bravos soldados que sob o commando do cel Quim Cesar tanto dignificaram este municipio.⁶⁰

Para Medeiros, o que chama atenção da vida política de Passo Fundo na década de 1930 é justamente isto: uma movimentação forte, uma organização digna de nota, que, logicamente, salientava os chefes políticos locais. São normais, nas colunas de *O Nacional*, notícias convidando a população para comícios ou dando conta de jantares realizados pelos principais partidos do município, o PRR e o PRL. Além da atuação dos partidos tradicionais, a Aliança Nacional Libertadora e a Ação Integralista Brasileira também

⁶⁰ *O Nacional*, Passo Fundo, 18 nov. 1930. p. 4.

encontraram campo para atuar no município, embora não tenham conseguido tanta expressão, pelo menos em termos numéricos.⁶¹

Com o término da Revolução de 1930, Getúlio Vargas nomearia para Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, um dos principais articuladores da revolução, o general Flores da Cunha, cujo retorno ao estado para assumir o governo provisório foi estampado na capa de *O Nacional*, do dia 27 de novembro de 1930, que dizia o seguinte:

Chegou a Porto Alegre, onde vem assumir o governo provisório do Estado, o general Flores da Cunha. Pode-se afirmar, sem temor de erro, que a sua nomeação agradou a todos satisfazendo-se, nesse ponto, as aspirações do Rio Grande. O popular general gaúcho é um homem apto, sob todos aspectos, para realizar, no Estado, a obra revolucionária. Dotado de um carácter voluntarioso, sobra-lhe a energia necessária para arrostar com todos os descontentamentos que decorrerão, fatalmente, da reforma, levando adiante rigorosamente o plano de moralização dos costumes políticos.

Por outro lado, a sua franqueza rude, a sua lealdade e identificação aos princípios da Revolução, da qual foi um dos mais distinguidos autores, constituem um penhor seguro de que, em suas mãos, não se desvirtuará a grande obra cujo início tantos e tão pesados sacrifícios exigiu do Rio Grande e do Brasil.

O povo, com quem o general Flores da Cunha sempre commungou, compreende perfeitamente que elle encerra em si todas as promessas, razão por que a sua indicação para o alto posto de ditador gaúcho foi recebida com a mais franca satisfação.

Tenhamos a esperança completa de que o general Flores da Cunha, ao pezo de suas novas responsabilidades, desempenhar-se-á no seu posto com o mesmo brilhantismo com que se houve no período preparatorio da revolução e em pleno movimento. Ha homens que nunca falham á confiança publica. Flores é um delles.⁶²

Com a vitória do movimento armado de 30, Flores da Cunha tornar-se-ia o interventor do Estado do Rio Grande do Sul. Entretanto, o apoio político e logístico fornecido por Nicolau de Araújo Vergueiro, na ocasião, mais tarde teria um preço. Toda essa empolgação que constatamos anteriormente no embarque dos soldados passo-fundenses rumo à Revolução não seria a mesma alguns meses depois, logo que Getúlio Vargas assumiu o Governo Provisório. Como veremos na sequência deste trabalho, esse apoio dado à Revolução será sempre lembrado na hora de cobrar recursos para o município de Passo Fundo, ou seja, nós apoiamos a Revolução de 1930, agora queremos a contrapartida em melhorias para o município.

⁶¹ MEDEIROS, Márcia Maria. (Artigo). DIEHL (Org.). Op. cit., p. 104-5.

⁶² O Nacional, Passo Fundo, 27 nov. 1930. p. 1.

2 REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA 1932

O novo governo que se iniciara em 1930 não rompeu em definitivo com os representantes da oligarquia paulista, contrariando muitos dos seus correligionários que esperavam que o rompimento viesse de imediato. Gradativamente ocorreria o encerramento de um ciclo que perdurou durante anos os paulistas e mineiros no poder, ou seja, agora, era Getúlio Vargas o protagonista da política nacional. A oligarquia paulista desalojada do poder buscou se rebelar contra seu governo no intuito de derrubar o governo provisório, porém o movimento paulista fracassou.

Devemos realizar uma interpretação sobre esse movimento, não o vendo como um movimento de dualidade, pois não podemos analisar a Revolução de 1932 somente pelos dois preceitos: autonomia X intervencionismo. Devemos ter, sim, um olhar sobre todos os atores envolvidos neste conflito. Não podemos esquecer que surgiram de maneira muito tímida alguns atores do movimento operário nesse contexto, pois com a política industrialista que ia crescendo aos poucos, esse grupo se fortaleceria. Também devemos analisar o papel dúbio da imprensa nacional neste período, uma vez que apoiava o movimento paulista como também o Governo Provisório. Em suma, são vários os agentes envolvidos neste momento, pois em tudo que envolve interesses econômicos e políticos, as forças invisíveis começam a agir.

Em “*Flores da Cunha: o último gaúcho legendário*,” Regina Portella Schneider cita uma passagem de Lourival Coutinho, que diz o seguinte:

[...] e começo por negar a esse movimento armado o espírito constitucionalista com que o rotularam, ilaqueando, a esse título, a boa-fé da brava gente paulista e de parte das Forças Armadas, mais uma vez vítimas de políticos profissionais a serviço de interesses de grupos econômicos. O que pretenderam seus principais responsáveis, com a deposição do Sr. Getúlio Vargas que mal esquentara o lugar como Chefe da Nação, foi apenas reconquistar uma posição perdida na revolução anterior. Sabemos todos que era uma tradição a influência econômica e, conseqüentemente, política, de São Paulo no cenário federativo nacional, e que com o movimento vitorioso de 30, vinha o Rio Grande, pela primeira vez na história republicana, quebrar essa hegemonia de quase meio século e empunhar o bastão da liderança política. Ora, uma reviravolta desse tipo representava ameaça frontal aos interesses da plutocracia paulista, cuja posição incômoda e subalterna, daí por diante, iria limitar-lhe o mandonismo voraz a que se habituara e julgava divino de 400 anos. A capa de constitucionalismo com que

cobriram seus verdadeiros desígnios os feudelistas do latifúndio e os capitães de Indústria de São Paulo, infelizmente conseguiu embair parte considerável da opinião pública do País [...].⁶³

A vitória do movimento armado de 1930 uniu vários grupos em prol da mesma causa, no entanto, com a continuidade desse movimento, surgiram divergências. De um lado, o movimento tenentista reivindicando mudanças no sistema vigente; de outro, grupos da oligarquia que não se conformavam com a perda do poder político. Getúlio Vargas não perdeu tempo com os ranços políticos da oligarquia paulista, pois a prioridade de seu governo era estabilizar a economia do país, ocasionada pela depressão de 1929, que assolou diretamente o Brasil, como vimos no capítulo anterior.

A oligarquia paulista tinha como certo que a nomeação do interventor para o Estado de São Paulo ficaria sob o comando de um compatriota paulista. O desejo dos paulistas em assumir a interventoria, porém, não se concretizou. Nesse sentido, Regina Portella Schneider afirma:

Vargas, entretanto, tomou medidas que se chocavam com os objetivos dos grupos paulistas e que os fizeram temerosos da perda dos seus privilégios. João Alberto Lins de Barros, um “tenente”, foi nomeado interventor de São Paulo, investido dos poderes necessários para a consolidação da Revolução. Getúlio Vargas tinha fortes motivos para proceder dessa maneira, pois uma das forças que haviam tornado possível a vitória da Revolução de 1930 para a interventoria paulista significava prestigiar essa força. Outro motivo para a escolha desse “tenente” foi o conjunto de seus valores pessoais. Além disso, Getúlio Vargas tinha em mente impedir que os políticos reacionários da velha oligarquia paulista voltassem a dominar a política nacional, pois ela procurava se fechar nos seus velhos privilégios regionais, enquanto o Governo Provisório defendia os interesses nacionais.⁶⁴

Getúlio Vargas queria de fato afastar-se da oligarquia paulista, porém isso não aconteceu, pois o Governo Provisório atendeu a oligarquia cafeeira no momento que a mesma encontrava-se em plena crise do café. No entanto, o que deixou os paulistas mais contrariados foi a nomeação de um militar não paulista para assumir a interventoria do Estado de São Paulo. Aliás, os partidos representantes da oligarquia cafeeira, o Partido Democrático e o Partido Republicano Paulista consideraram essa medida como uma “traição”.

⁶³ SCHNEIDER, Regina Portella. *Flores da Cunha: o último gaúcho legendário*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1981. p. 157.

⁶⁴ Idem. , 1981, p. 160.

Em *O movimento de 1932 – a causa paulista*, Maria Helena Capelato assim apresenta a situação:

Aos poucos a unidade foi se rompendo em alguns Estados da Federação, principalmente naqueles em os antigos partidos persistiram – Democrata em São Paulo, Libertador e Republicano no Rio Grande do Sul. Em São Paulo se concentrou o maior foco de reação. O governo fora confiado a um militar não paulista – o tenente João Alberto. Com isto muito se ressentiu o PD, pois, em acordo preliminar com Getúlio Vargas, ficaria assentado que a direção de São Paulo seria entregue a um de seus membros – Francisco Morato. Dessa maneira, a Revolução já começava para o PD sob o signo da traição.⁶⁵

Sabemos que para se chegar ao governo é necessário, às vezes, compor alianças políticas, ou seja, o movimento armado que fora vitorioso em 1930, Getúlio Vargas e seus correligionários do Partido Republicano Riograndense (PRR) tiveram que “costurar” alianças com diversos partidos de Minas Gerais e Paraíba. Ora, quando se faz uma aliança com mais de um partido, estão em jogo ideologias diferentes e propostas diferentes, diversos interesses em jogo. Por conseguinte, a cobrança pelos partidos da base será maior, pois na política do “toma-lá-dá-cá”, o apoio político é sinônimo de conquista de cargos para seus companheiros de partido. A vitória do movimento armado em 1930 representou a conquista do governo e não de poder, uma vez que poder seria conquistado com uma base de apoio forte, que lhe desse sustentação para pôr em prática seu projeto de governo e, como não ocorreu tal apoio, Getúlio Vargas governaria de forma ditatorial.

As medidas centralizadoras adotadas pelo governo provisório deixavam clara a intenção de governar o país sem a tradicional negociação com os Estados da união. O poder legislativo desfeito em todas as instâncias; os governadores dos estados foram afastados – com exceção do de Minas Gerais – e no lugar deles vieram os interventores; a estrutura burocrática herdada desde os governos da Primeira República foi combatida – exceção feita ao Banco do Brasil e à Polícia do Distrito Federal – e o Código dos Interventores foi instituído, cerceando a autonomia dos estados, sob o pretexto da racionalização administrativa e da diminuição da dívida pública. Flores da Cunha, líder histórico do republicanismo gaúcho e mandatário do governo estadual, não poderia compartilhar dessa tendência, mas também não podia decepcionar o aliado Vargas, que o colocara no poder e concedia-lhe franco favorecimento junto ao governo federal. Essa ambiguidade não foi bem

⁶⁵ CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932 a causa paulista*. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1981. p. 13-14.

compreendida pelos líderes da FUG, que imaginavam tê-lo como aliado para todas as horas.⁶⁶

Muitas dessas medidas aplicadas pelo governo de Getúlio Vargas geraram um imenso descontentamento pela nova ordem política que se instalava no país. A frustração tomava conta da maioria de seus correligionários do Rio Grande do Sul, que se diziam contrariados com o novo modelo de gestão implementado pelo governo provisório. Os aliados do sucesso de 1930 agora se tornavam adversários, ou seja, a unidade política chegava ao fim. Com exceção de Flores da Cunha, aliado de Getúlio Vargas que não aderiu apoio aos oligarcas paulistas, os demais correligionários engajaram-se junto com os paulistas na luta pela restauração do antigo regime.

Diante desta nova conjuntura política que se espraiava por todo nosso estado, surgiam novas articulações e conchavos políticos no cenário nacional, até os adversários de sempre se uniram com o intuito de derrubar o Governo Provisório. Nesse sentido, Maria Helena Capelato lembra:

Entre novembro de 1931 e fevereiro de 1932, o PD procurou alianças em outros Estados, rompeu publicamente com Getúlio Vargas e concretizou um acordo com o PRP, seu inimigo de antes. Formava-se, então, a Frente Única Paulista. Em Minas e Rio Grande do Sul também foram constituídas Frentes Únicas contra a “ditadura getulista”. Os dois tradicionais partidos políticos gaúchos (Republicano e Libertador), representados por Raul Pila e Borges de Medeiros, se uniram e credenciaram João Neves da Fontoura a realizar entendimentos em Minas, São Paulo e Rio para organizar movimentos contra o Governo Federal. Em Minas, a iniciativa partiu do ex-presidente Artur Bernardes, de Mário Brand e outros. Quando os paulistas levantaram a bandeira de luta da constitucionalização, surgia nesse momento o denominador comum capaz de possibilitar a ação política unificadora dos vários grupos e correntes.⁶⁷

Em março de 1932, deu-se o rompimento dos correligionários riograndenses com o Governo Provisório. Mauricio Cardoso, Lindolfo Collor, Batista Luzardo, Barros Cassal e João Neves da Fontoura solicitaram a exoneração de seus altos postos no governo federal, após o empastelamento do *Diário Carioca*, jornal francamente pró-constitucionalista por elementos ligados ao Clube 3 de outubro, contrários à assinatura do novo Código Eleitoral promulgado por Getúlio Vargas. Entretanto, os líderes do movimento tenentista decidiram criar, em fevereiro de 1931, uma organização política que divulgasse as propostas do

⁶⁶ RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. (Artigo). BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (Org.). *República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 4, p. 24-25.

⁶⁷ CAPELATO, Op. cit., p. 16-17.

grupo. A nova organização passou a chamar de "Clube" 3 de Outubro, em alusão à data do início da revolução. Os membros defendiam o prolongamento do Governo Provisório e o adiamento da reconstitucionalização do país. No entanto, tal ato desencadeou séria crise política e marcou o declínio de influência do Clube junto ao governo federal, ou seja, após 1930 o movimento tenentista começou a esvaziar-se até sua dissolução definitiva em 1935.

Tal ruptura com o Governo Provisório, pelos ex-correligionários de Getúlio Vargas, deu-se pelos mesmos não concordarem com a política centralista e ditatorial. A aliança entre os grupos agro-exportadores paulistas e mineiros almejavam a restauração da política do “café-com-leite”, dissolvida pela Revolução de 1930 e, assim, a volta da oligarquia paulista e mineira ao poder. A Frente Única, liderada por Borges de Medeiros⁶⁸, do PRR, e Raul Pilla, do Partido Libertador, propunha-se, principalmente, defender a autonomia regional sulina, que retrocedida mais e mais em razão do nascente centralismo impulsionado por Getúlio Vargas.⁶⁹

Segundo Sandra Pesavento, os líderes da Frente Única Gaúcha, entre 1931 e 1932, consideravam-se traídos pelo líder do PRR, Getúlio Vargas.

Pesavento afirma que:

[...] a oligarquia gaúcha tinha assim frustrada as suas expectativas de substituir-se à oligarquia paulista no exercício do mando do Executivo central. Esta parcela da classe dominante considerava-se, ao que parece, como que dona da Revolução de outubro e de Getúlio Vargas, configurando-se o chefe do Governo Provisório como um traidor da confiança nele depositada e do movimento que o guindara ao poder.⁷⁰

Para Pesavento, essa hostilidade contra Getúlio Vargas, não era algo generalizado assim e, muito menos o pensamento dominante dos rio-grandenses. Conforme a mesma

⁶⁸Borges de Medeiros elegeu-se em 1922, ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, graças ao correligionário de partido Getúlio Vargas, pois a comissão eleitoral era chefiada por ele. Passados alguns anos depois deste episódio, muitos ex-republicanos “admitiram” que, na verdade, Borges havia, de fato, perdido a eleição. Segundo versão popular, a comissão de Vargas teria ido dar ciência ao governador da desastrosa derrota, mas antes que pudessem falar, Borges teria iniciado um agradecimento efusivo por terem ido pessoalmente parabenizá-lo por sua vitória. Contudo, Borges de Medeiros ao dar apoio aos paulistas não lembrara que sua vitória passou-se pelas “mãos, ou melhor, pelo cálculo matemático” de Getúlio Vargas. Ver: CORTÉS, Carlos E. *Política Gaúcha (1930-1964)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. p. 36.

⁶⁹ Cf. MAESTRI, Mário. *Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010. p. 324.

⁷⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. op. cit., 1980. p. 91.

autora cita uma passagem de um artigo publicado em “*Rio Grande do Sul em Revista*”, de 1932, que diz o seguinte:

O Rio Grande que confia em Borges de Medeiros, Assis Brasil [...] não poderia deixar de ter confiança nos seus ilustres filhos Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha. SS Excelências também são gaúchos, cheios de amor à sua grande terra e não poderão ficar mudos à voz do Rio Grande, que mais uma vez traduz fielmente o sentir unânime do Povo Brasileiro [...] ⁷¹

Observa-se que tal oposição articulada pelos integrantes da Frente Única Gaúcha, não fora uma posição unânime por todos os membros e, sim, uma hostilidade adotada, sobretudo por alguns ex-correligionários de Getúlio Vargas.

2.1 Revolução Constitucionalista: a decisão de Flores da Cunha

Quando do início da conspiração oligárquica paulista em março de 1932, os mesmos buscavam retomar as rédeas do país. O movimento paulista pressionou Flores da Cunha para que o mesmo aderisse ao movimento, porém o Interventor do Estado não comungaria da mesma ideia dos paulistas na tentativa de derrubar o governo central. Flores da Cunha manteve-se fiel ao governo de Getúlio Vargas.

Em *Política Gaúcha, de 1930-1964*, de Carlos E. Cortés afirma que:

[...] Numa tentativa de evitar que o interventor se aliasse à FU contra ele, Vargas atendeu pessoalmente a vários pedidos ignorados por muito tempo. Concedeu cinquenta mil contos em empréstimos do Banco do Brasil aos estancieiros gaúchos, pagou vinte mil contos em taxas de canalização, que haviam sido retidos do Rio Grande desde 1928, e expropriou linhas férreas, entregando sua operação ao governo gaúcho. ⁷²

Flores da Cunha encontrava-se como diz o adágio “entre a cruz e a espada”, pois o seu apoio para ambos os lados seria o fiel da balança. Como vimos acima, Getúlio Vargas começara a dar um tratamento diferenciado para o estado do Rio Grande do Sul, destinou verbas e recursos há anos aguardado pelo governo rio-grandense, ou seja, essas medidas

⁷¹ Op. cit., p. 94 - 95.

⁷² CORTÉS, Carlos E. *Política Gaúcha (1930-1964)*. Tradução Amy Caldwell de Farias. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. p. 70.

eram uma maneira de manter o apoio de Flores da Cunha ao lado do Governo Provisório e, conseqüentemente, evitar que Flores da Cunha se aliasse aos paulistas e à FUG.

Ademais, Flores da Cunha estava à frente do estado sulino, o qual comandava a poderosa Brigada Militar e formava forças militares auxiliares, sobretudo para se opor ao centralismo do Governo Provisório. O interventor federal no Rio Grande do Sul não se comprometeu com a conspiração, esclarecendo que, para aderir a um eventual movimento armado, deixaria anteriormente o cargo, já que não cometeria a “deslealdade” e a “covardia” de abandonar o “Dr. Getúlio Vargas” na “hora em que estivessem atirando nele”.⁷³

A imprensa do estado do Rio de Janeiro divulgava que Flores da Cunha pediria a sua demissão do Governo do Rio Grande do Sul, conforme noticiado pelo *O Nacional*, de Passo Fundo, com o título: “*Teria pedido demissão o Gal. Flores da Cunha*”? A nota dizia o seguinte:

RIO, 23 -<O Jornal> vehicula a noticia de que o general Flores da Cunha chegou a pedir demissão do cargo que occupa de interventor federal nesse Estado, solidario com o seu partido, não tendo o sr. Getulio Vargas aceitado o seu pedido.⁷⁴

Concomitantemente, Getúlio Vargas não aceitou o pedido de demissão de Flores da Cunha do comando do estado rio-grandense. Segundo Carlos Cortés, não havendo outra saída a não ser garantir a permanência de Flores da Cunha à frente do governo, Getúlio Vargas escreveu para o amigo:

Não posso aceitar renúncia. Ninguém melhor que meu caro amigo será fiador honra Rio Grande, momento vítima traição pretendem nos apunhalar pelas costas, num movimento nitidamente reacionário. Não me entregarei. Tenho elementos para resistir e estou disposto a fazê-lo até sucumbir como soldado da revolução na defesa dos idéias que nos levaram a ela.⁷⁵

Após longas articulações políticas em busca do apoio do interventor do Rio Grande do Sul e apelo incessante por parte de Getúlio Vargas, chegava a hora da decisão. Atendendo ao apelo de seu correligionário de partido, Flores da Cunha decidiu ficar ao lado

⁷³ MAESTRI, Op.cit. , p. 324

⁷⁴ O Nacional, Passo Fundo, 23 mar. 1932. p. 1.

⁷⁵ Vargas a Flores apud CORTÉS, op. cit., p. 75.

de Getúlio Vargas e, assim, manter a ordem no estado, combater qualquer movimento insurrecional. Em suma, Flores da Cunha defenderia o Governo Provisório “nem que para isso fosse preciso pagar com a sua própria vida”, ou seja, manter-se-ia fiel ao Governo Provisório.

2.2 Flores da Cunha: a gênese de uma liderança nacional

Com a fracassada tentativa de derrubar o Governo Provisório, Flores da Cunha e demais correligionários optaram em ficar ao lado de Getúlio Vargas. No entanto, Flores da Cunha começava a ser reconhecido nacionalmente, por suas posições convergentes e por ser um bom articulador político. Aos poucos seu prestígio aumentava e mais adeptos de sua política conciliadora engajavam-se. Agora, Flores da Cunha não era apenas a liderança do Rio Grande do Sul, passava a ser o mediador de outros estados com o governo central.

Em *Flores da Cunha de corpo inteiro*, Lauro Schirmer (1928-2009), defende que:

A Revolução Constitucionalista de São Paulo, em 1932, que tentou derrubar o presidente Getúlio Vargas, fracassou porque acabou não tendo a adesão do interventor do Rio Grande. Para os paulistas, Flores da Cunha passou a ser visto como o traidor do movimento de 1932, também apoiado no Rio Grande pela Frente Única, que reunia borgistas e libertadores. A pecha de traidor, além de descabida, é profundamente injusta. Mais ainda: se Flores da Cunha fosse ambicioso e tivesse dado o apoio que seria decisivo para derrubar Getúlio, certamente poderia ter chegado à presidência da República.⁷⁶

É necessário considerar que todo biógrafo tem o hábito de elevar as virtudes do seu biografado. Por isso, é exacerbado esse enaltecimento por parte de Lauro Schirmer em relação ao apoio de Flores da Cunha aos paulistas e, com isso, a possibilidade de se tornar presidente da República. E, portanto, não podemos ser ingênuos em acreditar que se Flores da Cunha tivesse apoiado os paulistas, os mesmos apoiariam o seu nome para presidência da República. Segundo o mesmo autor, há historiadores que acreditam que talvez esse fato, tendo chegado ao conhecimento de lideranças paulistas, tenha levado à precipitação do movimento para evitar que Flores da Cunha emergisse como seu maior líder.⁷⁷ Essa

⁷⁶ SCHIRMER, Lauro. *Flores da Cunha de corpo inteiro*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007. p. 85-86.

⁷⁷ Id. , 2007, p. 86.

posição de Lauro Schirmer vem ao contrário do que pensava o movimento de 1932, pois em nenhum momento era intenção dos paulistas apoiar candidato à presidência da República se não fosse paulista; não era pretensão dos paulistas criar uma nova liderança fora de São Paulo. Portanto, Flores da Cunha, ao apoiar o Governo Provisório, manteve seu cargo de Interventor no Estado do Rio Grande do Sul e, desse modo, emergiu como mais um grande líder nacional.

Mais tarde, em um de seus discursos na câmara dos deputados, Flores da Cunha justificava sua posição de ter apoiado Getúlio Vargas em 1932. No discurso defendeu projeto por ele apresentado para anistiar o general Bertoldo Klinger, chefe militar da Revolução Constitucionalista, no qual disse:

[...] Penitenciei-me ante aquela Assembléia de ter sido talvez a força decisiva que deu a vitória ao Sr. Getúlio Vargas. Se do ponto de vista político é enorme, imenso mesmo, o meu erro, do ponto de vista pessoal e de consciência, sinto-me bem ao afirmar que agi de acordo com os imperativos de um pensamento são e sereno. Se o episódio, no decurso de minha pobre vida, voltasse a ocorrer, agiria de idêntica maneira.⁷⁸

Entretanto, Flores da Cunha não apoiou a Revolução Constitucionalista, o que lhe custou muitos ataques pelos líderes da Frente Única Gaúcha. Por isso Flores da Cunha optou a submeter-se ao julgamento de um Tribunal de Honra, como veremos a seguir.

2.3 Flores da Cunha: decisão do Tribunal de Honra

A decisão de Flores da Cunha em apoiar o Governo Provisório e, assim, manter-se ao lado de Getúlio Vargas, seu correligionário do PRR, não foi aceita pelos paulistas e, muito menos, pelos líderes da Frente Única Gaúcha, que repudiaram tal decisão. Para livrar-se dos ataques e acusações sem embasamento algum, Flores da Cunha solicitou que sua posição fosse julgada pelo Tribunal de Honra.

⁷⁸ CUNHA, José Antônio Flores da. Discursos parlamentares. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982 (Perfis Parlamentares, 19). Sessão de 2 dez. de 1946. p. 216.

O pedido da instalação do tribunal de honra foi aceito pelos membros escolhidos por Flores da Cunha. Assim constituiu-se a instalação e a composição dos integrantes do tribunal de honra:

Os abaixo assinados, D. João Becker, Arcebispo Metropolitano do Rio Grande do Sul, Desembargador Manoel André da Rocha, Presidente do Superior Tribunal do Estado, Dr. Heitor Annes Dias, Professor da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, e Dr. José de Almeida Martins Costa Junior, Advogado nos auditorios da mesma cidade, constituídos de tribunal de honra para se pronunciarem sobre conducta do Exmo. Snr. General José Antonio Flôres da Cunha, Interventor Federal, ao recusar o convite que lhe foi feito pela Frente Única Rio Grandense para chefiar no Estado, o movimento revolucionario que a 9 de julho do anno 1932 explodira em S. Paulo, contra o Governo Provisorio. [...] A investidura dos signatarios no encargo, a que elles se vêm de referir procede do convite formal que, para isso, lhes foi dirigido pelo Exmo. Snr. General Flôres da Cunha, em carta datada de 30 de Setembro de 1932 [...].⁷⁹

Flores da Cunha, ao recorrer ao tribunal de honra para que o mesmo julgasse sua não participação na “Revolução Constitucionalista”, não estaria ele inventando nada, pois tal atitude já ocorreu em outros momentos da historia republicana. Como podemos observar abaixo:

[...] não sendo esta a primeira vez, sob o regime republicano, que os homens publicos, em nosso paiz, atacados em sua probidade, quer política, quer pessoal, appellam para os “tribunaes de honra”, para que decidam da procedência ou improcedencia da accusação que lhes é assacada.⁸⁰

É preciso levar em conta que tal composição para o tribunal de honra deu-se somente pela parte ofendida, ou seja, Flores da Cunha escolhera todos os integrantes que teriam a responsabilidade de julgar a sua conduta, diante das acusações proferidas pelos líderes da Frente Única Gaúcha. Por outro lado, formado o tribunal de honra, o mesmo fora muito bem aceito pelos acusadores. Conforme descrevemos a seguir:

[...] o reconhecimento expresso, por parte dos accusadores, de que às pessoas indicadas para a composição do tribunal não fallecem os predicados alludidos, indispensaveis ao desempenho da elevada missão, resalta abundantemente das peças do processo, taes como as cartas, a proposito, dirigidas ao tribunal, pelos

⁷⁹ O General Flores da Cunha e a Revolução Paulista (Decisão do tribunal de honra e outros documentos). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933. p. 3.

⁸⁰ Ibid., p. 3.

illustres próceres da frente única riograndense, Drs. Raul Pilla, João Neves, Baptista Luzardo e Lindolfo Collor, e do aliás espontaneo depoimento prestado no processo pelo Snr. Dr. Glycerio Alves. [...] E na carta subseqüente, de 8 de Novembro de 1932: “Em verdade reconhecemos o proclamamos as altas qualidades de caracter de cada um dos illustres membros desse tribunal”. No mesmo sentido se expressa, em seu depoimento, o Dr. Glicerio Alves, in verbis “cumprindo (o depoente) o dever honesto de reconhecer que está defrontando homens dignos cujo julgamento, em outras circumstancias, revestir-se-ia de grande prestigio e autoridade, a despeito do vicio de origem do mesmo tribunal”.⁸¹

Nesse mesmo sentido, observamos que os lideres da Frente Única Gaúcha reconhecem somente às qualidades dos juízes, mas não a legitimidade do tribunal de honra. O “vicio de origem”, citado pelo dr. Glycerio Alves, trata-se dos membros do tribunal de honra não serem escolhidos de ambas as partes. Como se sabe, na constituição do juízo arbitral somente é destinado dirimir questões de mero interesse material ou patrimonial e não questões que envolvam honra. A “traição” em política é algo de ordem moral, pois se trata de acordos puramente partidários, ou seja, nem sempre esses acordos são levados a cabo pelos interesses em jogo. Como vimos no capítulo anterior, os correligionários de hoje serão os adversários amanhã. Os acordos que são firmados entre os partidos não chegam ao conhecimento do povo e muito menos do poder judiciário, ou seja, na política o único acordo que vale é a palavra firmada, porém, se essa não for cumprida, não há como cobrar judicialmente.

Os partidos políticos tem sua autonomia, pois seguem seus estatutos, programas partidários e, principalmente, sua ideologia, os quais irão nortear as bandeiras que seus membros vão defender. Entretanto, tudo isso só é legitimado para aqueles que fazem parte de alguma agremiação partidária. Por outro lado, a população, de um modo em geral, não fica sabendo de nada, como veremos a seguir:

Mas, é bem de ver que, sendo a “traição”, em política, um facto de ordem exclusivamente moral, da economia interna ou intima dos partidos, pelo que só se torna ella conhecida na sociedade depois que é divulgada pela imprensa, é visto que, enquanto, isso não acontecer, impossível será pretender levar à conta de “solidariedade” com supposto trahidor o applauso, mesmo o mais entusiastico, que lhe fôr rendido pelos seus concidadãos, por motivo do acto politico, em si, fructo, entretanto, por elles ignorados, da figurada trahição.⁸²

⁸¹ Ibid., p. 5-6.

⁸² Ibid., p. 9.

A posição assumida pelos líderes da Frente Única Gaúcha contra o General Flores da Cunha eram dúbias, pois em seu primeiro manifesto, de 12 de julho de 1932, assinado pelos Srs.drs. Borges de Medeiros e Raul Pilla, os líderes enalteciam a postura assumida pelo General Flores da Cunha, dizendo:

Homem de honra, que preza os seus compromissos, não exigiria por certo o illustre interventor federal que nós renegássemos os nossos e os déssemos summariamente por não existentes pela razão de haver S. Exa., por motivos que não nos compete discutir aqui, entendido não dever corresponder aos appellos que lhe dirigimos no sentido de ser o conductor do Rio Grande na nova cruzada redemptora da consciencia brasileira (manifesto alludido).⁸³

Não há dúvidas, nesse momento, que Flores da Cunha já havia fechado seu apoio em prol de Getúlio Vargas, já que ele declarou manter a ordem enquanto estivesse à frente do governo do Rio Grande do Sul, compromisso esse assumido antes mesmo de ter eclodido o movimento paulista. Cabe salientar que os principais líderes da Frente Única Gaúcha encontravam-se “perdidos”, ou seja, “não sabiam mais para onde atirar”, pois sabiam que sem a adesão de Flores da Cunha ao movimento restauracionista seria impossível derrubar Getúlio Vargas. Como observamos anteriormente, proferiram-se vários elogios a favor do Interventor Federal, porém, em agosto de 1932, tal posicionamento mudaria, conforme podemos constatar em outro manifesto:

Trata-se, já agora, de saber si tem fundamento, ou se justifica a tremenda accusação que, em seguida á já mencionada homenagem por elles prestada á honradez de Exmo. General Flôres da Cunha, immediatamente após a recusa do mesmo ao convite que lhe tinham dirigido para chefiar, no Rio Grande, a campanha revolucionária paulista, assacaram contra elle os próceres da frente única rio-grandense, em seu manifesto politico de Agosto de 1932, - substituída, ahi, aquella rasgada homenagem, dias antes expressada em seu já alludido manifesto, de 12 de julho, pelo mais vehmente dos ataques à pessoa do mesmo Exmo. General, por motivo, exactamente, da dita recusa ao referido convite!⁸⁴

Como se vê, essas duas manifestações redigidas pelos líderes da Frente Única Gaúcha a Flores da Cunha, requer o seguinte raciocínio: a primeira manifestação em que eles não pouparam elogios e homenagens a Flores da Cunha; ora, essa atitude nada mais foi de deixar o governador do Rio Grande do Sul envaidecido, deslumbrado e, assim, o mesmo

⁸³ Ibid., p. 10.

⁸⁴ Ibid., p. 20.

viesse a aderir ao movimento paulista, ou seja, tal estratégia não deu certo. Na segunda manifestação, realizada em agosto de 1932, repudiavam de maneira agressiva a pessoa de Flores da Cunha, ou seja, haviam perdido o apoio, pois não restava mais nada a não ser atacar de maneira brusca a posição assumida por Flores da Cunha. Em setembro de 1932, Flores da Cunha lança um manifesto ao Rio Grande do Sul (em anexo)⁸⁵, no qual descreve os acontecimentos e, sobretudo, a posição assumida naquele momento.

Após dois meses de trabalhos, em um laudo cuja íntegra ocupou 15 páginas de um livro, o tribunal de honra concluiu o julgamento afirmando que:

Em vista do que, este tribunal, considerando toda a materia e motivos por elle já desenvolvidos, - fiel às injunções dos sagrados deveres de imparcialidade e recta distribuição de justiça, decorrentes do compromisso assumido com a acceitação do encargo de dirimir o presente pleito de honra, reconhece e proclama, à face de Deus e da sociedade, que o Exmo. General Flôres da Cunha, Interventor Federal, e ao mesmo tempo, então, partidario da frente única riograndense, - em todas as graves situações que lhe depararam, quer diante do chamado “secretariado paulista”, quer ante o inopinado movimento revolucionario de 9 de julho de 1932, em seu reflexo neste estado, - se conduziu, sempre, rigorosamente conforme os dictames da dignidade pessoal e do cargo que exercia e ainda exerce.

Porto Alegre, 28 de Abril de 1933.

D. João Becker.

Manoel André da Rocha.

Dr. Heitor Annes Dias.

José de Almeida Martins Costa Junior.

Segundo Schirmer, com o passar dos anos, o ressentimento paulista contra Flores da Cunha, que com seus provisórios derrotou as forças do general Bertoldo Klinger, fora arrefecendo. Até mesmo o jornal *O Estado de S. Paulo*, dos irmãos Mesquita, que criticara ferrenhamente o governador gaúcho, após 1932 começou a respeitá-lo⁸⁶

A tentativa da oligarquia paulista de voltar ao poder não obteve sucesso, pois Flores da Cunha manteve-se ao lado de Getúlio Vargas, o que acabou garantindo sua permanência do mesmo no poder. Mais tarde essa aliança romper-se-ia.

⁸⁵ Anexo nº. 1 – Flores da Cunha lança um manifesto ao Rio Grande do Sul, em 1932.

⁸⁶ SCHIRMER, op. cit., p. 88.

2.4 O papel da Imprensa na “Revolução Constitucionalista”

Em 9 de julho de 1932, eclodia, enfim, em São Paulo, a “Revolução Constitucionalista”, como fora chamada. Em seguida o reflexo desta eclosão se espalhou para o resto do país, principalmente pela perseguição, censura e fechamento de vários jornais, tidos como contrários ao Governo Provisório.

Logo depois da eclosão da Revolução, *O Nacional*, de Passo Fundo, passou a ser impresso em duas páginas, até ter a sua publicação definitivamente encerrada, por motivo da repressão à imprensa. Em sua edição especial, *O Nacional*, em comemoração ao seu (8º) oitavo ano de vida, trazia em destaque na primeira página a eclosão da “Revolução Constitucionalista”:

Em 9 de julho de 1932 rebentou a revolução paulista e imediatamente estabeleceu-se a censura de imprensa. A censura que é a asfixia intelectual, sobrevieram dificuldades internas, agravadas por uma paralisação quase completa dos negócios. Era a crise moral e a crise financeira que se erguiam, para nós, em toda a pujança. <O Nacional> passou a ser impresso em duas páginas e não tardou que suspendesse a sua publicação, por motivos oriundos da situação excepcional que atravessamos.

Dezesseis dias apenas deixou nossa folha de aparecer, marcando a primeira interrupção em toda a sua vida. A situação era das mais prementes e tivemos o receio de ver perecer assim, por força das circunstâncias, o fruto de oito anos de trabalho. Veiu a reação. <O Nacional> apareceu de novo. E logo que terminou o movimento paulista, desde que se notou uma leve tendência para a melhora comercial, antecipando o tempo, aumentamos o formato de nossa folha, realizando uma velha aspiração nossa.

E <O Nacional> firmou de novo, depois de ter resistido galhardamente à procela que passára, onde foi posta em prova toda a sua resistência material e moral.

Ainda não voltamos completamente à normalidade; ainda impera, menos forte é certo, a censura jornalística. Mas tudo leva a crer que muito em breve, com a pacificação geral, desapareçam os motivos determinantes dessa medida vexatória e excepcional.

Só temos pois, motivos para felicitar-nos ao entrar em nosso nono ano de vida, depois das tormentas passadas. Tudo tende a melhorar e nos horizontes da pátria desenham-se já melhores dias, cheios de esperança.

O governo provisório terá cometido erros políticos; mas ninguém de boa fé poderá negar-lhe um imenso esforço administrativo, cujos frutos muito em breve se farão sentir. Acreditamos que a nossa pátria passou já os dias negros de transição. Só podemos esperar tempos melhores. Essa confiança é o sentimento que nos anima neste dia. Estimaremos que os nossos leitores tenham consigo esse optimismo, capaz de forçar o ambiente para novas eras. São esses os votos que lhes fazemos, ofertando-lhes a nossa edição de hoje, como prova cabal de que já é possível progredir e avançar.⁸⁷

⁸⁷ O Nacional, Passo Fundo, 19 jun. 1933. p. 1.

Observamos neste artigo que, embora tendo a sua publicação cancelada por dezesseis dias e, por conseguinte, deixando de informar seus leitores sobre o que estava ocorrendo no país, os diretores do jornal *O Nacional* acreditavam que o Governo Provisório estava realizando as reformas necessárias para melhoria do país. O jornal não fazia juízo de valor do Governo Provisório, até porque acreditava nas mudanças futuras pretendidas pelo governo de Getúlio Vargas, como já mencionamos. Segundo Regina Portella Schneider, os jornais paulistas, porta-vozes da oligarquia – *O Estado de São Paulo*, cuja direção era ligada ao Partido Democrático; o *Diário Nacional*, órgão dos dissidentes do PRP; o *Correio Paulistano*, porta-voz do PRP – clamavam que a escolha do interventor pelo governo federal era uma perda de autonomia, clamavam contra o desvio da taxa de exportação para a União, clamavam por uma Constituição.⁸⁸

Em suma, neste período a imprensa paulista foi a porta-voz da oligarquia e utilizou-se de seus jornais para dominar a consciência da população. Ou seja, a “grande imprensa” veiculou a ideologia dominante através das manchetes, editoriais, anúncios, artigos.⁸⁹ Cabe lembrar que os jornais eram instrumentos de sustentação dos partidos políticos, cuja função era divulgar as ideias dominantes da época. Os jornais eram ligados aos partidos, tanto em São Paulo quanto no Rio Grande do Sul, cujo propósito era divulgar as ideias do partido.

2.5 Reconstitucionalização do Brasil: pressão e repercussão na imprensa local

Encerrado o ciclo de euforia pós-revolucionário, que consagrara os líderes civis e militares (tenentes) de diferentes orientações políticas, começaram a surgir as primeiras contradições internas. A falta de uma definição ideológica por parte de Getúlio Vargas durante o Governo Provisório, período entre 1930-1934, no qual os estados foram perdendo sua autonomia e poder, gerou certa crise política.⁹⁰ Entretanto, o Estado desencadeador do movimento revolucionário de 30, o Rio Grande do Sul, foi também um dos responsáveis, juntamente com São Paulo, pela campanha de reconstitucionalização do país.⁹¹

⁸⁸ SCHNEIDER, op. cit., p. 162.

⁸⁹ CAPELATO, op. cit., p. 32.

⁹⁰ PRATES, op. cit., p. 80.

⁹¹ TRINDADE, Hélió; NOLL, Maria Izabel. *Subsídios para a história do Parlamento Gaúcho (1890-1937)*. Porto Alegre: CORAG, 2005. 2 v. p. 81.

Os membros da Frente Única Gaúcha (PRR e PL) uniram-se com os opositores paulista do Partido Democrático (PD) e Partido Republicano Paulista (PRP) para pressionar o governo de Getúlio Vargas, com a finalidade de garantir reformas políticas através da constituição, do federalismo e, sobretudo, reivindicar mais autonomia para seus estados. Ora, a pressão pela constituinte realizada pela classe dominante paulista nada mais era do que mascarar a verdadeira intenção da oligarquia cafeeira de retornar ao poder do país. Percebe-se que o contexto agora é outro, há uma mobilização por parte da oligarquia paulista, principalmente por Borges de Medeiros e demais membros da Frente Única Gaúcha (FUG), de lutarem contra o centralismo e a maneira de governar de Getúlio Vargas.

O início do governo de Getúlio Vargas fora um pouco conturbado, pois a expectativa do recém-governo instalado era grande, principalmente pelas várias classes sociais que pretendiam ver suas demandas atendidas, embora dificilmente o governo contemplasse todas as reivindicações solicitadas. Segundo Schneider, as questões políticas e a situação econômico-financeira do país eram a preocupação maior do povo, havendo inquietação geral e muitas desconfianças a perturbar a vida nacional. Circulavam no país inúmeros boatos. Um deles era de que havia tendência para uma ditadura militar e que Getúlio Vargas pudesse ser influenciado pelos tenentes.⁹² A mesma autora lembra que Getúlio Vargas pedia calma à Nação para que pudesse governar, manifestando a esperança de que os elementos do regime anterior a 1930 não inventassem novos boatos e fantasias para o ano seguinte.⁹³

Nesse momento, havia um espectro no ar que rondava todo o país, pois tamanha era a inquietação dos adversários políticos de Getúlio Vargas e de uma parte da população brasileira em virtude de qual rumo o país tomaria, se voltaria ao regime constitucional ou instalaria uma ditadura no país. A pressão pela reconstitucionalização do país não era somente dos adversários e contrários ao governo de Getúlio Vargas e sim da própria imprensa do país que começou a cobrar a constituinte. Em nível local não foi diferente, pois o jornal *O Nacional* realizou ampla cobertura e reproduziu em suas páginas, notícias e manchetes sobre o movimento constitucionalista, veiculadas na imprensa nacional. Como podemos constatar, a ampla cobertura realizada pela imprensa do Rio de Janeiro, quando da chegada de João Neves da Fontoura, quando se desencadeou a campanha pró-constituinte,

⁹² SCHNEIDER, op. cit., p. 158.

⁹³ Idem. , p. 158.

tomando parte dela toda a imprensa, conforme observamos em matéria reproduzida pelo jornal *O Nacional*:

A chegada do sr. João Neves da Fontoura, nesta cidade, onde foi recebido com ovações, foi como que o toque de carga, entre os que desejam, e são a imensa maioria, a volta do país ao regimen constitucional. O grande lider gaúcho concedeu uma entrevista a *O Globo*, sobre essa materia, sendo ele, virtualmente, o chefe da nova cruzada liberal do Brasil, não so pela sua autoridade pessoal como tambem por se saber que s.s. tem consigo o Rio Grande do Sul em pezo.⁹⁴

Percebe-se o entusiasmo da população ao receber João Neves da Fontoura, no Rio de Janeiro, pois viam nele o defensor da reconstitucionalização do país e, conseqüentemente, a possibilidade do país sair do regime discricionário. Além disso, se engajariam também nessa labuta em defesa da reconstitucionalização os seus correligionários Borges de Medeiros, Raul Pilla, entre outros.

Muitos defendiam a volta do país ao regime constitucional, pois enquanto o país esteve sob o regime discricionário houve o cancelamento de empréstimos estrangeiros. Isso ocorreu em virtude de não haver uma estabilidade de mercado, o que gerou uma desconfiança em relação ao futuro do país, como observamos em um trecho de uma carta de Flores da Cunha a Borges de Medeiros, em junho de 1931, que dizia o seguinte:

Nossos credores externos exigem o pagamento em dia dos juros e amortizações de empréstimos, negando-se a fazer-nos concessão quanto à prorrogação do vencimento das obrigações, facilidades que não nos seriam recusadas em um regime de normalidade constitucional.⁹⁵

Cabe lembrar que o mais importante em um país sob o regime democrático é a plena liberdade de seu povo, ou seja, a questão primordial não era o país voltar ao regime constitucional para se recuperar das perdas econômicas pela qual vinha sofrendo, mas sim ampliar os direitos do seu povo.

Há aqueles que defenderam o regime inconstitucional como constatamos em um discurso do major Juarez Távora que dizia ser contrário à volta do país ao regime constitucional, ou seja, defendia a prorrogação do regime vigente, conforme noticiou *O Nacional*: “O major Juarez Távora, discursando em Manáos, condenou a vinda da

⁹⁴ *O Nacional*, 4 dez. de 1931. p. 1.

⁹⁵ SCHNEIDER, op. cit., p. 166.

constituição imediata, apresentando ao povo em programa revolucionário com prolongamento da ditadura.”

Ao contrário dessa notícia, Raul Pilla, do Partido Libertador (PL), defendia que:

A constitucionalização é hoje um remédio de urgência, por ser o único capaz de deter a fermentação que se nota em certos meios. Sendo, porém, impossível voltar de chofre ao regime constitucional, entre razões porque a constituição⁹⁶ de 24 de fevereiro se mostrou inadequada às nossas necessidades e é preciso elaborar um novo estatuto, tornar-se imprescindível que o governo provisório tome desde já as providências preliminares, dando assim uma demonstração objetiva dos seus intuitos.⁹⁷

Ora, a cobrança ferrenha de Raul Pilla pela reconstitucionalização do país não era novidade, pois ele já havia se aliado com a oligarquia paulista em 1932, na tentativa de derrubar o governo de Getúlio Vargas, como já vimos no início desse capítulo.

Nesse sentido, Schneider citou em seu livro a seguinte nota enviada por Getúlio Vargas à Frente Única Gaúcha, em 24 de novembro de 1931:

Sem dúvida, a imoralidade administrativa, o esbanjamento dos dinheiros públicos, a anemia financeira, a desordem econômica – tudo isso se gerou e desenvolveu na vigência do regimen constitucional. Daí, não se deve concluir, porém, que o regimen constitucional seja a causa desses males, como, igualmente, não é a terapeutica milagrosa aplicavel à sua cura.⁹⁸

Percebe-se que, ao rebater as críticas feitas pelo líder da Frente Única Gaúcha, Getúlio Vargas lembrou que os problemas não eram atuais e sim gerados durante o regime constitucional. Por fim, a oligarquia paulista enxergava na constituinte a válvula de escape para voltar a governar o país.

O Governo Provisório enfrentava uma enorme oposição realizada pela imprensa paulista, a qual exigia a volta do regime constitucional, conforme noticiado em *O Nacional*:

⁹⁶ Para muitos brasileiros, a Constituição de 1891 cumpria a promessa de descentralização enfatizada no lema republicano de 1870. [...] Aos padrões latino-americanos, portanto, a Constituição Brasileira de 1891 favorecia um alto grau de descentralização. Falhou, porém, ao estabelecer dispositivos adequados aos Estados mais pobres. Assim como a principal fonte de receita dos Estados durante a Velha República era a taxa de exportação, a do governo federal eram as taxas de importação. A outra maneira pela qual a Constituição tendia a favorecer os Estados fortes estava na relação entre os três ramos do governo federal. Desde os anos iniciais, estava claro que o ramo do Executivo dominava os outros dois, e a política dos governadores veio a ser uma longa maneira de explicar claramente a subordinação do Congresso. LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 120-121.

⁹⁷ SCHNEIDER, op. cit., p. 167.

⁹⁸ Idem., p. 171.

Toda a imprensa paulista ataca violentemente o governo provisório dizendo que o sr. Getúlio Vargas quer ocupar militarmente o Estado, dispondo já, dentro de seu território de mais de dez mil homens do exército. É opinião geral que nestas últimas horas a situação de São Paulo agravou-se consideravelmente, em vista da atitude energética assumida pelos diversos partidos em face do governo federal.⁹⁹

Concomitantemente, foram organizados no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, comícios pró-constituente, com o intuito de pressionar Getúlio Vargas para que o país retomasse o regime constitucional. O jornal *O Nacional* reproduziu os convites: “Um comício pró-constituente em P. Alegre. Esteve muito concorrido o comício aqui realizado ontem em favor da constituinte, sendo os oradores bastante aparteados.”

Por outro lado, o comício que estava marcado para acontecer no Rio de Janeiro, não se realizou, a pedido de Getúlio Vargas, como também noticiou *O Nacional*: “A pedido do governo provisório, deixou de realizar-se ontem, como estava anunciado, um grande comício em favor da constituinte e em comemoração á data da constituição de 24 de fevereiro.”

Havia uma apreensão por parte do Governo Provisório, pois esses movimentos poderiam espalhar-se por todo o país. Além disso, a situação política agravou-se ainda mais quando Getúlio Vargas emitiu ordem para que fossem cassados os políticos da República Velha, o que também foi notícia em *O Nacional*: “O governo provisório resolveu cassar os direitos políticos dos homens políticos da república velha, afim de que não venham, com 2 constituinte, tomar novamente, conta dos postos que deixaram com a revolução.”

Essa atitude reacionária foi o antídoto encontrado pelo Governo Provisório para aniquilar os antigos adversários políticos desalojados do poder na Revolução de 30.

2.6 A mediação de Flores da Cunha no processo pró-constituente

É reconhecido o importante papel desempenhado por Flores da Cunha, colaborando, de maneira efetiva, nas negociações políticas, na tentativa de reaproximar os líderes da Frente Única Gaúcha com o governo de Getúlio Vargas. Cabe lembrar que durante esse período discricionário pelo qual o país passava, Flores da Cunha tornou-se um verdadeiro

⁹⁹ *O Nacional*, 18 fev. de 1932. p. 1.

porta-voz do governo federal. Nesse sentido, podemos observar em uma nota veiculada na imprensa do Rio de Janeiro, o retrato da crise política entre o Rio Grande do Sul e o Governo Provisório, para a qual, como afirmamos anteriormente, entrou em cena o mediador Flores da Cunha, conforme nota em *O Nacional*:

Consta aqui que já está resolvida a divergencia politica entre o Rio Grande do Sul e o governo federal, devido á acção mediadora do general Flores da Cunha que ainda aqui se encontra. O accordo terá por base o heptalogo firmado pelos partidos gauchos e remetido ao dr. Getulio Vargas.¹⁰⁰

Os políticos riograndenses, através da mediação de Flores da Cunha, iniciaram um entendimento com o Governo Provisório, encaminhando suas propostas e condições, compostas, em princípio, de sete itens, para apreciação de Getúlio Vargas:

- Punição, pelas leis communs, dos autores do attentado de que foi victima o "Diario Carioca", afim de que não fique impune o crime.
- Promulgação de um decreto que ponha ímmediatamente em vigor a velha constituição de 24 de fevereiro, na parte que se refere aos direitos do cidadão, especificados no art. 72 dessa lei básica.
- Suspensão de qualquer restricção á liberdade de imprensa, conforme ficou estabelecido e combinado ao programma da Aliança Liberal, acabando-se a censura, em todas as suas modalidades.
- Nomeação de uma commissão de brasileiros notaveis pelo seu saber e competencia, a fim de se fazer, desde já um projecto de constituição que substituirá a de 24 de fevereiro.
- Effectivação do alistamento eleitoral, da forma já iniciada.
- Determinação, ainda para o corrente anno, da eleição da constituinte que approvará e fará a nova constituição.¹⁰¹

Percebe-se nas proposições formalizadas pelos membros da Frente Única Gaúcha, o objetivo de minimizar o centralismo de Getúlio Vargas e, ao mesmo tempo, defender a reconstitucionalização do país. Porém, os políticos riograndenses exigiam do Governo Provisório o cumprimento do acordo, como segue abaixo:

[...] Por essa razão, o Rio Grande retira todo e qualquer apoio ao governo da União que desvirtuou os fins da revolução de outubro e se manterá nessa attitude, enquanto o referido governo permanecer na idéa de não acceitar íntotum, os principios contidos nos sete ítems. Declaram ainda os partidos riograndenses que o general Flores da Cunha é o unico indicado para permanecer á testa do governo rio-grandense, na interventoria do Estado.¹⁰²

¹⁰⁰ O Nacional, 23 mar. de 1932. p. 1.

¹⁰¹ O Nacional, 19 mar. de 1932. p. 1.

¹⁰² O Nacional, 30 mar. de 1932. p. 1.

Em relação à permanência de Flores da Cunha à frente do governo do Estado, o chefe do Governo Provisório posicionou-se da seguinte maneira:

O sr. Getulio Vargas e o sr. Oswaldo Aranha, em telegramma dirigido ao general Flores da Cunha, congratularam-se com elle pela solidariedade que lhe manifestaram os partidos rio-grandenses, continuando assim o bravo rio-grandense á testa do governo de seu Estado.¹⁰³

A permanência de Flores da Cunha no governo do Estado Rio Grande do Sul foi abonada pelos seus correligionários de partido, Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha. Além disso, Flores da Cunha assumia o papel de mediador político e, assim, tornava-se o representante oficial do Governo Provisório no estado.

Concomitantemente, em março de 1932 realizou-se a Conferência de Cachoeira, a qual contou com a presença de Borges de Medeiros, Flores da Cunha, Batista Luzardo, João Neves da Fontoura, Raul Pilla e Sinval Saldanha. Essa conferência, cujos resultados estavam sendo ansiosamente esperados, durou seis horas e se realizou no salão nobre da prefeitura daquela cidade. Durante a conferência divulgou-se uma nota sob o lema o “Rio Grande ia para a frente pelo Brasil.”¹⁰⁴ Nesse sentido, transcrevemos uma parte do artigo escrito por Mauro P. Machado, editor de *O Nacional*, o qual defendia que:

Precisamos dizer em voz alta, para que o echôe em todos os quadrantes do país, que o Rio Grande do Sul, como fel-o em outubro de 30, está de pé pelo Brasil, e não recuará de seus sãos propositos, enquanto não ver restabelecida a ordem, e não ser posto em vigor, um novo regime de governo de acordo com as finalidades das recentes campanhas eleitoral e revolucionária.¹⁰⁵

A pressão pela reconstitucionalização do país era um sentimento que se alastrava por todo o Brasil, o que, portanto, não era diferente em Passo Fundo – RS, sobretudo através das páginas do jornal *O Nacional*, que trazia em seus artigos, editorias e manchetes, posições diversas relacionadas à volta ao regime constitucional.

Após o encerramento da conferência de Cachoeira, em 31 de março de 1932, os partidos riograndenses divulgaram a seguinte nota sob o título “*A Nota Oficial dos Partidos Gaúchos*”, na qual defendiam que:

¹⁰³ Idem.

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ Idem.

Primeiro - Os partidos do Rio Grande do Sul resolveram manter e ratificar a sua interior definição de atitudes, por isso mesmo que ella representa o minimo, a consciência cívica do povo do nosso Estado;

Segundo - Quando, porém, as considerações pelo interventor adduzidas tornassem aconselhavel a reabertura do debate acerca dos pontos menos relevantes do heptalogo, isso seria substancialmente impossivel, na arte referente ao periodo dentro do qual preconizamos a consulta á Nação pela escolha de seus delegados á constituinte.

Com effeito, não fixar, desde já, a época para terem lugar os comicios eleitoraes, tornal-a dependente da conclusão do alistamento, significaria manter incerta e imprecisa aquella época, uma vez que a citada lei torne o alistamento uma função permanente e não faz nenhuma referencia ao momento adequado para o encerramento da qualificação. Consequentemente, não se pode, nem de longe, inferir da oportunidade para a volta do Paiz ao regimen constitucional;

Terceiro - Tão certo parece que os partidos politicos do Rio Grande do Sul interpretaram nesse magno assumpto como nos demais exarados no texto de sua mensagem ao chefe do governo provisorio o sentimento incontestavel da maioria da opinião nacional, manifestada por órgãos de indiscutível autoridade isentos de qualquer sentimento faccioso, que não trepidam em levar a s. ex. a confirmação de seu apoio politico, desde que se torne em realidade o conjucto de providencias que já lhe foram suggeridas;

Quarto - Mas, desde que o chefe do governo provisorio affirmou não poder obrigar-se além do que pode cumprir, entendem os partidos rio-grandenses que aquillo a que s. ex. póde obrigar-se não satisfaz os compromissos que conduziram a Nação á lucta armada de cujo cumprimento o Rio Grande se constituíu, virtualmente. Os nossos partidos politicos aliensam de si toda e qualquer responsabilidade em relação aos actos do governo provisorio, reservando-se o direito de propugnar por todas as formas, por um amplo debate de seus pontos de vista, sem quebra do cívico dever de applaudir quaesquer medidas governamentaes inspiradas no bem publico.

Quinto - Assim, precisamente demarcadas as linhas de acção futura entre o Rio Grande e o governo provisorio, confiam ainda os partidos rio-grandenses em que o chefe da dictadura, coordenando a orientação de todos os verdadeiros responsaveis pela jornada de 2 de Outubro, comsiga estabelecer uma formula que, sem collidir;

Sexto - Examinado a situação da interventoria do Estado, a vista da declaração do general Flores da Cunha de não manter nella da hypothese de não vir a concordar o governo provisorio com os pontos de vista do Rio Grande, resolveram os chefes dos partidos gauchos reafirmar a sua integral solidariedade politica e inabalavel confiança pessoal áquelle illustre rio-grandense, accrescentando-se que a sua acção administrativa nenhuma restricção soffrerá por parte dos mesmos partidos, cujox orientados a consideram, no momento,¹⁰⁶ como o unico indicado para desempenhar plenamente tão difficil encargo.¹⁰⁶

Contraopondo com essa informação, Getúlio Vargas agiu rapidamente, conforme nota veiculada na imprensa nacional e reproduzida em *O Nacional*: “O sr. Getulio Vargas mandou apressar o alistamento eleitoral, afim de tornar possível a convocação da constituinte ainda este anno, conforme os desejos da frente unica gaucha, manifestados no heptalogo.”

¹⁰⁶ O Nacional, 31 mar. de 1932. p. 1.

Ao mesmo tempo em que os membros da Frente Única Gaúcha cobravam de Getúlio Vargas, enfaticamente, a reconstitucionalização do país, agora, viam o mesmo pedindo para acelerar o alistamento eleitoral. Por outro lado, os membros do “Club” 3 de outubro (tenentes) divulgaram no Rio de Janeiro um decálogo, cujo primeiro item fala na necessidade do prolongamento do prazo da ditadura.¹⁰⁷ Cabe lembrar que o ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, de poder do decálogo outubrista, foi incumbido de apresentá-lo aos líderes da Frente Única Gaúcha.¹⁰⁸

Como já vimos no decorrer deste capítulo, os tenentes eram contrários à volta do país ao regime constitucional, pois defendiam o prolongamento do Governo Provisório e o adiamento da reconstitucionalização do país, ou seja, eram defensores da ditadura Getulista.

Contudo, constituía-se a comissão que iria elaborar anteprojeto da nova constituição do país, através de decreto assinado por Getúlio Vargas, conforme destacamos a seguir:

O chefe do governo provisório assignou o seguinte decreto: Attendendo ao decreto 21.402 de 14 de maio do anno corrente, fixando o dia das eleições para a assembléa constituinte, que determinou a designação de uma comissão para elaborar o ante-projecto da futura constituição; Attendendo que o acto de 8 de julho ultimo, pelo qual foram nomeados varios membros da referida comissão, tornou-se posteriormente carecedor de alterações; Obedecendo aos intuitos do art 3 do citado decreto numero 31.402 de 14 de maio deste anno. Resolve nomear para membros da comissão encarregada de elaborar o ante-projecto da constituição brasileira, os srs dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil, Afranio de Mello Franco, Oswaldo Aranha, José Américo de Almeida, ministro Arthur Ribeiro, Agenor de Roure, Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, general Pedro Aurelio de Góes Monteiro, Francisco Solano Carneiro da Cunha, Francisco Luiz da Silva Campos, João Mangabeira, Francisco Cavalcanti, Pontes de Miranda, Francisco José de Oliveira Vianna, Aleeu de Ambroso Lima, Almirante Americo Silva, Seraphim Vallandro, Francisco de Oliveira Passos, d. Bertha Lutz. d. Nathercia Silveira, Henrique Telles Junior, João de Castro Nunes, Thenistocles Brandão Cavalcanti, Astolpho Vieira de Rezende, Victorio Vianna, Agricola da Camara Lobo, C. Luiz Zieler, Prudente de Moraes Filho, Alvaro Cumplido de Sant'Anna, Laudelino Freire, Cesar do Rego e Monteiro Filho. O decreto é datado de 26 do corrente mez.¹⁰⁹

Portanto, após o país ter passado por um longo período inconstitucional, dava-se início à organização da comissão que teria a missão de estudar e formular a nova

¹⁰⁷ O Nacional, 9 abr. de 1932. p. 1.

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ O Nacional, 28 out. de 1932. p. 1.

constituição. Cabe ressaltar que a comissão constituía-se basicamente por homens; as mulheres participantes eram Bertha Lutz e Nathercia Silveira.

Referente à nova constituição, Trindade e Noll assinalaram que:

A nova Constituição de 1934 que restabeleceu, no plano nacional, o ideário liberal defendido pela Revolução de 1930, após um longo período de Governo Provisório de Vargas e sob a pressão da Revolução Paulista de 1932, definiu os parâmetros legais das novas constituições estaduais. No caso do Rio Grande do Sul, o singularismo da Constituição Republicana Rio-Grandense impunha mudanças importantes na sua concepção estrutural diante dos novos tempos. A velha concepção autoritária do castilhismo seria substituída – mais do que em qualquer outro estado brasileiro - por um texto constitucional que fosse não somente mais compatível com a nova Constituição de 1934 (o que não foi o caso da Constituição castilhistas frente a Constituição Brasileira de 1891), mas que representasse também um avanço sobre o liberalismo oligárquico dominante na República Velha.¹¹⁰

Enfim, a nova Constituição buscou contemplar diversas ideias e tendências que dela participaram, por exemplo, os tenentes, oligarquia pró-Vargas, oposição paulista, grupos de esquerda, integralistas etc., ou seja, a nova Constituição tinha por premissa tentar atender todas as reivindicações, por mais complexas que fossem. Defendia-se o liberalismo, mas reconhecia-se a necessidade de ação do Estado em alguns setores. Portanto, nesse novo contexto, vai surgir o Partido Republicano Liberal (PRL), sob a batuta de Flores da Cunha, o qual tem por objetivo dar sustentação ao governo de Getúlio Vargas, o que veremos a partir do próximo capítulo deste trabalho.

¹¹⁰ TRINDADE, Hégio; NOLL, Maria Izabel. Op. cit., p. 104.

3 A Criação do Partido Republicano Liberal (PRL) – 1932

3.1 O protagonismo de Flores da Cunha, e os reflexos na política de Passo Fundo

Com o término da Revolução “Constitucionalista”, em 1932, definitivamente acabaram as pretensões da oligarquia paulista de retomar as rédeas do país. Flores da Cunha, porém, saiu enfraquecido politicamente, pois seu partido fez parte da Frente Única Gaúcha (PRR e PL), que apoiou o movimento paulista. Cabe lembrar, que ao criar seu próprio partido, Flores da Cunha fortalecer-se-ia politicamente junto ao governo central e, principalmente, tornar-se-ia protagonista na política do Rio Grande do Sul e, dessa forma, ganharia prestígio nacionalmente. Com a criação do Partido Republicano Liberal (PRL) – “acabou-se” o ciclo de predomínio do PRR no estado, enfraquecendo os velhos líderes políticos que durante anos dominaram o pensamento e a política rio-grandense.

Nesse sentido, Pesavento, lembra que:

No Rio Grande, o fim da revolução de 32 fragmentou a estrutura política gaúcha que estava unida desde 1928 na Frente Única. A vitória do centro implicou o banimento dos cabeças que lideravam o movimento de adesão à revolta paulista. João Neves, Raul Pilla, Lindolfo Collor e Batista Luzardo exilaram-se na Argentina, tendo Flores da Cunha intercedido junto a Getúlio para que o velho chefe do PRR fosse poupado da pena do banimento. Encerrado o episódio armado, partiu do interventor federal a campanha pela “pacificação do Rio Grande”, ainda no ano de 1932.¹¹¹

Em Passo Fundo, ocorreu o mesmo com os líderes do Partido Republicano Riograndense (PRR) local, que partiram para o exílio, como o deputado federal e ex-prefeito do município Nicolau de Araújo Vergueiro e Sergio de Oliveira, membros da Frente Única Gaúcha, o que podemos observar na matéria veiculada na imprensa da capital do estado e reeditada pelo Jornal *O Nacional* com a seguinte manchete: “Embarcaram hoje para o Rio de Janeiro, em Porto Alegre, como presos políticos, os drs. Nicolau de Araujo Vergueiro e Sergio de Oliveira, proceres da Frente Única neste Estado.”

No entanto, a “caça às bruxas” aos ex-correligionários que optaram por apoiar o movimento paulista em 1932 não ocorreu somente em Passo Fundo e, sim, no estado e

¹¹¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit., p. 98.

outras partes do país. Ou seja, era o antídoto que o governo central encontrou para eliminar seus adversários políticos que ousassem novamente atentar contra o governo. A proposta do interventor era no sentido de “não fundar nenhuma agremiação partidária e compor, de novo, os seus contemporâneos da Frente Única, sem quebra dos quadros dos velhos partidos”.¹¹²

Flores da Cunha não cumpriu tal proposta e, ao mesmo tempo, já articulava a criação de um novo partido sob sua liderança. Cabe lembrar que, ao formar o novo partido com a participação de muitos dissidentes do PRR e do PL, o programa e as ideias não seriam diferentes desses partidos, o que mudaria era o comando, ou seja, “a máquina era a mesma, porém o maquinista era diferente”.

Sobre a criação do PRL, Sandra Pesavento afirma:

No PRL, congregou-se a maior parte dos “coronéis” republicanos e outros líderes políticos menores. Sua lealdade a Borges de Medeiros, aos princípios castilhistas, desapareceu em favor de sua permanência no poder pela ligação com o novo partido governista. Também aderiram ao novo partido, muitos homens de negócios, fazendeiros, industrialistas, comerciantes e profissionais liberais que se interessavam por estabilidade, paz e favores do governo, voltaram-se para o partido do interventor. O PRL recebeu a adesão ainda de um novo elemento – parte da juventude gaúcha que se encontrava desencantada com o conservantismo socioeconômico dos partidos da FUG. O novo partido atraiu-os com uma plataforma que atacava os problemas políticos e econômicos do seu tempo que acrescentava reformas políticas, recomendava mais envolvimento do Estado na esfera econômica, bem-estar social e educação.¹¹³

Nesse mesmo sentido, Ivo Caggiani escreveu:

Com o clima criado a partir da Revolução Constitucionalista de 1932, onde a Frente Única Rio-grandense colocara-se ao lado dos paulistas e rompido com o seu venerado chefe dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, bem como com o seu partido de toda a vida, Flores da Cunha ficou sem uma agremiação política que lhe desse sustentação no governo. Entendeu, portanto, que tornava-se necessário reconstruir o quadro político e, inclusive, pacificar seus inimigos. Para isso criou o Partido Republicano Liberal, de cunho progressista. Nele se abrigaram a maioria do Partido Republicano Rio-grandense, assim como muitos chefes revolucionários de 1923, 1924, 1925 e 1926, e federalistas intransigentes, que não haviam participado da Aliança Libertadora de Assis Brasil, incorfomados com a extinção de seu velho e tradicional partido, que datava das cruentas lutas de 1893.¹¹⁴

¹¹² FONTOURA, João Neves da. Apud PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op.cit. , nota 1, p. 98.

¹¹³ Ibid., p. 99.

¹¹⁴ CAGGIANI, Ivo. *Flores da Cunha*. Biografia. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996. p. 142.

Entretanto, na abertura da sessão da fundação do PRL, em 15 de novembro de 1932, o deputado João Carlos Machado, correligionário de Flores da Cunha, discursava sobre as razões que o levaram à criação da nova agremiação:

Chegamos a uma encruzilhada em que devemos optar por uma das normas abertas: ou tomamos resolutamente o caminho da ordem social, política e administrativa, procurando preservar da anarquia o Rio Grande e o país, permitindo curso livre a todas as suas atividades, restaurando a confiança perdida, visando o restabelecimento do ritmo de trabalho industrial e comercial, perdido, no tumulto das paixões e dos entrechoques armados – ou abandonamos um e outro à aventura, inspirada pelos ódios, pelos egoísmos, pelos personalismos dissolventes, pelas ambições desenfreadas, cujas consequências não precisamos apontar, visto que cada um de nós saber perfeitamente o que representa para o nosso povo como fator depressivo e perturbador, moral e materialmente.¹¹⁵

Flores da Cunha criava um novo partido com o objetivo de ter maior controle político. Ao contrário do que expressava, defendendo o combate ao personalismo, fundava o partido sob seu comando. Flores da Cunha acreditava que o primeiro passo para o estado se desenvolver e concorrer com a região Sudeste¹¹⁶ era organizar-se internamente, ou seja, estabelecer novamente a ordem, dialogando com as demais forças políticas do estado, com o intuito de minimizar as rivalidades e os conflitos políticos que prejudicavam o crescimento do estado.

Enfim, para Vargas, o PRL, que surgia com o esgotamento dos “velhos partidos”, viria salvar as conquistas da Revolução de 30. Portanto, para o executivo federal, o PRL seria o único e legítimo partido que evitaria as aventuras políticas e rescaldos partidários.

Na perspectiva de Vargas, diferente de outros partidos estaduais, mergulhados em disputas locais e fiéis representantes dos interesses oligárquicos, o PRL, por outro lado, seria um instrumento para fortalecer a “unidade nacional”, através do “predomínio de amplo sentimento de brasilidade”. Não haveria, portanto, quaisquer entraves para o desenvolvimento nacional e o progresso industrial, posto que, para Vargas, a confluência dos interesses nacionais seria a própria resolução das “aspirações locais”.¹¹⁷

Essas eram, portanto, as pretensões de Getúlio Vargas com o novo Partido Republicano Liberal. Cabe lembrar, primeiramente, que o PRL fora fundado por elementos

¹¹⁵ *O Partido Republicano Liberal e seu programa*. Apud JUNIOR, Antônio Manoel Elíbio. Op. cit, p. 103.

¹¹⁶ Segundo o IBGE, a região Sudeste é formada pelos seguintes estados: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

¹¹⁷ *O Partido Republicano Liberal e seu Programa*, Oficinas Gráficas Livraria Globo, 1933. p. 48.

da oligarquia rio-grandense; segundo, em seu programa o PRL deixa bem claro que defenderia os interesses da classe oligárquica, ou seja, a classe dominante sentia-se representada pelo PRL. Por outro lado, essa unidade nacional não se materializou, pois o próprio programa do PRL defendia maior autonomia diante do governo central. Outro ponto, que não condiz com a afirmação de Vargas, é a respeito dos interesses nacionais serem os mesmos do estado do Rio Grande do Sul, como veremos neste trabalho. O governo de Getúlio Vargas foi contra as aspirações e o desenvolvimento do Estado, como, por exemplo, quando da incorporação da Frota Rio-Grandense ao Lloyd Brasileiro, que acabou falindo. Flores da Cunha havia criado a Frota Rio-Grandense com cinco navios frigoríficos, a partir de 1936, com a finalidade de baratear os fretes marítimos e permitir a exportação da carne rio-grandense.

Em 16 de novembro, de 1932, instalava-se no salão nobre da Biblioteca Pública de Porto Alegre, a reunião de fundação do PRL que contou com a presença de prefeitos, chefes políticos e comissões executivas, convocados pelo interventor federal. No momento em que Flores da Cunha chegou ao recinto, o interventor federal, como era de se esperar, foi recebido de pé pelos presentes.¹¹⁸

Em seu discurso proferido no congresso de criação do Partido Republicano Liberal (PRL), Flores da Cunha explanou sobre o contexto político pelo qual o país passava e ratificava o seguinte em sua fala:

[...] Reunidos pela primeira vez após o ultimo movimento sedicioso, quero ainda, agora, reafirmar-vos que cumprimos o nosso dever, defendendo o Rio Grande da anarchia e o Brasil da oppressão.

Não esquecerei jámais o decidido concurso da vossa bravura e da vossa lealdade batendo-vos pela ordem e trabalhando pela felicidade da nossa querida terra. Encontrei em vós, no momento da tormentosa lucta, o apoio moral e material mais que necessario para jugular a revolta.

No entanto, devo confessar que soffri nesse transe, felizmente já passado, um golpe dos mais crueis. Foi sempre bem o sabeis, um homem de partido. Pelo meu partido e pelo meu chefe, arrisquei varias vezes, sem conta, minha vida, e perdi um irmão.¹¹⁹

Minha dedicação partidaria e minha feição pessoal pelo dr. Borges de Medeiros foram daquellas que não se mediam por palavras, mas que se provaram pelo sangue que derramei em luctas das mais violentas da mais historia. Quando muitos dos que hoje o lisongeam, pregavam o seu assassinato, eu, com meus

¹¹⁸ Correio do Povo, Porto Alegre, 16 de nov. 1932. p. 1.

¹¹⁹ Flores da Cunha referia-se ao seu irmão caçula Guilherme Flores da Cunha, que na véspera da batalha em que perdeu a vida festejara 31 anos de idade. Esse combate ocorreu na ponte do rio Ibirapuitã, na cidade de Alegrete – RS, na Revolução de 1923. SCHIRMER, Lauro. *Flores da Cunha de corpo inteiro*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007. p. 59.

irmãos e amigos, affrontavamos em sua defesa, todos os azares e rudezas dos combates em campo aberto. Quando muitos agora o glorificam ainda, o qualificam de tyrano, retrogado e usurpador, eu assumindo o governo do Rio Grande fui pedir conselhos á sua experiencia, reafirmar-lhe os sentimentos de minha veneração.¹²⁰

Percebemos na primeira parte de seu discurso, sua lealdade e sua fidelidade com o partido e, principalmente, o seu compromisso com o líder maior do PRR – Borges de Medeiros. Dando continuidade em seu discurso, Flores da Cunha afirmava:

Quis Deus que quasi todos os seus inimigos e raros de seus correligionarios, conluiados com a desordem se atiravam contra mim e pretendiam arrasar meu governo. Se a politica devesse ser assim sem entranhas, se para ella nada valem as dedicações as mais extremadas, de amizade e gratidão, desgraçada invenção seria essa que mata tudo quanto ha de mais nobre no coração humano!

A todos nós julgará a posterioridade. De mim declaro que nenhum momento, pois, não podia vacilar entre o dever e a deshonra. Acusam-me alguns de haver faltado aos meus compromissos.

Invencionices diffamatoria, que deveria envergonhar os diffamadores. Nunca tive compromissos com a rebelião paulista. Não conspirei. Fiz preparativos á luz do sol, para conter a onda extremista, para deter quando fosse opportuno o terrorismo que ameaçava erguer em seus collo logo após a victoria da revolução. Essa é a verdade núa. Não desejei amainar os furores revolucionarios dos que acabavam de vencer e queriam para reconstruir, tudo arrazar primeiro. Com a rebelião de S.Paulo não tive entendimentos, nem assumi compromissos até mesmo porque a ignorava.

Supeitava-lhe os movimentos, isso sim, e procurei quanto em mim coube, evital-a; pensando até reunir aqui, todos os prefeitos, como agora, para o compromisso solemne em pról da ordem [...].¹²¹

Na parte final de seu discurso, Flores da Cunha se contradiz quando afirma nunca ter tido compromisso com o movimento paulista, pois antes de definir apoio ao Governo Provisório, havia distribuído armas pelo Estado, cerca de (3.000) três mil, temendo que não fosse dado a São Paulo o governo civil reclamado pelos paulistas.¹²² Percebe-se que neste momento Flores da Cunha ainda estava conspirando a favor do movimento paulista, ou seja, sua posição em ficar ao lado de Getúlio Vargas aconteceu na última hora, por isso fora acusado pelo movimento paulista e pelos membros da Frente Única Gaúcha de traidor.

Logo que assumiu a interventoria, Flores da Cunha não relutou e foi conferenciar com Borges de Medeiros sobre sua nova missão, a de governar o estado do Rio Grande do

¹²⁰ O Nacional, Passo Fundo, 28 de jan. 1932. p. 1.

¹²¹ Idem. , p. 1.

¹²² Cf. SCHNEIDER, op. cit., p. 205.

Sul, pedindo conselhos ao velho correligionário do PRR. No que tange à Revolução “Constitucionalista”, Flores da Cunha deixou bem claro em seu discurso que em nenhum momento pensou em aliar-se ao movimento paulista, cujo apoio seria uma incoerência, pois partiu do estado do Rio Grande do Sul o movimento de 1930, que tinha por objetivo derrubar a oligarquia paulista do poder, ou seja, apoiar o movimento paulista era algo que iria contra os próprios princípios da Aliança Liberal.

Dando continuidade ao seu discurso realizado no congresso de fundação do PRL, Flores da Cunha falou aos presentes da situação pela qual o país passava, como constatamos na parte final de seu pronunciamento:

A revolução de 1930 encontrou o Paiz dilacerado, quasi á bancarrota. O governo deposto acumulara sobre o Brasil, uma serie de horrorosas catastrophes. As finanças arruinadas da administração anarchisada e corrompida pela politica, esphacelado o exercito, a marinha quasi estincta, enxovalhada toda a Nação pela audacia, ineptia e violencia do mais desgraçado de seus governos, era preciso cauterisar a chaga para curá-la. Precisamos agora reconstruir. Deante dos brasileiros abre-se um largo futuro de trabalho arduo mas fecundo e de sacrificios que serão recompensados pela prosperidade.

É necessario que todos os homens de boa vontade e boa fé aliem-se pela paz e pela felicidade do Brasil, que tragam, todos os concursos de sua energia, de seu patriotismo para a grande obra de reconstrução nacional.

Esse momento grave e singular para a nossa Patria, deve ser o divisor das aguas. Que fiquem para o passado as aguas turvas da desordem, dos odios e da maldade. Que corram para o futuro, limpidas vertentes de paz, trabalho e solidariedade que hão de fertilisar as terras generosas do Brasil, para que nellas floresçam enfim, a verdadeira democracia onde coexistem os direitos de cada um á felicidade de todos. Verificado o nosso divorcio de nossos antigos correligionarios aliados para evitar as degladiações sangrentas e sempre nefastas, submettamos o dissidio ao referendum da opinião publica do Estado, no prelio pacifizo dos comicios eleitoraes. Que ella decida entre os nossos ideaes de paz e fraternidade e desejos de ordem ou a vingança de nossos adversarios. Si eu estiver ainda no Governo, presidirei officialmente o comicio das urnas. Será para mim questão de honra reconhecer os vencedores. Darei eleições livres e farei respeitar a vontade dos suffragios. Não desejo tambem entronisar-me na chefia de nenhuma corrente politica. É preciso banir das aggremações politico-partidarias, a influencia dos personalismos que se impõem, discricionariamente. Largo é o tempo e formidavel é o trabalho: Vidas e nomes sem conta poderão engrandecer-se na gloria com que a Patria recompensa a todos que a servem com desinteresse e que a defendem com energia.

Unamo-nos e marchemos. Afastemo-nos do passado desolador e tenhamos fé, num futuro melhor de paz, justiça e liberdade!¹²³

Para ratificar a importância da criação da nova sigla, Flores da Cunha procurou historiar para os participantes a situação gravíssima pelo qual o país vivia logo após a Revolução de 1930. O governo deposto, segundo ele, deixou o país sob uma imensa crise

¹²³ O Nacional, Passo Fundo, 16 de nov. 1932. p. 4.

econômica e, principalmente, os ministérios e demais órgãos do governo encontravam-se sucateados e falidos. Também ressaltava que não pretendia entronizar-se em nenhuma agremiação política, isso por que já acontecera no PRR, onde durante um longo período ficou sob o domínio de Julio de Castilhos e Borges de Medeiros.

Entretanto, Flores da Cunha novamente se contradiz em seu discurso, pois o mesmo dizia combateria o personalismo partidário, por outro lado, criava um novo partido (PRL), como já mencionamos. Continuando sua explanação, defendia um processo eleitoral na mais pura transparência e lisura, algo que no estado não acontecia há anos, pois as eleições aconteciam sob a égide do voto “a cabresto”, do “curral eleitoral”, da “falcatrua” e, sobretudo, forjando resultados e adulterando listas eleitorais, como ocorreu nas eleições de 1923, o que culminou com a Revolução de 23, na qual Flores da Cunha destacou-se ao pegar em armas para defender a eleição ilegítima de Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul.

Finalizou seu discurso, afirmando a necessidade de nos afastarmos do passado, buscando um futuro menos obscuro. Veremos, mais adiante se esse discurso de unidade e mudança de postura e conduta foi mesmo colocado em prática.

Acerca da fundação do partido, Regina Portella Scheneider entende que:

Este partido foi fundado para fazer a segunda parte da revolução de 30. A primeira tinha sido a armada, a segunda seria a transformação da vida política do Estado, sua libertação de sujeições passadas, do jugo personalista dos chefes de partido, integrar o Rio Grande do Sul no todo da nacionalidade, eliminando o regionalismo político.¹²⁴

A principal missão do Partido Republicano Liberal (PRL) era ocupar o espaço político deixado pela Frente Única Gaúcha em 1932 e preparar-se para as eleições constitucionais em maio de 1933.

No encerramento do congresso dos prefeitos e da criação do Partido Republicano Liberal (PRL), foram escolhidos os membros que fariam parte do Diretório Central do PRL, que ficou composto pelos seguintes integrantes: Augusto Simões Lopes, Alberto Bins, José Neto, Victor Dumoncel, Protásio Vargas, Theobaldo Fleck, Francisco Flores, Valzumiro Dutra, Quim César, Frederico Dahne, Miguel Moratore, Antônio S. Barros. E, como suplentes: Antônio Amorim, Guerra Blessmam, Mário Totta, Bráulio Oliveira, Oscar

¹²⁴ SCHNEIDER, op. cit. , p. 245.

Karnal, Olmiro Azevedo, Francelizio Meireles, Carlos Mangabeira, Armando Annes, Adel Bento Pereira, Antônio Freitas Valle; secretário-geral Darci Azambuja, substituto Dario Crespo. Flores da Cunha e Osvaldo Aranha foram aclamados chefes honorários do partido.¹²⁵

Cabe ressaltar que os prefeitos e demais líderes políticos de Passo Fundo e região que participaram do congresso de criação do novo partido, estavam: Victor Dumoncel, de Santa Bárbara; Valzumiro Dutra, de Palmeira das Missões; Quim César e Armando Annes, de Passo Fundo, e Ivalino Brum, de Carazinho.

3.2 Fundação do PRL e a oposição de Nicolau de Araújo Vergueiro

A fundação do Partido Republicano Liberal (PRL) ocasionou um mal estar na política passo-fundense, principalmente entre os membros da Frente Única Gaúcha do município, porque os ex-correligionários de Flores da Cunha e do PRR – Nicolau de Araújo Vergueiro e Antônio Bittencort Azambuja – divulgaram uma nota na imprensa local, dirigida aos membros do partido republicano e à população, na qual manifestavam a contrariedade à criação do PRL por Flores da Cunha e, ao mesmo tempo questionavam o programa proposto pelo partido recém fundado. Isso foi divulgado em *O Nacional*, sob o título de “*Advertencia aos republicanos e libertadores de Passo Fundo*”, como podemos observar:

Acaba de se fundar em Porto Alegre o <Partido Republicano Liberal> que, sob a chefia do exmo, general Interventor Federal, pretende alieiar ás suas fileiras os elementos dos tradicionais partidos Republicanos e Libertador do Rio Grande do Sul. Para melhor attingir o seu objectivo, adoptou a nova corporação politica os postulados primaciaes da Aliança Liberal. Mas, o programma da Aliança Liberal é o programma de sua genetriz – a <Frente Unica> riograndense, constituída dos partidos. Libertador e Republicano. Em sendo a < Frente Unica> um posto avançado para o mais alto idealismo liberal que empolga a sociedade contemporanea, não ha razão de os elementos que a compõem abandonar as suas fileiras, adherindo ao novo partido, pelo só facta de lhe haver este copiado o programma, em sua parte fundamental.

Em tal caso, a mudança seria menos de ideias e principios, que por vezes se justifica, que de homens, não raro destoante dos elevados moveis que devem inspirar ao cidadão a sua conducta civica.

¹²⁵ O Nacional, Passo Fundo, 21 nov. 1932. p. 1.

E seria trocar os chefes que se acham no exílio, pelo chefe que está no poder. Republicanos e libertadores, não vos deixeis envolver pela maré crescente de paixões, característica do instante que passa. [...] As revoluções mudam, pela força material, o nome, mas não a essência, o *substractum*, a indole das instituições porque se rege o povo. Havemos de vencer nas urnas pela reacção lenta, progressiva e segura dos costumes políticos, trabalhados na imprensa, na tribuna, nos comícios e nos livros, pela ideologia superior e salutar da <frente única> riograndense.

Republicanos e libertadores que conservaes immacula a fé partidaria e tendes a coragem civica da adversidade, não apostateis os chefes aclamados até ás vespervas do exílio nem abjureis o patrimonio politico do vosso passado que, a lances de bravura, lealdade e civismo, fez a grandeza e gloria, do Rio Grande do Sul ! Libertadores e republicanos, apresentae-vos para a formidavel batalha civica da reintegração da patria na ordem constitucional, firmes e resolutos em vosso posto de ontem, no seio da poderosa e invencivel organização partidaria que é a <frente única>, e sob a inspiração tutelar de Raul Pilla e Borges de Medeiros, os dois grandes chefes que o exílio não baniu da consciencia politica do Rio Grande do Sul e que são cada vez maiores na saudade e veneração de seu povo! Passo Fundo, 5 de dezembro de 1932.¹²⁶

A.Bittencourt Azambuja
Nicolau Araujo Vergueiro

Está clara, portanto, como mostra esse documento assinado pelos membros da Frente Única do município de Passo Fundo, representados pelo A. Bittencourt Azambuja e pelo deputado federal Nicolau de Araújo Vergueiro, a indignação diante da criação do Partido Republicano Liberal. Ora, esse repúdio contra a nova agremiação é algo normal, pois os membros do PRR e do PL foram favoráveis ao movimento paulista de 1932, ou seja, com a derrota da oligarquia paulista e dos partidos que o apoiaram, os mesmos ficaram órfãos de representação. Na advertência dirigida aos Republicanos e Libertadores deixavam claro que os mesmos deveriam analisar o conteúdo do programa do PRL, que tinha por base os preceitos da Aliança Liberal. Segundo Nicolau de Araújo Vergueiro e Azambuja, o programa apresentado no congresso do PRL era o mesmo da Frente Única. Por conseguinte, alertavam aos republicanos e libertadores que não mudassem de partido, pois as ideias seriam as mesmas, mudando apenas o chefe. As ideias não eram as mesmas, porém tanto a Frente Única como o PRL representavam a oligarquia rio-grandense.

Por outro lado, o historiador Jorge Salis Goulart derruba a tese apresentada pelos membros da Frente Única do município de Passo Fundo, Nicolau de Araújo Vergueiro e Bittencourt Azambuja, de que a nova agremiação teria copiado de forma parcial o que “rezava” o programa da Frente Única.

¹²⁶ O Nacional, Passo Fundo, 7 dez. 1932. p. 1.

Segundo Schneider, citando uma passagem de Goular, diz o seguinte a respeito da fundação do PRL:

Quando surgiram os novos programas da Frente Única, viram-se forçados a copiar o programa da nova agremiação política fundada em Novembro. [...] A Frente Única que ultimamente existia, era uma coligação antagônica com o próprio caráter rio-grandense em face da insinceridade dos que nela se conservam. O nosso povo não poderia estacionar nesse regime de cambalachos pessoais e de surdas guerrilhas que se desenvolviam subterraneamente sob a aparência de falsa harmonia exterior que a fachada espetacular da Frente Única exibia aos olhares da política nacional.¹²⁷

Vale frisar que os partidos hegemônicos do estado do Rio Grande do Sul, em grande parte, encontravam-se acéfalos, ou seja, os seus programas não mais representavam a realidade da população riograndense. Regina Portella Scheneider, nesse sentido, assinalou:

Compreendeu, com percuciência sociológica, que o ciclo dos partidos tradicionais estavam encerrado e, que os seus velhos programas não mais atendiam às exigências imperiosas do Brasil, libertado pela Revolução e trabalhado por toda a inquietação do mundo hodierno; viu, em torno, a agitação tumultuária das aspirações e das idéias que a Revolução desencadeou; sentiu, nítido, que, como resultantes dessa evolução profunda, impunha-se a sistematização de uma corrente de opinião, que encaminhasse todos esses anseios em um sentido edificador (J. Pereira Coelho de Souza).¹²⁸

A criação do PRL era, como podemos observar, algo novo, porém os atores eram os mesmos, ou seja, o partido fora criado principalmente para defender os interesses da classe dominante. A composição do novo partido agregou os velhos oligarcas dissidentes do PRR e do Partido Libertador. No manifesto do Partido Republicano Liberal percebemos o predomínio da visão positivista e a exclusão da classe proletária como mostra esta passagem:

[...] O Partido Republicano Liberal não foi pedir sugestões ao proletariado, negociando filiação política. Preferiu sujeitar ao seu exame a esperança que nutre de vêr bem compreendidas as providencias que se propõe realizar, criando-lhe facilidades e compensações para a vida áspera e extenuante em que se consome.¹²⁹

¹²⁷ SCHENEIDER, op. cit., p. 244.

¹²⁸ Idem. , 1981, p. 244.

¹²⁹ *O Partido Republicano Liberal e o seu manifesto*. Porto Alegre, [s.ed.], 1932. p. 4.

Não há um consenso em torno dos objetivos propostos pelo novo partido; existem sim duas posições antagônicas referentes à finalidade da nova agremiação. A primeira posição defendida é a do historiador Carlos Cortés:

A classe dominante gaúcha cindira-se, mas o limite de compreensão dos fatos ocorridos deve ser buscado ao nível da rearticulação política das oligarquias, ameaçadas com a perda de seu poder durante o regime discricionário. Aliás, a essência de constituição do PRL não era a ideologia, mas sim o próprio poder.¹³⁰

Segundo a posição de Carlos Cortés, portanto, a base do PRL não era centrada em ideologia, mas sim na busca desenfreada pelo poder.

Por outro lado, Hélió Trindade e Maria Izabel Noll defendem que:

O fundamental é que não se criava um partido para conquistar o poder, mas sim um partido que viabilizasse, a partir do aparelho de Estado, a legitimação da elite regional e, indiretamente, a nacional. Como a forma prevista de aquisição de legitimidade com a perspectiva de eleições para a Constituinte era via eleitoral, cabia ao partido dar alguma coesão ao grupo a fim de que, através de uma comprovação pelas urnas, ficasse atestada a autenticidade representativa da classe governante. Portanto, com a criação do PRL, o Interventor preparava a integração de sua máquina administrativa às novas regras do jogo democrático.¹³¹

Há, portanto, duas teses diferentes a respeito da criação do PRL: a primeira defende que a finalidade da nova agremiação não era centrada em ideologia e, sim, na conquista do poder; a segunda defende que o objetivo fundamental do PRL não era a conquista do poder, mas sim buscar a legitimidade da elite regional e, indiretamente, a nacional. Esperavam que a legitimação viesse através das eleições para Constituinte de 1933. Portanto, para legitimar o programa e as propostas defendidas pelo PRL, era preciso que o mesmo conquistasse o poder.

Em 16 de novembro, de 1932, nas dependências da Biblioteca Pública em Porto Alegre – RS, foi apresentado para todos os presentes no Congresso de fundação do PRL, o programa¹³² que a nova agremiação desenvolveria.

O Partido Republicano Liberal propugnara, por regime livre e democrático, em que as amplas garantias de todos os direitos individuais coexistissem e se harmonizassem com a

¹³⁰ CORTÉS, apud. PESAVENTO, 1980, p. 104.

¹³¹ TRINDADE; NOLL, 2005, v. 2, op. cit., p. 85.

¹³² Anexo nº. 2 - Programa do Partido Republicano Liberal (PRL), na íntegra.

autoridade, a justiça e o bem comum. O programa do PRL incluiu a questão social pela primeira vez, o que ganhou destaque, pois refletia o novo contexto social pelo qual o Rio Grande do Sul e o Brasil passavam. O novo programa defendia seguros “sociais contra invalidez, acidentes no trabalho, moléstia, velhice, desocupação ocasional e não procurada e morte” e regime de “oito horas, no máximo, para trabalho maquinofatureiro, comercial, agrícola e mineiro, sua gradual redução à medida da eficiência maior dos processos de produção; restrição dos trabalhos noturnos; limitação dos turnos para as mulheres grávidas e para lactantes; proibição de trabalho maquinofatureiro e mineiro aos menores de 14 anos”. Percebe-se que o programa tinha um olhar especial no que tange à política social, uma vez que ampliava os direitos sociais e valorizava os trabalhadores e trabalhadoras.

Defendia a forma “republicana federativa” e a autonomia “dos Estados”, cuja proposta contrariava o movimento centralizador defendido pelos setores industriais hegemônicos do Rio de Janeiro e de São Paulo, posto em marcha pela Revolução de 1930 sob a direção de Getúlio Vargas; desenvolvimento da Assistência Social, especialmente a hospitalar e de amparo à infância e à maternidade; sufrágio universal, secreto e pelo sistema proporcional, ou por outra modalidade, que assegurasse a verdade da eleição e a representação de todas as opiniões. Não há especificação se o voto seria direto ou não, ou em que nível ele seria direto. Da mesma forma, também não deixava claro se as mulheres teriam direito ao voto ou não. Previa proteção racional às indústrias que no país encontrassem elementos e condições de viabilidade e resistência econômica; regulamentação dos regimes de aproveitamento de energias hidráulicas de qualquer espécie e reserva das usinas de notável interesse econômico ou militar, para a propriedade do poder público.

Portanto, percebe-se no programa do PRL a necessidade de criar um leque de medidas, que impulsionasse o desenvolvimento do Estado e, ao mesmo tempo, não descuidasse da política social. Em suma, um governo precisa ter em mente, sempre, que o desenvolvimento econômico anda de mãos dadas com o desenvolvimento social.

3. 3 PRL: a luta pelo voto nas eleições de 1933, 1934 e 1935

O primeiro desafio do Partido Republicano Liberal (PRL), após a sua fundação, foi articular o partido, os diretórios municipais e seus correligionários em todo o estado, para as eleições Constituinte de 1933. Todavia, Flores da Cunha deu início à campanha de alistamento eleitoral, muito comum à época. A campanha de alistamento era uma maneira de o partido obter uma previsão de qual região concentraria a maioria do seu eleitorado e, conseqüentemente, antecipar o número total de eleitores que estariam aptos a votar em seus candidatos. Podemos considerar esse sistema de alistamento arbitrário e reacionário, já que tirava da população o direito de escolha e, além disso, permitia que se formassem novamente os “currais eleitorais” e o “voto a cabresto”.

Nesse sentido, Héglio Trindade defende que:

O serviço de alistamento era fundamental para o partido, pois lhe dava através de uma prévia aproximada, o potencial eleitoral do município. Logicamente que o eleitor tinha que sofrer um rígido controle, em muitos casos. Em geral era tirado de casa, conduzido até a mesa e controlado na votação, recebendo a cédula pronta, já que cada um confeccionava a sua. Se havia expediente específico para induzir o eleitor à votação, havia também, com muita frequência, expedientes para dissuadi-lo de votar, principalmente nos municípios onde a oposição ia se fortalecendo.¹³³

Entretanto, a eleição para Constituinte de maio de 1933, não seria nada fácil para os integrantes da Frente Única do município de Passo Fundo, pois as principais lideranças e possíveis candidatos ao pleito eleitoral encontravam-se no exílio. Essa política de represália foi muito usada para aniquilar os principais adversários políticos em todo o Estado. Flores da Cunha utilizou-se de todo seu poder e de sua força política para perseguir e anular os opositores.

No município de Passo Fundo, os principais líderes da Frente Única, Nicolau de Araújo Vergueiros e Bittencourt Azambuja, presidente do Diretório do Partido Libertador, foram para o exílio, o que tornaria a disputa bem mais fácil para o PRL, com a predominância dos votos em Passo Fundo.

O confronto entre Flores da Cunha e Nicolau de Araújo Vergueiro ficou nítido em 1931, quando o interventor do estado, querendo ofuscar, ou melhor, aniquilar a figura

¹³³ TRINDADE; NOLL, op. cit., p. 92.

política de Vergueiro, emancipou o município de Carazinho, que à época pertencia a Passo Fundo. Tal medida teve por objetivo enfraquecer politicamente Nicolau Vergueiro e seus demais correligionários da Frente Única. Para o município de Passo Fundo foi uma perda considerável, pois, ao perder uma fatia territorial significativa, perdia econômica e politicamente. Isto é, perdia parte da receita que passaria agora para Carazinho, e parte do eleitorado, que agora deixariam de votar em Passo Fundo. Sobre a emancipação de Carazinho e sua repercussão local e estadual, apresentaremos mais adiante um recorte histórico específico sobre esse fato.

Concomitantemente, outra situação que causou desgaste político ocorreu em 24 de março de 1935: o desmembramento do município de Passo Fundo, que, em um raio de área onde se constituía o décimo distrito, base forte e reduto eleitoral da Frente Única Gaúcha e de Nicolau Vergueiro, passava agora a fazer parte do município de Getúlio Vargas. Além disso, Flores da Cunha nomeou para prefeito desta localidade o major da Brigada Militar do Estado Manuel Nunes da Costa. Enfim, novamente eram impostas medidas para anular definitivamente a atuação política de Nicolau Vergueiro e, assim, enfraquecê-lo nas eleições para a Constituinte de 1933.

Esse contexto desfavorável para os membros da Frente Única local ficou evidenciado em artigo publicado em *O Nacional* de Passo Fundo, no qual se expressa um sentimento de revolta, referente ao pleito eleitoral de maio de 1933, como podemos constatar neste trecho:

Segundo temos observado, o pleito de maio proximo vai ferir-se em nosso municipio, com grande entusiasmo cívico. Não se pôde negar que a ação de propaganda eleitoral da Frente Unica, entre nós, foi impecilhada pela situação de emergência em que se encontrava o Estado. Resultou dela não só a prisão de elementos unionistas de destaque, tais como o dr. Araujo Vergueiro e cel. João Fagundes, como também o afastamento de outros, entre os quais ha a notar o dr. Bittencourt Azambuja, presidente do diretório libertador.

Tais fatos, como é natural, impecilharam a ação de qualificação. Apesar disso, porém, reina interesse real, entre os membros da Frente Unica pelas proximas eleições, tomando-se diversas medidas entre os unionistas, com a aproximação do pleito.

Assim é que o dr. Araujo Vergueiro, atualmente na capital da republica, autorizou a criação de uma comissão executiva do Partido Republicano, neste municipio, a qual o substituirá na sua auzência temporária.

Tambem chegou ao nosso conhecimento que o dr. Bittencourt Azambuja, auzente da cidade desde fins do ano passado, pretende regressar, estando em plena atividade politico-partidária.

Vê-se, pois, que com a aproximação do pleito, desaparece aos poucos a situação de contrangimento político existente e a oposição lança-se com entusiasmo no único caminho aconselhavel que se lhe depara: a luta incruenta e civica das urnas. Nestes dias, em que se fala ainda de possibilidades revolucionarias essa atitude da Frente Única de Passo Fundo só pode merecer louvores, pois lança-se patrioticamente, apesar de tudo, no rumo legal da mais sagrada das lutas que é

aquela em que, no terreno das idéas, se pede ao povo a manifestação de sua vontade soberana.

Estamos certos de que as autoridades locais pertencentes ao Partido Liberal, entre as quais reina não menor entusiasmo pelo proximo pleito, procederão cavalheirescamente com seus adversários políticos., permitindo, nestes últimos dias, dentro dos honestos limites da lei, a sua atividade partidária.

Podemos pois esperar que em maio proximo, Passo Fundo, na luta dará voto, como sempre deu, um exemplo de civismo e de interesse pelos destinos da nacionalidade.¹³⁴

Embora estando no exílio, Nicolau de Araújo Vergueiro formou uma comissão executiva do PRR no município, como medida para manter o partido organizado e preparado para o pleito eleitoral de 1933. Percebe-se o apelo aos membros do PRL para que atuassem durante o processo eleitoral com maior transparência e, sobretudo, a exigência de respeito com seus adversários. Nesse contexto, o estado do Rio Grande do Sul foi palco de três eleições: em 1933, para a constituinte federal; em 1934, para escolha dos deputados federais e para a constituinte estadual; e, em 1935, para as prefeituras municipais. Portanto, na eleição de 1933, o PRL, partido criado por Flores da Cunha, interventor do Estado, enfrentaria a primeira disputa com os partidos da oposição. Com as principais lideranças oposicionistas no exílio, em virtude do fracasso dos mesmos na Revolução Constitucionalista de 1932, tornar-se-ia bem mais fácil a vitória do PRL.

Passados dois anos desde que Getúlio Vargas assumiu o Governo Provisório, foram marcadas as eleições constituintes para o mês de maio de 1933, o que foi ratificado pelo ministro da justiça, Sr. Maciel Junior, falando à imprensa.¹³⁵

Em entrevista à *Agencia Brasileira*, reproduzida pelo jornal *O Nacional*, Flores da Cunha colocou-se contrário à hipótese de adiamento das eleições do mês de maio.

Na entrevista, Flores da Cunha afirmava que:

O Rio Grande daria em maio de cem a cento vinte mil eleitores, maior numero registrado ate a campanha Liberal de 1930. Calcula o interventor que os municípios darão no mínimo 1.000 votos cada um, com excepção de P. Alegre, Pelotas, Rio Grande e outros que darão muito mais. Por isso acredita que seu calculo não é exagerado. O general Flores da Cunha declarou ainda que, si as eleições forem addiadas, não hesitará em deixar a interventoria do Estado.¹³⁶

¹³⁴ O Nacional, 19 abr. 1933. p. 4.

¹³⁵ O Nacional, 13 de jan. 1933. p. 1.

¹³⁶ O Nacional, 13 de fev. 1933. p. 1.

Embora as eleições tenham sido confirmadas para maio, o Tribunal Eleitoral recusou-se a inscrever os partidos Comunista e Católico, por não atenderem às condições legais.¹³⁷

Em reunião do Partido Republicano Liberal, realizada em Porto Alegre, foram escolhidos os 17 candidatos para deputados da Constituinte. *O Nacional* apresentou os nomes dos candidatos escolhidos do PRL, como podemos observar em sua primeira página.



Figura 3 – Flores da Cunha, anunciando a nominata dos candidatos do seu partido para as eleições Constituintes de 1933, em Porto Alegre – RS.

Fonte: Jornal *O Nacional*, 4 de março de 1933. p. 1. Passo Fundo – RS.

¹³⁷ *O Nacional*, 15 de fev. 1933. p. 1.

Após o interventor do estado, Flores da Cunha, ter divulgado os nomes dos seus candidatos à constituinte na capital, o clima eleitoral esquentou no município. O Grêmio Nacionalista Flores da Cunha, organização criada em Passo Fundo, para orientar a política partidária e, sobretudo, os interesses do Governo Provisório, divulgava na imprensa um chamamento a todos os correligionários do PRL e à população passo-fundense para que apoiassem a chapa anunciada pelo general Flores da Cunha:

Assim esta entidade partidaria chama a postos os seus companheiros para maior gloria de seu patrono, que, incumbido pela ilustre comissão do P.R.L de organizar a nossa representação, com rara felicidade e habil discortinio politico, mandará á memoravel assembléa numa pleiade de valores, que é bem a expressão politica e social do Rio Grande do Sul. Aos nossos correligionarios, o Gremio Nacionalista Flores da Cunha apresenta a relação abaixo, que será a chapa a sufragar pelo Partido Republicano Liberal ás proximas eleições de 3 de maio, pedindo a cada um que, como obrigação e dever civico, intensifique o mais possivel a propaganda desses nomes, como prova de absoluta disciplina partidaria :

Bacharel Augusto Simões Lopes : advogado, residente em Pelotas
 Dr. Heitor Annes Dias : medico, residente em Porto Alegre
 Dr. Frederico João Wolfenbuttel: medico, residente em São Leopoldo
 João Simplicio Alves de Carvalho: engenheiro civil, residente no Rio de Janeiro
 Bacharel Carlos Maximiliano Pereira dos Santos : advogado, residente no Rio de Janeiro
 Bacharel João Ascanio Moura Tubino: advogado, residente em Quaraí
 Dr. Raul Jobim Bittencourt: medico, residente em Porto Alegre
 Cel. Argemiro Dornelles: militar, residente em Porto Alegre
 Frederico Dahne: engenheiro, residente em Porto Alegre
 Bacharel Demetrio Mercio Xavier: advogado, residente em D.Pedrito
 Bacharel Gaspar Saldanha: advogado, residente em Curitiba
 João Fanfa Ribas: jornalista, residente em Bagé
 Bacharel Pedro Vergara: jornalista e advogado, residente em Porto Alegre
 Dr. Renato Barbosa: medico, residente em Porto Alegre
 Bacharel Adalberto Corrêa: advogado, residente no Rio de Janeiro
 Dr. Victor Russomano: medico residente em Pelotas.
 Tte. Cel. Carlos Cavalcanti Mangabeira : farmaceutico-militar, residente em Bagé
 É portanto dever de todos os nossos correligionarios, na data prefixada, comparecer ás urnas, afim de votarem nesta chapa para a vitoria completa do Partido Republicano Liberal, em Passo Fundo, que deu ás Revoluções tanto sangue generoso a pról da nossa causa.¹³⁸

Ao mesmo tempo em que anunciava os nomes dos candidatos do PRL para a eleição constituinte que se realizaria no mês de maio, Flores da Cunha, por não deixar o governo para concorrer à constituinte, causou grande repercussão no meio político e,

¹³⁸ O Nacional, 4 de mar. 1933. p.1.

principalmente, na imprensa do centro do país, o que também foi reproduzido em *O Nacional*:

RIO, 6 (A.B.) – Causou sensação nos meios políticos desta capital, a resolução do general Flores da Cunha, o qual não deixou o governo para candidatar-se á Constituinte, como se esperava, tendo sido seguido na sua resolução pelos srs. João Carlos Machado e Dario Crespo.
 “A Nação” após comentar o facto, termina dizendo, que esse gesto do general Flores, causou surpresa.¹³⁹

Por não deixar o cargo de interventor no Rio Grande do Sul, Flores da Cunha não pôde candidatar-se à Constituinte, mas não eram esses os seus planos, como se comprovou mais tarde: ele queria permanecer governando o Estado, sendo eleito governador.¹⁴⁰

Entretanto, eclodiram no Brasil movimentos sediciosos chamados de “planos de perturbação da ordem”, às vésperas das eleições.¹⁴¹ Nesse sentido, em 6 de março de 1933, o jornal *O Nacional*, reproduzia uma nota do Ministério da Justiça:

Sendo notorio que elementos civis e militares se têm reunido à margem das fronteiras do sul do paiz e estrangeiro afim de concertar planos de perturbação da ordem nas vespervas das eleições, o governo julga opportuno declarar que tem pleno conhecimento de taes trabalhos e está preparado para annula-os na primeira manifestação de qualquer movimento sedicioso.
 Os militares reformados que lá se encontram uns por terem da Europa tomado aquelle destino e outros que daqui partiram excusamente, - terão cassados vencimentos assim como também aquelles que no paiz não se apresentarem regularmente às autoridades competentes.
 Serão, ainda, adoptadas providencias no sentido de evitar a remessa de auxiliares pecuniarios aos implicados civis, cujos bens vir ser confiscados para responderem pelas despesas e danos decorrentes com ameaças de sedições.
 Esses onus não devem mais ser imputados ao povo, o qual contribue para o Thesouro da nação e tem o direito de tranquillidade. Uma vez que timbram em não corresponder ao governo, este terá de ser inexoravel na applicação da lei, cumprindo e punindo a decisão daquelles que tentarem de qualquer fórma subverter de novo a ordem.¹⁴²

O espectro que rondava o governo era referente aos políticos que foram exilados em virtude deles terem apoiado o movimento paulista de 1932 e o temor do governo era que essas forças rearticulassem e dessem um golpe no Governo Provisório. Por isso a necessidade de medidas que resguardassem o governo de possíveis ataques contra a ordem.

¹³⁹ *O Nacional*, 6 de mar. 1933. p. 4.

¹⁴⁰ FARIAS, Renato. *Flores, Vargas e o PRL (1932-1937): registros da imprensa passo-fundense*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2011. p. 106.

¹⁴¹ *O Nacional*, 6 de mar. 1933. p. 4.

¹⁴² *O Nacional*, 6 de mar. 1933. p. 1.

Rebatendo a nota divulgada pelo Ministério da Justiça, o diretório do Partido Libertador (PL) enviou telegramas para Flores da Cunha e para Maciel Junior, como veiculou *O Nacional*:

O diretório do Partido Libertador telegraphou ao general Flores da Cunha e ao sr. Maciel Junior scientificando que a Frente Única está alheia aos conchavos que dizem verificar-se na fronteira para perturbação da ordem, e que deseja paz mas exige que se respeite o resultado das urnas; isso declarava em virtude de um discurso proferido pelo sr. Nolasco Frazão, em Quarahy, no qual o orador disse que o Partido Republicano Liberal venceria pelas armas onde não vencesse pelas urnas.¹⁴³

Flores da Cunha, ao ser entrevistado pelo jornal *Correio da Manhã*, fez a seguinte declaração referente ao pleito eleitoral: “Daremos um ponderável contingente eleitoral. Meu partido terá uma vitória esmagadora de setenta por cento, deixando trinta por cento para os adversários, incluindo neles, aqueles que chamo trânsfugas e trahidores”.¹⁴⁴

No entanto, as chapas para a Constituinte iam sendo organizadas, como vimos anteriormente em relação à chapa do PRL divulgada em *O Nacional*, da mesma forma que ocorreu com os demais partidos. A chapa da Frente Única para Constituinte foi remetida a Borges de Medeiros, que decidiria, em última instância, sobre a escolha tanto dos republicanos como dos libertadores. Os candidatos republicanos foram: Srs. Mauricio Cardoso, Ariosto Pinto, Sergio Oliveira, Nicolau Araujo Vergueiro¹⁴⁵, Adroaldo Mesquita da Costa, Osvaldo Vergara e Arnaldo Faria. A chapa dos libertadores ficou assim composta: Srs. Assis Brasil, Bruno Lima, Edgar Schneider, Gabriel Moacyr e Raymundo Vianna, além de outros, cujos nomes ainda são desconhecidos.¹⁴⁶

Interessante registrar que nessas chapas apresentadas para a Constituinte de 1933 que em nenhuma delas constava a presença de mulheres como candidatas, ou seja, a mulher nesse período ficou à margem do processo eleitoral. Cabe lembrar que a luta das mulheres pelo voto só efetivou-se através de muita mobilização e pressão, que culminou, em 1932, com a promulgação do novo Código Eleitoral pelo decreto 21.076, por Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório, o que, finalmente, garantiu o direito de voto às mulheres brasileiras. Porém, a mulher conquistou somente o direito de voto, pois ainda não

¹⁴³ *O Nacional*, 9 de mar. 1933. p. 4.

¹⁴⁴ *O Nacional*, 18 de mar. 1933. p. 1.

¹⁴⁵ O único candidato representante do PRR de Passo Fundo, na Constituinte.

¹⁴⁶ *O Nacional*, 6 de mar. 1933. p. 4.

apareceria nas listas dos partidos como candidatas nas eleições para a Assembléa Constituinte em 1933. Esse pensamento retrógado e reacionário é retratado em um artigo intitulado de “*O voto às mulheres*”, veiculado em *O Nacional*:

Tudo o que o Brasil tem feito até agora tem sido precipitadamente. O Imperio foi derrubado da noite pra o dia, sem nenhuma preparação previa. Deu-se o mesmo com a escravatura e mais de quarenta annos depois com a revolução de 1930. Tudo ás pressas, sem que gradativamente, fossemos preparando o povo, já despido totalmente de instrucção a essas mutações profundas e bruscas. Cuidamos que o resultado está claro, á vista de todo mundo. O Brasil vive dentro de uma confusão permanente e tudo o que elle fez, isto é, o que os homens têm feito, até agora, com excepções pequenas, resulta em prejuizo para a civilisação e para a cultura. Não caio em nenhum exagero pessimista.

Colloque-se, quem quizer, á margem dos factos e dos homens. A conclusão terá de ser inevitavelmente a mesma. Agora mesmo entenderam de conferir ás mulheres o direito do voto e de outras prerogativas. A estas horas, alem da illustre senhora Bertha Lutz, outras mulheres procuram forçar as portas da constituinte. Não somos absolutamente contrarios á concessão do voto feminino. Ahamos que elle, como tudo neste paiz, foi precipitadamente concedido. As mulheres do Brasil não estão sufficientemente preparadas para os lances da vida publica. Faltam-lhe a educação technica, a cultura, outras qualidades indispensaveis a quem se candidata a determinadas funcções de character politico e administrativo. Devíamos primeiro cuidar da educação feminina, dando lhe outras directrizes consentaneas com a cultura moderna. Por ora é asneira cuidarmos do voto ás mulheres. Se algumas dellas tomarem parte na Assembléa Constituinte, facil será de verificar-se o acerto dos nossos commentarios. A mulher brasileira ainda não se familiarisou, exclusivamente por falta de educação apropriada, com as cousas serias. Arrancal-a assim bruscamente do lar para uma assembléa politica, é uma temeridade que poderá divertir ou constringer as galerias.¹⁴⁷

O jornal *O Nacional*, de 9 de novembro de 1935, veiculava uma charge que retrata muito bem isso, ou seja, o pensamento machista e dominador do homem contra a mulher.

¹⁴⁷ *O Nacional*, 25 de abr. 1933. p. 2.



Figura 4 – Eleições municipais - Passo Fundo, 1935.

Fonte: Jornal *O Nacional*, 09 nov. 1935.

As eleições no Rio Grande do Sul ocorreram dentro da “normalidade”. O único fato registrado pela imprensa foi um assassinato de emboscada, do coronel Higino Pereira, subprefeito e subdelegado e chefe do Partido Republicano Liberal do município de Caçapava do Sul, RS.¹⁴⁸

Em 1933, das 16 cadeiras que cabiam ao Rio Grande, o PRL consegue obter 13, sendo derrotado apenas em 5 municípios (Candelária, São Pedro, D. Pedrito, Caçapava e São Sepé), dos 82 municípios do Estado. A FUG permanecia encravada na zona sul do Estado, mostrando seu traço libertador mais marcante.¹⁴⁹

Podemos verificar esse desempenho na figura 5, Eleições para a Assembleia Constituinte de 1933 – RS, o desempenho eleitoral da Frente Única Gaúcha nas eleições para Constituinte de 1933.

¹⁴⁸ *O Nacional*, 5 de mai. 1933. p. 1.

¹⁴⁹ TRINDADE, Hégio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS/Sulina, 1991. p. 58.

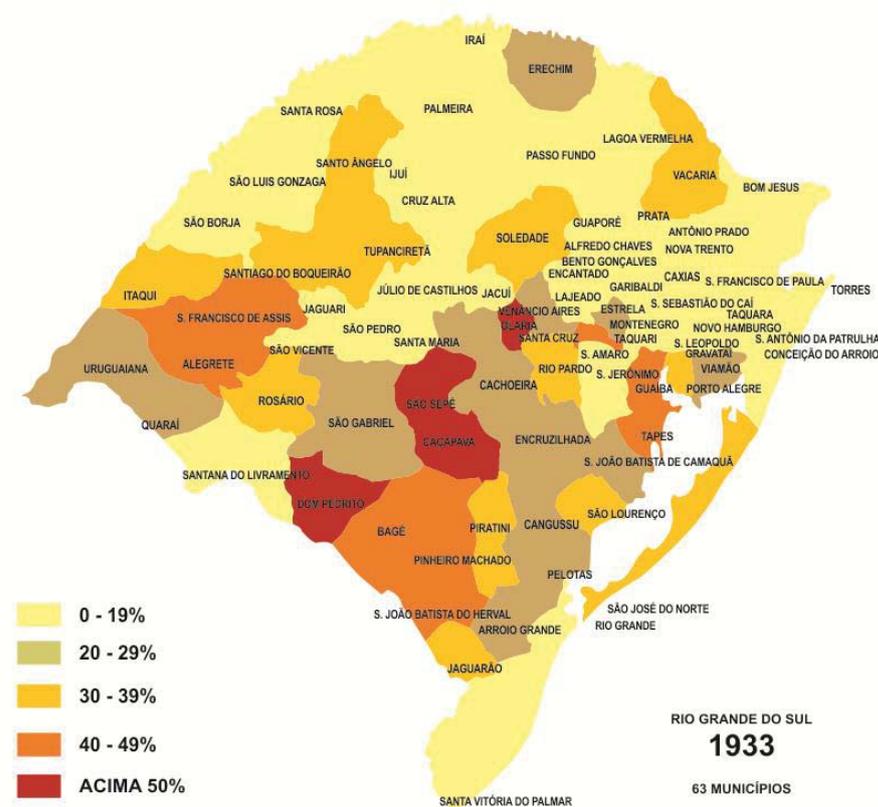


Figura 5 – Mapa sobre as eleições para a Assembleia Constituinte de 1933 – RS

Fonte: TRINDADE, Héglio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: UFRGS/Sulina, 1991. p. 59.

O Partido Republicano Liberal obteve uma votação maciça praticamente em todas as regiões do estado, porém recebeu uma votação mais sólida em uma zona menos tradicional e de ocupação mais recente do Estado – a Serra.¹⁵⁰ Por outro lado, a Frente Única Gaúcha concentrou sua votação na região da campanha, com exceção de Santana do Livramento, cidade natal do Interventor Flores da Cunha. No município de Passo Fundo, o resultado das eleições para a Constituinte foi o seguinte: Partido Republicano Liberal obteve 1.705 votos¹⁵¹; Frente Única Gaúcha, 586 votos; partidos sem legenda somaram 768. No município de Carazinho, o resultado ficou assim: PRL recebeu 1594, essa extraordinária votação do PRL isso se deve ao fato de Flores da Cunha ter emancipado o município em 24 de janeiro de 1931, cumprindo uma promessa em retribuição ao movimento surgido em

¹⁵⁰ TRINDADE; NOLL, 2005. op. cit., p. 93.

¹⁵¹ O Nacional, 19 de jun. 1933. p. 1.

Carazinho, durante a Revolução de 1930, chamado de Barracão Liberal.¹⁵² Por outro lado, a Frente Única Gaúcha recebeu uma inexpressiva votação de 223 votos e os votos sem legenda somaram 538 votos.

Os candidatos eleitos do Partido Republicano Liberal para a Assembleia Constituinte foram os seguintes: Augusto Simões Lopes, Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, Heitor Annes Dias, Frederico João Wolfenduttel, João Simplício Alves de Carvalho, Renato Barbosa, Demétrio Mercio Xavier, Victor Russonato, João Ascanio Moura Tubino, Pedro Vergara, Frederico Dahne, Argemiro Dornelles, Gaspar Saldanha e Raul Jobim Bittencourt.

Nas eleições de 1934, para a Câmara Federal, o Partido Republicano Liberal elegeu 13 deputados das 20 cadeiras que cabiam ao Rio Grande do Sul, ao passo que na Constituinte estadual dominou 21 das 32 cadeiras existentes. Para a Câmara Federal, os candidatos eleitos do PRL foram: João Carlos Machado, João Vespúcio de Abreu e Silva, Renato Barboza, Demétrio Mércio Xavier, Heitor Annes Dias, João Simplício Alves de Carvalho, Pedro Vergara, Victor Russomano, Frederico Wolffenbuettel, Raul Jobim de Bittencourt, João Fanfa Ribas, João Ascanio de Moura Tubino, Francisco Antunes Maciel e para Câmara Estadual, Argemiro Dornelles, Antenor Amorim, Cylon Rosa, José Loureiro da Silva, José P. Coelho de Souza, Roque Degrazzia, Benjamim Dornelles Vargas, Hildebrando Wesphalen, Moyses Vellinho, Paulo Rache, Guerra Blessmann, Antônio Xavier da Rocha, Viriato Dutra, Favorino de Freitas Mercio, Alberto de Britto, Adolpho Penã, Paulino Fontoura, Julio Diogo, Oscar Karnal, Eurico Arthur Ferreira, Antonio Assumpção Junior. Como podemos observar, não foi eleito nenhum candidato por Passo Fundo.¹⁵³

Antônio Manoel Elíbio Junior lembra que:

A vitória esmagadora do PRL nas eleições lançava a liderança de Flores ao cenário nacional e retraía a mobilização política da oposição frentista. Entretanto, ainda que verticalmente opostas, pois enquanto a bancada do PRL inscrevia-se como base partidária de Vargas e que, por sua vez, a FUG demonstrava divergência quanto a orientação da conjuntura política do Governo Provisório, as duas correntes convergiam em relação às propostas federalistas.¹⁵⁴

¹⁵² CAVALHEIRO, Maria Eloísa. *Relações de poder no Estado Novo: uma permanência sui generis o caso Albino Hillebrand em Carazinho* – RS. Dissertação (mestrado) – Universidade de Passo Fundo, 2003. p. 33.

¹⁵³ TRINDADE; NOLL, 2005. Op. cit., p. 94.

¹⁵⁴ JUNIOR, Antônio Manoel Elíbio. 2006. op. , cit. p. 126.

Os candidatos eleitos para a Câmara Federal e para a Constituinte Estadual representavam diferentes categorias profissionais, como mostra a figura 6, na sequência.

PROFISSÃO	CÂMARA FEDERAL	CONSTITUINTE ESTADUAL
Médico	5	8
Advogado	5	8
Engenheiro	2	-
Jornalista	1	-
Militar	-	1
Farmacêutico	-	1
Agricultor	-	1
Proprietário	-	1
Comerciante / Industrialista	-	1

Figura 6 – Quadro com os perfis profissionais, dos candidatos eleitos.

Fonte: TRINDADE, Héglio; NOLL, Maria Izabel. *Subsídios para a história do Parlamento Gaúcho*, 2005.

Percebemos, ao analisar as informações contidas no quadro acima, um crescimento significativo da participação dos profissionais liberais na vida política, embora os mesmos não rompessem com o vínculo tradicional da política local. Ocorreu uma baixa na votação do PRL nas eleições de 1934 e 1935, porém houve um aumento do eleitorado da FUG, que manteve o domínio sobre a região da campanha e passou a emergir no centro e zonas mais urbanas.¹⁵⁵ Nas eleições de 1933, a disputa deu-se somente entre o PRL e a FUG, porém esse bipartidarismo mudaria nas eleições de 1934, uma vez que outras legendas também participariam, como, por exemplo: Partido Republicano Liberal, Frente Única Gaúcha, Integralismo (de cunho fascista), Liga Eleitoral Proletária, Trabalhador, Ocupa o teu Posto.

Nas eleições municipais de 1935 era o momento do PRL reafirmar seu controle político através do uso de suas máquinas municipais espalhadas por todas as partes do Estado, devido às eleições para vereadores e prefeitos. O objetivo principal do PRL nesta eleição era manter seu hegemonismo político e, para isso, Flores da Cunha apoiaria os seus candidatos a prefeito e vereadores com o intuito de fortalecer suas bases de sustentação nos municípios. Nessa eleição o PRL venceu em 60 do total de 86 municípios.

A seguir, no mapa que constitui a figura 7, podemos observar as regiões onde o PRL concentrou o maior número de seu eleitorado e, por conseguinte, conquistou vitória

¹⁵⁵ Op., cit. pp. 58-59.

esmagadora nas eleições de 1935 sobre seus adversários políticos da FUG e o Partido Popular.¹⁵⁶ Podemos constatar que Flores da Cunha, sabidamente, aproveitou o hegemonismo político que havia construído a frente do PRL, pois o seu partido saiu vencedor em quase todas as regiões do estado do Rio Grande do Sul, exceto onde existia o predomínio da Frente Única Gaúcha.

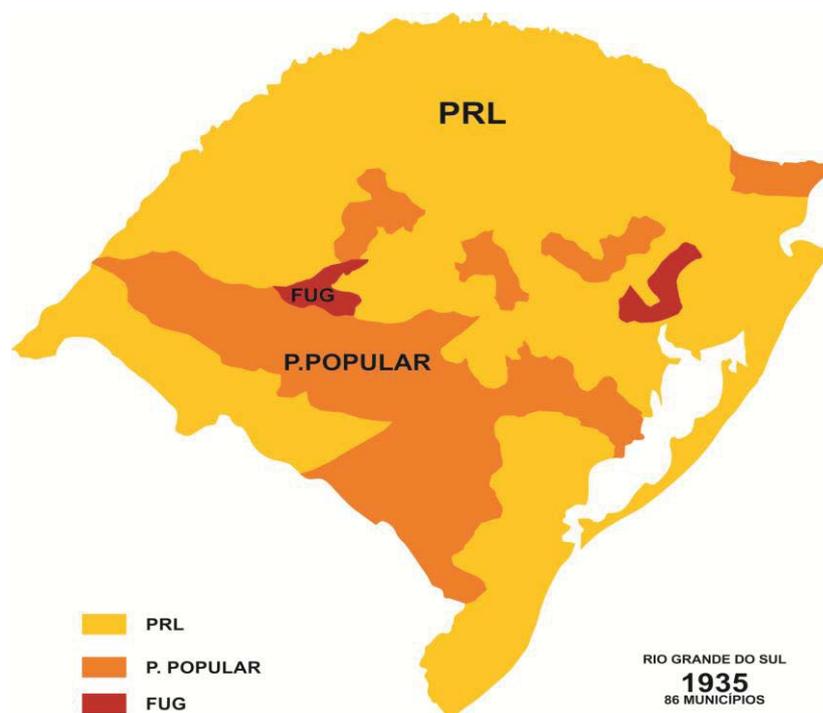


Figura 7 – Mapa sobre as eleições para Prefeitos Municipais – 1935 / RS

Fonte: TRINDADE, Héglio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições*, 1991.

Há de observar, porém, os casos extremos em que o PRL obteve o total da votação, pois não havia candidatos de oposição, nem segurança para os eleitores das correntes contrárias. Este fato verificou-se pelo menos em 12 municípios, localizados, principalmente, na zona de dominação tradicional do partido e, no caso de Livramento, onde o candidato a prefeito era Antônio Flores da Cunha, filho do governador Flores da Cunha.¹⁵⁷

¹⁵⁶ Os municípios criaram frentes próprias denominadas de Partido Popular (várias dissidências da FUG local). TRINDADE; NOLL, 2005. op. cit., p. 61.

¹⁵⁷ TRINDADE, Héglio; NOLL, Maria Isabel. 1991. Op. cit., 61.

Concomitantemente, a Constituinte reunida elegeu para governador do Estado do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha conforme notícia reproduzida pelo jornal *O Nacional*:

Os deputados presentes suffragaram o nome do gal. Flores da Cunha para a presidencia do Estado, havendo aclamações na assistencia. Fallou o sr. De Souza Junior, congratulando-se com a eleição. Após, foram eleitos senadores os srs. Simões Lopes e Francisco Flores da Cunha. Os deputados liberaes foram, incorporados, ao palacio do governo, cumprimentar o general Flores da Cunha pela sua eleição. Fallou o deputado dr. Coelho de Souza, respondendo, agradecendo, o homenageado. Segunda feira, amanhã, terá lugar o acto da posse, projectando, os liberaes, grandes festejos.¹⁵⁸

Portanto, essa conjuntura política favorável ao governo de Flores da Cunha começaria a entrar em ruína a partir de 1935 e, por fim, o rompimento definitivo com o ex-correligionário Getúlio Vargas, durante a implantação do Estado Novo em 1937.

¹⁵⁸ O Nacional, 15 de abr. 1933. p. 1.

4 O interventor Flores da Cunha e a relação com Passo Fundo

4.1 Passo Fundo: a luta para receber voos da VARIG

Veremos, neste quarto capítulo, a relação do governo de Flores da Cunha com o município de Passo Fundo e região do Planalto Médio. A relação política e administrativa teve início durante a Revolução de 1930, quando partiram para frente de combate três tropas, chefiadas pelos coronéis Quim César e Edmundo de Oliveira e pelo general João Rodrigues Menna Barreto. Engajaram-se nessa labuta os correligionários do PRR de Passo Fundo, Nicolau de Araújo Vergueiro, recém-eleito deputado federal na eleição de 30 e Henrique Scarpellini Ghezzi, recém-empossado intendente municipal de Passo Fundo.

O apoio oferecido pelo governo municipal de Passo Fundo para o movimento armado de 30 agora seria lembrado e cobrado do Governo do Estado, como contra-partida, através de melhorias para o município. A primeira reivindicação da classe dominante passo-fundense ao governo de Flores da Cunha foi a solicitação de uma linha aérea ligando Passo Fundo-Porto Alegre, voo esse que deveria ser realizado pela Viação Aérea Rio-Grandense (Varig). Portanto, deu-se início à luta do governo municipal de Passo Fundo em viabilizar a companhia Varig, operando em solo passo-fundense, conforme podemos constatar em um artigo publicado em *O Nacional*:

Ha dias o nosso serviço telegraphico noticiou que a empresa 'Varig' (Viação Aérea Rio Grandense) cogitara estabelecer algumas linhas de aviação para o interior do Estado sendo, provavel que, no plano, estivesse compreendido a cidade de Passo Fundo.

Hoje, devidamente informados, podemos positivar a noticia de que, effectivamente, a 'Varig' deseja ter em Passo Fundo um dos campos de aterrisagem de seus aparelhos, dependendo-o caso, entretanto, de estudo sobre as possibilidades economicas de sua manutenção. Ainda nesta semana, talvez, amanha ou depois, voará sobre a nossa cidade um dos aviões da empresa riograndense, segundo communicação recebida pela firma Busato Irmãos & Cia. Desta praça a que foram remetidas pela Standard Oil >, diversas caixas de gasolina aviação XX para abastecimento, aqui, do aparelho. Ao que nos informam, o vôo a ser realizado foi promovido a titulo de experiencia.¹⁵⁹

¹⁵⁹ O Nacional, 16 de abr. 1930. p. 4.

Havia, portanto, certo interesse da Varig em ter um campo de aterrissagem em Passo Fundo, o que dependia, porém, primeiramente de um estudo técnico para avaliar as condições da área para receber os vôos. Sendo assim, o mais importante disso tudo era ter o aval do governo de Flores da Cunha, sem o qual se inviabilizaria a linha ligando o município à capital do estado.

Nesse contexto, Passo Fundo despontava como sendo um polo econômico e comercial de toda a região do Planalto Médio. Em termos de logística para ligar-se com a capital do estado, a situação ainda era muito precária, por isso a mobilização para cobrar do governo melhores estradas e a vinda da Varig para o município foi muito intensa, pois é sabido que um município para crescer e se desenvolver não depende somente de infraestrutura de estradas e aeroportos e, sim de políticas sociais que alcance também a classe trabalhadora. Podemos analisar em um artigo publicado no jornal *O Nacional* a luta do município em ter um serviço aéreo da Varig:

Passo Fundo pela sua localização, e pela morosidade de comunicação com Porto Alegre, estaria certamente indicada a ser servida pelo serviço aerio da Varig, na sua nova faze auxiliada, pelo governo do Estado. É, nesse intento que devemos encaminhar esforços afim de obter o mais breve possivel a realidade dessa aspiração local, cujos resultados praticos á comuna passofundense, e a toda a região proxima será superfluo (sic) salientar.

A clausula VI, do Decreto n.*4.880 de 23 de Outubro de 1931, diz : <O Estado empregará tambem os bons officios junto ás municipalidades, que forem indicadas pela Empresa de Viação Aerea Rio Grandense (Varig), conforme a necessidade da rêde aerea estadual, no sentido de lhe serem concedidos campos de pouso municipaes>.

O caso do campo de aterrissagem local, está plenamente resolvido, com a doação feita á Varig, pelo Cel. Maximiliano de Almeida, de uma area de terras necessaria a tal finalidade, na qual foi feito o necessario movimento de terraplenagem.

Por outro lado a Prefeitura já prometeu ao representante da Varig, nesta cidade, sr. Lauro Loureiro Lima, auxiliar a conservação do campo.

O serviço de aviação para Passo Fundo é, como para todo o Rio Grande, uma utilidade das maiores, o que bem demonstrou o ato do Governo Estadual auxiliando-o.

O Estado ao reformar o contrato com a Varig, cogitou apenas da manutenção das linhas á Pelotas, Rio Grande e Santa Maria, entretanto, P.Fundo, que se acha a menor distancia diréta da Capital, gasta maior tempo a comunicar-se a ela, quando a aviação tornaria rapidissimo esse intercambio. Agora, que está em organização a Liga pró Engrandecimento de Passo Fundo, essa nova entidade por acaso terá tambem essa tarefa a realizar: propugnar pelo estabelecimento das comunicações aerias com Porto Alegre, porque essa aproximação trar-nos-á grandes prógressos.

E, nunca como hoje, o momento de pleitear ante a Varig e o Governo, o estabelecimento da linha Porto Alegre-Passo Fundo, foi mais oportuno; pois, ao se reorganizar, a Varig poderá e deverá por em equação a solução desse teorema que tanto nos interessa-la em sua vida de empresa comercial. Esperamos uma

congregação de esforços de todos os bons passofundenses em pról dessa magnífica realização progressista.¹⁶⁰

Fica claro o verdadeiro esforço do governo municipal e da classe dominante em ter a linha aérea da Varig, porém nota-se uma falta de comprometimento do governo do Estado em atender ao pedido de Passo Fundo. Em 1932, Flores da Cunha socorreu a Varig, quando a mesma encontrava-se à beira da falência.

Nesse sentido, Lauro Schirmer lembra que:

[...] em 1932, quando a gaúcha Varig começava sua afirmação como pioneira da aviação comercial brasileira e passou a viver ameaçadora crise, foi Flores da Cunha quem salvou. A Varig contava com a parceria do Sindicato Condor e da alemã Lufthansa, os aviões usados nos primeiros cinco anos eram aeronaves cedidas pelo sindicato Condor. Mas em 1932 surgiram problemas no relacionamento entre as duas direções, e o Sindicato Condor decidiu cancelar o acordo e pedir de volta os aparelhos, no prazo de 90 dias. Era um prazo exíguo e a Varig não teria como superar o desafio. Mas o governador Flores da Cunha era muito ligado à Varig, desde que o primeiro vôo da companhia para o interior foi pousar em Livramento, na Estância São Miguel, de sua família. (Onde até hoje continua a placa com os dizeres: “Aqui pousou pela primeira vez o mensageiro do ar, o avião da Varig pilotado pelo comandante Harald Stumpf.”) Comprando ações e emprestando dinheiro através do Banco do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha assegurou recursos para a Varig comprar e alugar aviões, sem parar um dia em suas operações. Que contraste com o que aconteceria 70 anos depois, quando a Varig chegou à insolvência, com o Rio Grande do Sul, outros Estados e a própria União sem pagar os débitos contraídos com a empresa!¹⁶¹

O governo de Flores da Cunha atendeu ao apelo da empresa e, por fim, tirou a Varig da situação na qual se encontrava, ou seja, não fora a primeira e nem a última vez que empresas, oligarquia pecuarista e demais classes dominantes recorreram ao governo do estado para saldar suas dívidas ou pedir auxílio financeiro. Portanto, a Varig se manteve no mercado graças à iniciativa do governo de Flores da Cunha em lhe destinar recursos para que a empresa não deixasse suas atividades.

O governo estadual concedeu, em 1932 e 1933, auxílios de 366 contos à Empresa de aviação, que gozava em 1934 de subvenção anual de 200 contos.¹⁶² Em assembleia geral da Varig, realizada em 7 de maio de 1932, foi fornecida ao governador do Estado do Rio

¹⁶⁰ O Nacional, 4 de nov. 1931. p. 6.

¹⁶¹ SHIRMER, Lauro. Op. cit. , pp. 127-28.

¹⁶² Arquivo da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. *Relatório do governo Flores da Cunha*. Palácio do Governo, Porto Alegre, 15 de abril de 1935. p. 9.

Grande do Sul carteira de livre acesso aos voos, em homenagem aos relevantes serviços prestados à empresa (conforme mostra a figura 7).

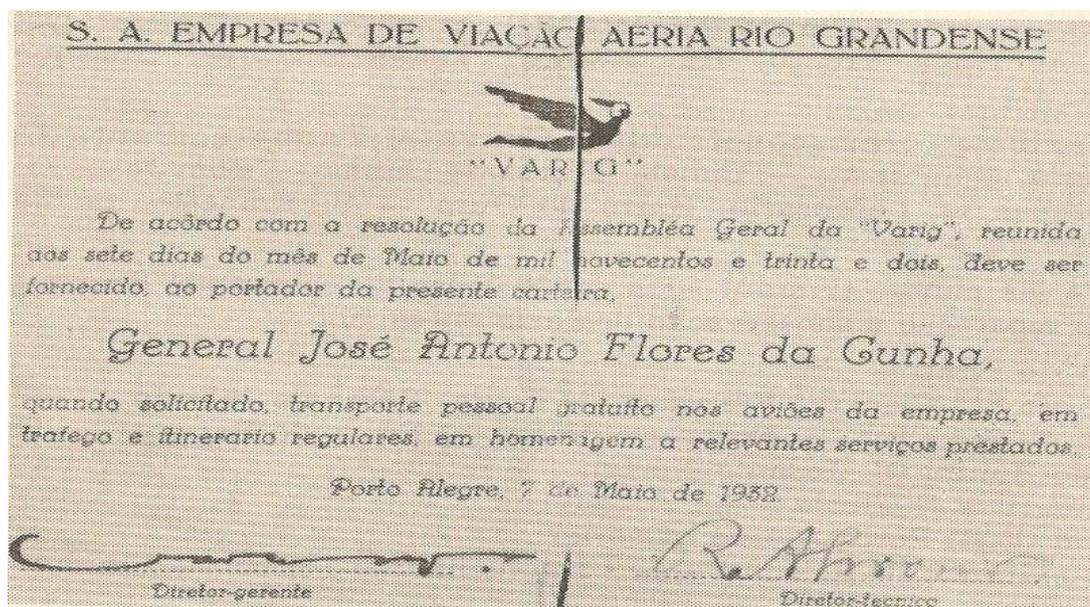


Figura 8 – Homenagem da empresa Varig, ao general Flores da Cunha em 1932.

Fonte: SCHNEIDER, Regina Portella. *Flores da Cunha: o último gaúcho legendário*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1981. p. 81.

Para o contexto da época pareceu “normal” Flores da Cunha ter recebido tal honraria da Varig, porém, no contexto atual, isso se configuraria em corrupção passiva, pois o mesmo aceitou tal situação. Entretanto, *O Nacional* veiculava que:

Depois de uma lucta sem, treguas, em que chegou quasi a completo exgotamento, a Companhia de Viação Aerea Rio Grandense, auxiliada pelo patriótico governo do Estado, vae renovar com novos aparelhos, a sua utilissima actividade no interior do Estado. O governo, apezar das aperturas financeiras, não trepidou em um sacrificio pecuniario, para não deixar morrer a Varig, companhia puramente rio-grandense, que representa, verdadeiramente, o futuro do transporte aéreo entre nós. Doutra parte os directores dessa companhia tambem nem um momento desfalleceram no desigual combate que travaram com a época difficil que atravessaram. Todos esses esforços foram coroados de bom exito e dentro em muito breve, veremos outra vez, os ceus de nosso Estado sulcados por aviões commerciaes que lhe pertencem.¹⁶³

¹⁶³ O Nacional, 11 de abr. 1932. p. 1.

Graças ao apoio do governo, a Varig não deixou de operar seus voos no estado, porém as promessas feitas de uma linha ligando Passo Fundo a Porto Alegre e a segunda, de Passo Fundo a Caxias do Sul, conforme podemos analisar em um editorial publicado em *O Nacional*, intitulado “*A Varig e Passo Fundo*”, não se concretizaram:

Houve tempos em que a Varig, em precaríssima situação financeira, ficou dependendo exclusivamente do auxílio do Estado, para a manutenção de seus serviços. O governo estadual, no seu empenho de concorrer sem medida, para o progresso do Rio Grande, comprometeu-se a tudo, mas as dificuldades que elle proprio sentia, forçaram-no protelar a realização das promessas.

A Varig, exhausta, sentiu a necessidade de exercer pressão para o cumprimento dessas promessas. Os seus propios pedidos, entretanto, de parte, interessada, valiam pouco. Mister é que a propria collectividade riograndense clamasse pelos seus serviços. Ella diria então ao Estado manietado pela crise: é o povo que clama. Nesse sentido, desenvolveu campanha formidavel; com o unico e pequeno avião que lhe sobrava, inaugurou linhas para diversos pontos, utilisou-se da imprensa em larga escala prometteu tudo, para quando o governo realisasse as suas promessas. Nada porem, se faria antes do Estado cumprir seus compromissos. Era preciso gritar. A linha de P. Fundo, via Caxias, estava prompta. Para iludir melhor, conseguiu-se gratuitamente um campo de aterrisagem que sofreu reparos urgentes. Duas vezes foi a linha inaugurada, a primeira que se estabeleceria no interior. Não eram só promessas, eram actos de execução. Quem de boa fé não se illudiria? Destas columnas publicamos entrevistas e appeloos ao governo, subscrevemos telegrammas, como os subscreveram a Associação Commercial, o sr. prefeito municipal, o dr. Araujo Vergueiro e outras pessoas de destaque politico e social.

O trabalho da Varig foi bem feito. O governo, por fim, attendendo ao clamor que, como aqui, de toda a parte se levantava marcê da Varig e porque melhor se achasse então aparelhado financeiramente, entrou com o auxilio pedido. A Varig adquiriu novos aparelhos e as novas linhas vão ser inauguradas este mez. Uma virá de P. Alegre a C. Alta, via Santa Maria. Da de P. Fundo nem se fallou.¹⁶⁴

A primeira parte do editorial mostrou a pressão da Varig contra o Governo do Estado, para que o mesmo garantisse os recursos solicitados. Mas, ao mesmo tempo em que a Varig queria mostrar ao governo a importância da empresa para o povo rio-grandense, não atendia o pedido de Passo Fundo para instalar uma linha aérea até a capital, conforme mostra a parte final do artigo:

Estavam muito vivas em nossa memoria as promessas recebidas. Por isso procuramos o sr. agente dessa companhia, nesta cidade, sr. Lauro Lima, pedindo-lhe que nos explicasse tão grande esquecimento depois de tanto prometter.

Elle mostrou-nos, apenas, um trecho de uma carta recente que acaba de receber dessa companhia. Ali se lê: Campo de pouso – Em vista de não ser possivel encetar o serviço para P. Fundo no inverno, temos de aguardar o proximo verão para a installação da linha. O amigo, da experiencia de 1930 bem conhece as dificuldades meteorologicas que surgem no inverno. Desde porem, que a linha se

¹⁶⁴ *O Nacional*, 11 de abr. 1932. p. 1.

encontre installada, com pilotos já habituados ao trajecto, estamos convictos que o trafego sera viavel na estação hibernal. A desculpa é muito falha para que nós, que ouvimos do proprio piloto Muelle, o relato de sua ultima viagem a esta cidade; acreditemos nella. Porque razão só poderá viajar para Cruz Alta e não para P. Fundo? O que não resta duvida é que a Varig, com dois aviões apenas, não tem material para muitas linhas. E a sua promessa de que a nossa seria a primeira, era méra forma de conseguir sympathias, num momento de aperto. Fomos simplesmente ludibriados. Eis tudo. Tomemos nota disso para o futuro.¹⁶⁵

Ora, as explicações do sr. Lauro Lima, representante da Varig em Passo Fundo, expondo os motivos pelo qual a empresa não cumpriu a promessa em instalar uma linha ligando o município até a capital, são descabidas. Primeiro, dizer que a Varig só poderia operar seus voos somente no verão não condiz com o relato do próprio piloto da Varig que atestou a viabilidade de voos para o município. Por último, afirmava que a Varig poderia viajar somente para o município de Cruz Alta, ou seja, Passo Fundo ficava a “ver navios” e não aviões.

A direção central da Varig não concordou com as críticas recebidas no editorial de *O Nacional*, enviando um telegrama ao jornal rebatendo as críticas, o que transcrevemos na íntegra:

Com referencia ao editorial do dia 11 d' abril <O NACIONAL>, temos a informar que a Varig cumpre o que promete, salvo quando forças fõra de seu controle, tal não permite. O artigo é profundamente injusto nos conceitos que emite. Não é oportuno tolher dessa forma a boa vontade e iniciativa da empresa, hoje ainda sobrecarregada com compromissos e impossibilidades desconhecidas ahi. É preciso deixar o tempo para que a empresa recupere forças encetando linhas technicamente mais vantajosas.

A situação topographica da rota de Cruz Alta é muito diferente da de Passo Fundo. Sera um simples prolongamento da linha de Santa Maria. Mesmo assim o serviço regular de inverno para C. Alta depende de experiencias a serem feitas. A opinião do piloto Muelle foi baseada num vôo feito num tempo esplendido; de outro modo seu parecer seria diferente. É preciso aguardar a acção de empresa sem precipitações prejudiciaes a todos. Pedimos esclarecer o assumpto.¹⁶⁶

A resposta a esse telegrama foi esta:

Confessamos sinceramente que os argumentos acima de nenhuma forma nos induzem a mudar a opinião que manifestamos no editorial em referencia. Entretanto, não desejamos proseguir, nessa materia. Si a Varig foi injusta com Passo Fundo, por outro lado, irá prestar beneficios inclusiveis ao Rio Grande e não lhe desejamos crear difficuldades, por menores que sejam. Conformamo-nos

¹⁶⁵ O Nacional, 11 de abr. 1932. p. 1.

¹⁶⁶ O Nacional, 18 de abr. 1932. p. 1.

pois, com a esperança de melhores dias em que a situação da Empresa permita, ao menos em parte, o cumprimento de suas promessas conosco.¹⁶⁷

Percebe-se que, embora havendo um descaso da Varig com o município de Passo Fundo, o mesmo não desistiu de lutar para que as promessas feitas pela empresa fossem cumpridas. A Associação Comercial de Passo Fundo solicitou ao governador do Estado o prolongamento da linha aérea da Varig até o município de Passo Fundo. Associação Comercial de Passo Fundo solicitava ao governador Flores da Cunha, o prolongamento da linha aérea da Varig até o município, ao que Flores da Cunha respondeu:

Acuso recebimento telegramma solicitae meu apoio sentido Varig prolongar até Passo Fundo linha aerea, em resposta apraz-me declarar-ves que podeis contar com minha interferencia favor tão justa aspiração classes conservadoras esse prospero município. Saudações cordeaes. Flores da Cunha¹⁶⁸

A resposta do general foi positiva no sentido de prolongar a linha aérea até Passo Fundo, porém o apoio do Interventor não se materializou concretamente, ou seja, a linha da Varig ainda não se tornaria realidade.

Um fato curioso chamou a atenção da população passo-fundense em 10 de outubro de 1933, conforme registrou *O Nacional*:

Um avião da Varig sulcou hoje inesperadamente, os ares da cidade.
O povo saiu á rua:
Que foi? Que não foi?
Pra que o avião?

E um sujeito sabido explicou:
– E a Varig que vem inaugurar pela quarta vez a linha aérea entre Passo Fundo e P. Alegre, creada em 1930.
Em verdade, por falta de inauguração não é porque ainda não vamos á capital pelos ares.¹⁶⁹

Por ver tantas vezes frustrada a vinda da Varig para Passo Fundo, o assunto virou motivo de chacota da população diante, já que eram tantas promessas não cumpridas.

Em *Passo Fundo Através do Tempo*, a escritora Delma Rosendo Gehm afirma que:

¹⁶⁷ Idem. , p. 1.

¹⁶⁸ Idem. , p. 1.

¹⁶⁹ O Nacional, 10 de out. 1933. p. 1.

Somente em 29 de outubro de 1940 era inaugurado em Passo Fundo um campo de aviação mandado construir pelo Governo Federal, a oeste da cidade, passando a funcionar regularmente, pela Cia. Varig, em maio de 1942 (dia 5), com vôos às terças e sextas-feiras, tendo sido o 1.º avião usado o “Livramento” de matrícula PP-VAF, monotor de 350 HP, com capacidade para 5 passageiros, pilotado pelo comandante Carlos Ruhl e mecânico de bordo Frederico Hochwart. O preço da passagem era de cr\$ 206,60. O 1.º agente foi o sr. Jaime Laus e encarregado dos serviços da mesma agência o sr. Waldemar Abrahão. Em abril de 1947, a Cia Varig, passou a atuar em Passo Fundo, com vôos três vezes por semana.¹⁷⁰

Enfim, essa conquista não era somente de Passo Fundo, mas de toda região do Planalto Médio, que diariamente necessitava de transporte rápido para a realização de negócios na capital do estado e no centro do país.



Figura 9 – O avião comercial da Varig (Lockheed- Electra, bi-motor de 600 HP para 10 passageiros), em São Miguel, Pulador (1944).

Fonte: LECH, Osvandré. 1999, p. 81.

¹⁷⁰ GEHM, Delma Rosendo. *Passo Fundo Através do Tempo*. v. 2. Passo Fundo: Diário da Manhã, Gráfica e Editora, 1982. p. 90.

4.2 Emancipação de Carazinho: Flores da Cunha X Nicolau de Araújo Vergueiro

A emancipação de Carazinho, em 1931,¹⁷¹ foi uma conquista, sobretudo do povo carazinhense, a qual buscou apoio político ainda no governo de Borges de Medeiros e, mais tarde, esse movimento ressurgiria com mais força de mobilização em prol da emancipação do município. Flores da Cunha, ao assumir a interventoria do Estado do Rio Grande do Sul, em 1930, tornou-se um aliado importante, comprometendo-se em somar forças para atender a reivindicação da população carazinhense que buscava tornar o quarto distrito independente de Passo Fundo.

O maior opositor dessa emancipação foi Nicolau de Araújo Vergueiro, que defendeu a continuidade de Carazinho como distrito de Passo Fundo, o que causou um confronto direto com Flores da Cunha, que comungava da ideia emancipacionista.

Nesse sentido, uma nota em *O Nacional* mostra a posição clara de Nicolau Vergueiro referente à emancipação do quarto distrito:

[...] esteve o governo do Estado muito pronto a conceder a emancipação de Carazinho tendo se a isso oposto o dr. Nicolau de Araújo Vergueiro, intendente municipal.

A divulgação dessa notícia matou completamente a questão e os carazinhenses ficaram quietos daquela data em diante a respeito de seus pruridos de autonomia. Agora levantam novamente a sua voz, como sendo a emancipação uma coisa certa. Ouvimos até que Carazinho só prestigiará uma candidatura municipal, no caso da ida do Dr. Vergueiro para a Câmara, se o candidato se comprometer a não pôr oposição à sua independência.

Parece que os carazinhenses estão dispostos a pôr de parte os meios pacíficos e utilizar-se de imposições.¹⁷²

Nicolau Vergueiro colocar-se-ia na posição de confronto com o principal desejo dos carazinhenses em tornar o quarto distrito autônomo política e economicamente, porém observa-se, a partir deste momento, que os carazinhenses se colocariam na linha de confronto, caso Vergueiro não mudasse de posição.

Ora, devemos interpretar nas entrelinhas a posição contrária de Nicolau Vergueiro em não querer que o quarto distrito fosse emancipado, pois não era nada vantajoso para Passo Fundo, desfazer-se de seu distrito que crescia vertiginosamente. Além disso, o município de Passo Fundo perderia geográfica, territorial, econômica e politicamente, enfim, perderia

¹⁷¹ PRATES, op. cit., p. 87.

¹⁷² Id., 2001, p. 93.

uma parte considerável do seu eleitorado e, principalmente, enfraqueceria o poder e domínio de Nicolau Vergueiro sobre aquela região, pois, além de perder o quarto distrito, perderia também os distritos de Não-Me-Toque, Tapera, Selbach, Boa Esperança e Tamandaré. Portanto, a perda do coeficiente eleitoral para a época era muito expressivo, haja visto o número pequeno de habitantes por município. Para corroborar com isso, mostraremos o resultado da eleição para intendência de Passo Fundo em 16 de setembro 1928, na qual foi eleito Nicolau Vergueiro (PRR), já que não podemos tomar por base o registro eleitoral, por ser demais falho. O resultado do pleito para a intendência nos distritos que se desligaram de Passo Fundo foi o seguinte: votação republicana – Carazinho, 278; Não-Me-Toque, 451; Tapera, 216; Selbach, 180; Boa Esperança, 257; Tamandaré, 105. A votação do partido libertador, por sua vez, foi a seguinte: Carazinho, 98; Não-Me-Toque, 59; Tapera, 11; Selbach, 2; Boa Esperança, 4; e Tamandaré 43. O total dos eleitores republicano fora de 1.487 e dos libertadores de 217. O resultado geral da eleição no município fora de 3.316 votos republicanos contra 606 libertadores.¹⁷³

Portanto, por esse resultado, percebemos que o município de Passo Fundo perderia uma parte significativa de seu eleitorado, ou seja, com o desligamento de Carazinho, seriam 1.487 votos republicanos a menos contra os 217 votos dos libertadores. E o número ainda seria maior, levando-se em conta que naquela eleição o resultado da votação colonial foi muito resumido devido às grandes enchentes existentes, o que impossibilitou muitos eleitores de chegarem até o local de votação.

Embora alguns passo-fundenses não vissem essa perda como algo significante, esse não era, entretanto, o pensamento da maioria da população local e, principalmente de Nicolau Vergueiro, contrário à emancipação do quarto distrito.

Além da perda no campo político, o município de Passo Fundo sofreria um enorme prejuízo em sua economia, conforme nos mostra Cavalheiro:

Carazinho era, na época, o 4º distrito de Passo Fundo, maior pólo exportador, no estado do Rio Grande do Sul, de madeira, farinha de mandioca, banha e couros suínos, com atividades ligadas à indústria, ao comércio, à pecuária e à agricultura. [...] Quando da emancipação desse município em 1931, houve um aumento significativo de serrarias, chegando em torno de 150 em funcionamento.¹⁷⁴

¹⁷³ O Nacional, 21 jan. de 1931. p. 2.

¹⁷⁴ CAVALHEIRO, op. cit., p. 35.

Percebe-se a importância econômica que tinha o quarto distrito na economia regional, ou seja, a perda deste distrito significaria perda de recolhimento de impostos, assim como diminuição de receita para a Intendência de Passo Fundo. Por esse motivo, a população de Carazinho pressionava o governo de Flores da Cunha para que se empenhasse em prol da emancipação política e administrativa.

Nessa campanha, engajar-se-ia também o major Marcelino Rodrigues da Silva, chefe da comissão da Brigada Militar do estado, o qual encaminhou um telegrama ao interventor do Estado para que abraçasse a causa de Carazinho, neste teor:

Lembro vossa promessa, que nunca falhou feita ao povo carazinhense por ocasião de vossa passagem aqui, qual foi o de elevar Carazinho a categoria de vila, porque só assim recompensamos esse digno povo que com tanto carinho tratou soldados que por aqui passaram direção campo de honra. Por isso peço vossa valiosa interferência junto governo do Estado para que essa dívida seja paga com a máxima brevidade.¹⁷⁵

A promessa a qual o major se referia dizia a respeito da passagem de Flores da Cunha por Carazinho rumo ao front durante a Revolução de 1930, ocasião em que, segundo consta, ele havia se comprometido em emancipar o quarto distrito, o que mais tarde se confirmou.

No dia 16 de dezembro de 1930, a comissão formada por Alberto Graeff, Guilherme Sudbrack, Homero Guerra, Salustiano de Pádua, Paulo Coutinho, Eurico Araújo e Alberto Azevedo comunicava, da capital, que havia conferenciado com Flores da Cunha e ficara assentada a criação do novo município. Em 18 de janeiro de 1931, novamente a comissão retornou a Porto Alegre onde recebeu a notícia de que o interventor resolvera sobre a criação do município com as divisas pleiteadas, inclusive Não-Me-Toque.¹⁷⁶

A pressão e a mobilização carazinhense sobre o governador surtiram efeito, pois o sonho da emancipação materializava-se através do decreto estadual de 24 de janeiro de 1931, sob o nº 1.707.¹⁷⁷ Não obstante a isso, como Nicolau Vergueiro mantinha-se contrário à emancipação, no momento crucial para os carazinhenses, novamente se posicionou contra e, de maneira igual, manifestou-se o intendente municipal de Passo Fundo, Henrique Scarpelini Ghezi. Ambos travariam uma nova luta para que não fosse

¹⁷⁵ PRATES, op. cit., p. 95.

¹⁷⁶ Ibid., p. 96.

¹⁷⁷ Idem.

anexado o distrito de Não-Me-Toque ao novo município que acabara de ser instalado. No entanto, convém lembrar, que para se chegar ao acordo, foram necessárias várias viagens a Porto Alegre para conferenciar com Flores da Cunha para que a situação chegasse a uma solução. Nesse contexto turbulento, Nicolau Vergueiro chegou até a fazer um desabafo: “o caso de Não-Me-Toque lhe estava dando demasiado trabalho e aborrecimento.”¹⁷⁸

Porém, na conferência final entre Nicolau Vergueiro e Flores da Cunha, ambos chegaram a um acordo, segundo noticiou *O Nacional*:

Devido á resistencia opposta pelo dr. Araujo Vergueiro e sr. Scarpelini Ghezzi á inclusão de Nãometoque no municipio de Carasinho, sómente hontem ficou resolvido esse assumpto, numa ultima conferencia com o general Flores da Cunha.

Nessa conferencia ficou decidido o villamento, cabendo Nãometoque e Tapera para o novo municipio que, assim obteve brilhante victoria, sendo a sua comissão, nesta cidade, muito felicitada, pela forma energica com que encaminhou o assumpto. P. Fundo, como compensação receberá uma porção de territorio do municipio de Palmeira. Resolveu-se ainda a questão da divida activa, de somenos importancia.¹⁷⁹

Nesse mesmo dia, a comissão pró-emancipacionista do quarto distrito encontrava-se na capital do Estado, logo sabendo do resultado da conferência entre Flores da Cunha e Nicolau Vergueiro, e, de imediato, enviaram telegrama informando à população carazinhense, conforme publicou *O Nacional*:

Telegramma recebido hontem da comissão que se encontra em Porto Alegre noticiou a effectivação do villamento de Carasinho, incluindo-se não só Tapera, mas tambem Nãometoque no seu territorio. Esse resultado que é uma brilhante victoria da comissão sobre os obstaculos oppostos, causou immenso rigosijo nesta localidade, queimando-se inumeros foguetes. Reina geral entusiasmo. A comissão do villamento deve embarcar hoje de regresso, devendo receber aqui vibrante manifestação.¹⁸⁰

Entretanto, para as pretensões políticas de Nicolau Vergueiro não era bom a anexação do distrito de Não-Me-Toque ao novo município, pois era uma base eleitoral sua. Embora já mencionamos, convém lembrar que na eleição intencional, de 16 de setembro de 1928, Nicolau Vergueiro obteve, em Carazinho, 278 votos e, em Não-Me-Toque, 451 votos. Enfim, a perda desse distrito, significou a perda de uma grande gama de eleitores.

¹⁷⁸ O Nacional, Passo Fundo, 19 jan. 1931. p. 1.

¹⁷⁹ O Nacional, Passo Fundo, 20 jan. 1931. P. 1.

¹⁸⁰ O Nacional, op. cit., p. 1.

No entanto, após a efetivação da emancipação do quarto distrito, isso ocasionou o rompimento da relação política entre Nicolau Vergueiro e seus correligionários do PRR, Borges de Medeiros e Flores da Cunha, pois segundo Nicolau Vergueiro, o principal culpado do município de Passo Fundo ter perdido Carazinho, fora Flores da Cunha. Referente ao rompimento, *O Nacional* veiculou uma nota sob o título “*Uma situação esquisita*”, a qual dizia o seguinte:

[...] A chefia politica local, e não se faz mysterio disso nem possivel seria faze-lo, se deshouve com o sr. interventor federal, no caso de Carasinho. Mesmo os pormenores do incidente são conhecidos, denunciadores de um rompimento talves até pessoal. O dr. Araujo Vergueiro não se dirige, politicamente, ao dr. Flores da Cunha; isto parece completamente certo. Falou-se até pela cidade num manifesto de renuncia que estaria escripto. Simples boatos talves... Pelo contrario, Irapuá e P. Fundo, segundo indicam os factos, agiram na defeza de interesse contrarios. Venceu o mais forte, o que consultava as conveniencias não de uma parcella, mas da generalidade do partido. Não podia ser de outra forma. As relações entre a chefia politica local e Irapuá não são de tanta notoriedade, mas os acontecimentos politicos occorridos durante o mesmo caso carasinhense, demostram sobejamente, que não são das mais intimas. Tudo se desenrolou, resolvendo-se importantes assumptos sem que houvesse a menor troca de idéas entre a chefia geral e a local do partido. Não é necessario ter muita visão para encherger-se que algo de nublado existe nessas relações que deveriam ser intimas e de absoluta confiança.¹⁸¹ [...]

Nessa queda de braços entre Nicolau Vergueiro e Flores da Cunha, venceu o mais forte, ou seja, Flores da Cunha saiu desse confronto vitorioso, já que teve o aval do velho chefe do PRR, Borges de Medeiros. Contudo, percebemos que os interesses de Nicolau Vergueiro não eram os mesmos do Partido Republicano Riograndense, ou seja, ele agiu sozinho, sem ao menos ter consultado o seu partido, ou melhor, Borges de Medeiros.

Após esse período conturbado que antecedeu a emancipação de Carazinho, em 24 de fevereiro de 1931, aconteceu o momento mais esperado pela população carazinhense, que pôde assistir com grande entusiasmo a instalação da Intendência do novo município, tendo comparecido ao ato, inúmeras pessoas, destacando-se: os representantes das autoridades do estado e dos municípios, os políticos do novo município, representantes da imprensa, principais comerciantes e industriais nele radicados, autoridades e funcionários públicos estaduais e federais.

Já era esperada a ausência de Nicolau Vergueiro ao ato de instalação da Intendência do novo município, por ser ferrenhamente contra a emancipação do distrito de Carazinho.

¹⁸¹ O Nacional, 23 fev. de 1931. p. 1.

Toda essa situação resultou em enorme desgaste político e de poder para ele, pois as críticas eram veiculadas em *O Nacional*, com o intuito de mostrar para os leitores e para a população que a emancipação de Carazinho fora ocasionada, acima de tudo, pelo desleixo e descaso da administração municipal de Passo Fundo com aquele novo município. Nesse sentido, assim se manifestou o editor:

A administração de Passo Fundo podia, ainda, por algum tempo, manter a integridade do territorio que lhe pertencia, mas, ineptia, má vontade, ou o que quer que seja, concorreu para a insistencia das pretensões carazinenses. Populosa a povoação de Carasinho, com intenso commercio de madeiras, cereaes, banha etc., devia merecer da administração municipal mais carinhoso cuidado, sempre reclamado pelos habitantes daquela circumscripção. Attendido em seus justos reclamos o Carasinho não teria necessidade de municipalizar-se, e não tentaria mesmo, uma vez que seu desenvolvimento economico tivesse correspondencia na actividade administrativa, no sentido de melhorar suas povoações e seus territorios, com concerto de ruas, estradas etc. Mas Carasinho, com rendosa Estação Ferrea, população numerosa e patriótica a ponto de possuir um vasto e bello edificio para seu Club Commercial, não tinha uma rua digna de seu progresso social e economico.

Carasinho, pois, rebellou-se, agio dentro da justiça, municipalizou-se. A culpa de perder, o grande e rico municipio de Passo Fundo, os seus mais adeantados districtos, foi exclusivamente de sua administração, que tem exclusivamente cuidado de politica, pondo á margem os vitaes interesses publicos. A' incapaz gestão do municipio deve, Passo Fundo, a estar reduzido á cidade que é prospera e populosa, e a trez ou quatro districtos em relativa prosperidade, mas inferiores a qualquer dos componentes do novo municipio de Carasinho. Administração de tal medida tem sua continuidade no actual prefeito que vinha exercendo improfiquamente, a direcção municipal, para a qual está incompatibilizado, pois, tem com a Viação Ferrea que é do governo, vultuoso contracto de fornecimento. Passo Fundo é digno de administração que se interesse mais por seu progresso, por seu desenvolvimento social e economico, para que, amanhã, não soffra nova desagregação.¹⁸²

Ora, não podemos creditar a emancipação de Carazinho somente ao fato de não ser atendido pelo governo de Passo Fundo, uma vez que existem outras nuances a serem interpretadas. Nessa arena política estavam em jogo diversos interesses, em que pese a questão econômica, a busca por maior autonomia política e de poder, de forma que o município passaria de coadjuvante a protagonista e, por consequência, ganharia uma maior visibilidade diante do governo do Estado. Além disso, criaria suas próprias lideranças políticas sem ter de ficar dependente somente da liderança de Nicolau Vergueiro. Além disso tudo, os interesses do novo município eram avalizados pelo interventor do estado,

¹⁸² O Nacional, 26 jan. de 1931. p. 2.

Flores da Cunha, o qual passaria a ser admirado pela população carazinhense por ter sido o mentor da criação do município.

Portanto, como já estava anunciado, em março de 1932, realizou-se em Carazinho, a inauguração da placa denominativa da antiga rua do Comercio que passou a chamar-se “Avenida Gal. Flores da Cunha”, conforme destacou o jornal *O Nacional*:

Apezar do mau tempo reinante, consideravel multidão, do qual faziam parte os collegios locais e o tiro de guerra, assistiu as solenidades do ato.

Precisamente ás 15 ½ horas, o sr. Ivalino Brum, prefeito municipal, abriu a sessão, junto ao obelisco em que foram fixadas as placas. Em rapidas e eloquentes palavras, mostrou como a idéa da comissão promotora da homenagem que era prestada ao ilustre interventor federal do Estado, viera de encontro aos desejos da prefeitura de Carasinho que muito devia ao homenageado, cuja personalidade salientou.

Descobriu, a seguir, as placas sobre as quais estavam bandeiras rio-grandenses, ato que foi saudado por entusiastica salva de palmas dos presentes.

Leu, em seguida, o sr. secretario da prefeitura os telegramas recebidos. Entre esses, notamos os seguintes do general Flores da Cunha:

Prefeito Ivalino Brum

Carasinho

Ciente da comunicação constante de vosso telegrama de hoje, expresso o meu vivo reconhecimento pela homenagem que me desejam prestar, no dia 15 do corrente a prefeitura e generosos e dignos republicanos e libertadores desse municipio. Saudações cordeais.

(a) Flores da Cunha

Tambem aos srs. Paulo Coutinho, dr. José de Campos Borges e dr. Eurico Araujo, o gal. Flores da Cunha telegrafou nos seguintes termos:

“Muito grato pela gentileza dos dignos patricios, a quem envio cordeais saudações.

(a) Flores da Cunha

Foram as seguintes as representações enviadas:

Municipio de P.Fundo, pelo sr. Carlos Baptista Druck ; municipio de Soledade, pelo sr. Gastão Marques ; municipio de Cruz Alta pelo sr. Ivalino Brum ; municipio de Erechim pelo sr. Francisco Borges Maciel ; cel. Victor Dumoncel, pelo sr. Ivalino Brum ; dr. J.Solon M. Soares, pelo dr. José Campos Borges ; dr. Pedro Pacheco, pelo mesmo ; dr. Nicolau Vergueiro, pelo sr. Ivalino Brum ; dr. Homero Guerra, pelo sr. Paulo Coutinho.

Após a leitura desses documentos, o sr. prefeito municipal deu a palavra ao dr. Herculano A. Annes, diretor desta folha, especialmente convidado pelo comissão promotora das solenidades, para fazer a oração oficial.

Assumindo á tribuna que havia sido levantada em plena via publica, o dr. Herculano A. Annes estudou a personalidade do gal. Flores da Cunha, como homem publico, historiando a sua ação no cenario da politica nacional desde o movimento de 1923. E depois de mostrar o lugar proeminente que o homenageado conquistou pelas suas virtudes civicas nunca desmentidas, na estima de todos os rio-grandenses e brasileiros, salientou o fato de Carasinho estar ligado a ele por laços de muito mais forte gratidão, justificando-se, assim a homenagem que óra lhe prestava. O orador, ao terminar seu discurso, foi muito aplaudido pela assistência.¹⁸³

¹⁸³ O Nacional, 7 mar. de 1932. p. 4.

Portanto, a prefeitura municipal de Carazinho prestava uma grande homenagem a Flores da Cunha, colocando o seu nome na principal avenida do novo município, o que permanece até hoje. Ao mesmo tempo em que Flores da Cunha se fortalecia regionalmente ao apoiar as lideranças políticas locais, por outro lado, anulava politicamente Nicolau Vergueiro, a quem mais tarde mandaria para o exílio, como já vimos nesse trabalho.

4.3 Passo Fundo: participação no Centenário Farroupilha em 1935

A comemoração do Centenário Farroupilha (1835-1935), constitui-se em grande evento, que se estendeu durante todo o ano de 1935. Esse evento colocou Porto Alegre e o Estado do Rio Grande do Sul em destaque nacional e mundial, pois sua organização realizou enorme divulgação em nível nacional e internacional, com diversas delegações estrangeiras que se fizeram presentes nessa grande festa.

Nesse sentido, Elibio Júnior lembra que:

Integrando as festividades do Centenário Farroupilha, o prefeito de Porto Alegre Major Alberto Bins, sob o comando do Governador Flores da Cunha, organizou, em setembro de 1935 uma série de exposições na cidade. Alguns meses antes os jornais já alardeavam os preparativos da festa, como a construção de um monumental pórtico com 25 metros de altura, um palácio de 14.000 m² com “stands” montados para a exposição industrial do Rio Grande do Sul, e de pavilhões que ocupariam uma área de 250.00 m² e que serviriam aos expositores de outros estados e as solenidades.¹⁸⁴

A mobilização no estado foi intensa, com o intuito de contar com o maior número de municípios presentes na exposição, o que contou com o apoio da imprensa, a exemplo do jornal *O Nacional*, que veiculava notícias e convites relacionados ao Centenário Farroupilha, como observamos neste chamamento realizado pelo prefeito de Passo Fundo, Maximiliano de Almeida, aos produtores passo-fundenses:

Estando o Governo do Estado vivamente empenhado em dar um brilho invulgar á Exposição Commemorativa Do Centenario Farroupilha, a realizar-se em 20 de setembro próximo, em Porto Alegre, concito a todos os elementos produtores de Passo Fundo, como sejam: agricultores, criadores e outros industriais a que vão preparando os mostruarios a serem expostos nesse Certamen, os quais poderão

¹⁸⁴ ELIBIO JÚNIOR, Antônio Manoel. Op. cit., p. 348.

ser remetidos diretamente ou por intermedio desta Prefeitura nas vesperas daquelle dia. Espero que os industriais de Passo Fundo esforcem-se com o maior empenho para que o nosso municipio seja dignamente representado nesta grande exposiçãõ rio-grandense.¹⁸⁵

Passo Fundo, 20 de Março de 1935.

Maximiliano de Almeida

Prefeito Municipal

Percebe-se o esforço do prefeito de Passo Fundo em ter o município representado na exposição farroupilha, por isso o mesmo dirigiu-se a todos os setores da indústria e da produção a fim de que se preparassem para o evento.

No intuito de tudo facilitar aos Expositores, turistas e viajantes que viessem a Porto Alegre durante o período da exposição do Centenário Farroupilha, o comissário geral não poupou esforços, nem mediu sacrifícios. Ainda conseguiu, graças à intervenção e boa vontade de Flores da Cunha, uma redução nos fretes de mostruários e animais destinados à exposição, bem como nas passagens dos que visitassem Porto Alegre na época dos grandes festejos.¹⁸⁶ Medida de grande importância, pois trazia benefícios aos industriais, agricultores e criadores, bem como aos turistas que viriam participar da festa, agora com o custo logístico reduzido.

Além disso, Flores da Cunha solicitava junto ao governo de Getúlio Vargas maior isenção de tributos conforme assinala Elibio Júnior:

A viabilidade para a participação de outras nações nas comemorações do Centenário Farroupilha contou com a mediação de Flores da Cunha junto ao Executivo Federal, para a isenção de taxas de passaportes de visitantes do Uruguay e da Argentina. Em um telegrama enviado a Vargas em maio de 1935, Flores, além de solicitar isenção aduaneira de “material cênico e animais, pertencentes a companhias teatrais ou de diversões” de outros países requer ainda, uma autorização para que a Estrada de Ferro da União, linha São Paulo - Rio Grande, concedesse o abatimento de “cinquenta por cento do frete de matérias e mostruários da exposição do Centenário Farroupilha”.¹⁸⁷

A solicitação de Flores da Cunha foi atendida pelo governo federal, ou seja, foi autorizado o abatimento de 50% referente aos fretes de materiais de mostruários destinados à exposição do Centenário Farroupilha, quando transportados pelas estradas de ferro da União.

¹⁸⁵ O Nacional, 20 mar. de 1935. p. 1.

¹⁸⁶ O Nacional, 15 jun. de 1935. p. 1.

¹⁸⁷ ELIBIO JÚNIOR, Antônio Manoel. Op. cit., p. 354-55.

Esteve no dia 2 de junho de 1935, em Passo Fundo, divulgando a exposição do Centenário Farroupilha, Antônio Dias da Costa, que percorreu todo o estado com o objetivo de mobilizar os industrialistas para que se organizassem e participassem da exposição. Passado um mês da última visita de Antônio Dias da Costa, novamente ele retornou ao município para realização de uma reunião com os industrialistas de Passo Fundo. O prefeito Maximiliano de Almeida convocou a reunião, cujo teor transcrevemos literalmente:

Realizou-se ante-hontem ás 8 horas da noite no salão nobre da Prefeitura Municipal de Passo Fundo, uma reunião dos srs. Industrialistas desta localidade convocada pelo sr. cel. Prefeito com o fim de fazer as inscrições de todos os industrialistas deste Municipio para a nossa grande Exposição do Centenario Farroupilha. O sr. Prefeito depois de expor os fins da reunião deu a palavra ao sr. Antonio Dias da Costa, representante do Commissariado Geral e do Centro de Industria Fabril afim de que o mesmo melhor esclarecesse as principaes finalidades dessa Exposição. Iniciou a sua palestra o sr. Dias da Costa dizendo que o objectivo de sua visita não éra só, no sentido de fazer as inscrições dos senhores industrialistas, e sim, tambem de esclarecer as principaes finalidades desse immenso certamen,

Afim de que não se fizesse confuzão desta, com tantas outras já realizadas e que possivelmente ainda se realizarão.

Pois que, as finalidades desta Exposição, diz o sr. Dias da Costa é, em primeiro lugar para comemorarmos os feitos gloriosos de nossos antepassados Farroupilhas no seu primeiro Centenario.

Segundo para darmos a demonstração do quanto adiantemos e progredimos, em todos os ramos da actividade humana do decurso destes cem annos. Demonstrarmos tambem o quanto progrediu a mentalidade dos nossos industrialistas que hoje já fabricam os seus productos perfeitamente similares aos estrangeiros e alguns até sobrepujando quanto ao seu aperfeiçoamento como tenho opportunidade de constatar, fazendo o confronto e, ainda não satisfeito o nosso industrialista em fabricar um producto igual ao estrangeiro, já fabrica tambem as suas machinas proprias para o seu melhor aperfeiçoamento. Isto quer dizer que já não precisamos mais que venham technicos de partes.¹⁸⁸

Nessa primeira parte da reunião podemos observar que a intenção foi expor os objetivos da exposição, ou seja, segundo o comissário geral Dias da Costa, o objetivo primeiro era comemorar os “feitos gloriosos” da Guerra Farroupilha.

A segunda proposta do evento era mostrar o crescimento e desenvolvimento da indústria riograndense. Cabe ressaltar que, nesse ponto, há uma mudança na maneira de produção, ou seja, o estado do Rio Grande do Sul, no qual sempre predominou a economia agro-exportadora, agora falava em indústria, enfim, essa mudança no campo econômico era algo significativo e, por isso, a preocupação do governo de Flores da Cunha em divulgar para os estados e países presentes que havia uma indústria em ascensão.

¹⁸⁸ O Nacional, 03 jul. de 1935. p. 2.

Na parte final da reunião, era encaminhado o seguinte:

Agora queremos tambem aproveitarmos esta excepcional oportunidade para darmos a conhecer-nos seus menores detalhes o valor dos nossos municipios atravez da apresentação de seus mostruarios tanto industriaes como agricolas, mineraes, madeiras e tantos outros afim de despertar para elles a attenção, iniciativas, capitães o finalmente o intercambio commercial tão necessario e conveniente. Esclarecerei tambem a parte que mais de perto interessar aos srs Industrialistas que é a parte economica e fatídica, dizendo lhes em primeiro lugar que esta Exposição será organizada por secções correspondentes cada uma as suas classes e categorias dos seus respectivos productos. Afim de que não aconteça como é muito em outras. Exposições de passar alguns <stands> despercebidos dos visitantes. Desse modo dos de maior ao menos mostruario todos serão vistos pelos interessados. Além dessa organização será confeccionado um catalogo no qual constará todas as secções e seus respectivos stands numerados e com os endereços das firmas e todos os mais esclarecimentos informativos. Agora não só no sentido de melhor apresentação dos mostruarios como tambem pelo lado economico, todos os <stands> terão uma altura uniforme no limite mais ou menos de 1m, 20 de modo a dar melhor vista aos mostroários sem prejudicar uns aos outros.

Devo ainda esclarecer as immensas vantagens que esta Exposição proporcionará a todos os expositores do maior ao menor. Dado o grande numero de visitantes tanto do Rio Grande como mostroários de todos os nossos Estados assim como dos nossos visinhos Uruguayos e Argentina e estrangeiros de toda parte que nos honrarão com as suas visitas, fará com que a nossa propaganda e divulgação de nossos productos atinjam as maiores e mais immensas proporções cuja propaganda, nem os mais ricos dos industrialistas seriam capazes de fazer pelos centos de centos que a mesma custaria. Por isso, tanto o Governador do Estado como os dos Municipios os industrialistas não devem medir esforços porque todo e qualquer que se fizer para esta Exposição nada representará diante das immensas vantagens que lhes advirão. Pois, que outra oportunidade como esta se nunca tivemos igual não teremos na vida por que Exposições como esta só se fazem de cem em cem annos.

Agora não posso deixar de salientar com immensa satisfação o que representa para nós um grande estimulo o comparecimento de vários dos nossos Estados e dos nossos visinhos e amigos uruguayos a argentinos vindo abrilhantar nossa commemoração.¹⁸⁹

Portanto, no final da reunião o representante da comissão geral explanava para os industriais presentes a importância dos mesmos participarem desta exposição, pois as vantagens eram imensas, uma vez que seus produtos seriam expostos de maneira igual com os demais expositores. A grande Exposição do Centenário Farroupilha mexeu com o comércio de Passo Fundo, como se observa no anúncio de uma alfaiataria local, publicado em *O Nacional*:

Si V.S. vae á Exposição Farroupilha, mande confeccionar, com antecedencia o seu Terno e Sobretudo, na conhecida Alfaiataria Luz, que mantem o mais

¹⁸⁹ O Nacional, 3 jul. de 1935. p. 2.

variado sortimento das melhores casemiras. Preços ao alcance de todas as bolsas. RUA MORON, 1701 TELEFONE 184.¹⁹⁰

A mobilização foi grande por parte dos industriais passo-fundenses que iriam participar da Exposição Farroupilha, ao mesmo tempo que também ocorreu a mobilização das indústrias da região do Planalto Médio:

Devera ser hoje, a Viação Ferrea, parte do Municipio neste certamen, devendo o restante seguir, provavelmente, as 3 h. A remessa de hoje é calculada em um vagão de 23 toneladas, sendo que em Porto Alegre já se acham muitos productos, directamente enviados pelos expositores respectivos. Estão sendo esperados, aqui, em sua maior parte, os productos da colonia Sarandy, cuja remessa foi prejudicada pelo tempo. Do Maráu veío, hontem, boa remessa de productos, quasi todos de industria fabril.¹⁹¹

Os industriais passo-fundenses encaminharam, portanto, uma grande quantidade de produtos da indústria têxtil e da agricultura. Além disso, agregavam-se os produtos dos distritos de Sarandi e Marau. Por outro lado, os industriais ligados à pecuária e agricultura, queixavam-se de não ter havido mais tempo para que pudessem organizar-se melhor e, desse modo, representar o município de Passo Fundo com mais qualidade.

Nesse sentido, observamos em nota veiculada em *O Nacional*, sob o título “*Exposição Farroupilha*”, a qual destacava o seguinte:

Não devera causar estranheza, pois, que não possamos comparecer ao grande certamen estadual da plenitude das nossas forças, como o fariamos si mais tempo tivéssemos e impropria não fosse, como é, principalmente no ponto de vista da pecuaria e da agricultura, 2 data que, por motivo historico, foi escolhida para a imponente festa cívica, cultural e economica de que se trata. Não obstante, houve na organização do mostruario um persistente empenho de conseguir o mais que possivel fosse, sendo-se, para isso, desenvolvido esforço de que da idea o não pequeno conjuncto de productos reunidos em tão desfavoraveis condições. Compreendo o mostruario assim accumulado a industria extractiva a lavoura, o trabalho fabril e manual, a instrucção e a Historia, as duas ultimas em campo estreito, porque, em tão constringido tempo, não era possivel mais que isso. Quanto á pecuaria, as condições expostas obrigaram a deixal-a quasi totalmente de lado, apenas figurando com derivados, de vez que não se podiam enviar productos vivos e outros nesta quadra do anno. A respeito de tudo isso, porem o que foi remetido de Passo Fundo não deixará de attestar a opulencia da terra, dado o desenvolvimento que o mostruario apresenta no tocante as industrias extractiva e lactil e á agricultura, ramos em

¹⁹⁰ O Nacional, 17 ago. de 1935. p. 3.

¹⁹¹ O Nacional, 13 set. de 1935. p. 4.

que não são poucos os expositores, si bem que muitos sejam, na industria fabril, os productos dignos que não puderam concorrer devido a escassez de tempo. Na secção de agricultura, além de concurso representantes por numerosos expositores; a direcção do serviço organisou um mostruario da produção da lavoura passo-fundense, em parte collocado em vidros proprios, acompanhados de movel adequado para a respectiva installação na exposição; bem como preocupou-se em destacar com nitidez a importancia, que tinha o Municipio, no referente ás culturas do trigo, canna de assucar. milho, algodão, linho, seda e outros productos, trabalho este que não deixará de impressionar a todos aquelles que, ao corrente da economia do Estado e por ella interessados, examinareem e nosso mostruario do certamen a que é destinado. [...] E deverão se representar tambem, por suas matrizes, a fabrica de Pregos, de Hugo Gerdau e a S.A. Moinhos Riograndenses, que aqui têm filiaes, e cujos mostruarios sem duvida serão importantes.¹⁹²

Percebe-se por parte dos industriais do município de Passo Fundo a preocupação em não fazer feio na Exposição Farroupilha, já que queriam mostrar o crescimento de sua indústria, pecuária e agricultura. Entretanto, essa preocupação não era só dos industriais passo-fundenses, mas também da exposição de demonstrar ao Rio Grande do Sul e ao país o grau de progresso das indústrias, da agricultura, da criação, das suas artes e da ciência, nos pavilhões do Parque Farroupilha.¹⁹³

Sendo assim, em 20 de setembro de 1935, com a presença do presidente Getúlio Vargas, governadores de vários Estados e representações diplomáticas de países vizinhos e da Europa, a Exposição Farroupilha recebeu mais de 1 milhão de visitantes até seu encerramento em 15 de janeiro de 1936. A entrada na exposição era pelo Pórtico Monumental, com acesso às quatro avenidas de dezenas de pavilhões – da Indústria do Rio Grande e de entidades e empresas gaúchas; de sete Estados do Brasil e de vários países na área que concentrava os estrangeiros, com destaque para a Alemanha.¹⁹⁴ O governador Flores da Cunha, acompanhado do presidente Getúlio Vargas, inaugurou o Pavilhão Paulista e demais pavilhões do parque Farroupilha, conforme noticiou *O Nacional*:

Hoje á tarde, com a presença dos srs. Getulio Vargas, general Flores da Cunha, Secretario da Agricultura de São Paulo, far-se-á a inauguração do Pavilhão Paulista, na Exposição Farroupilha. Tambem será aberto o Pavilhão Cultural. A noite, realizar-se-á no Grande Hotel, um banquete que o governo do Estado oferece ao Presidente da Republica. - Tambem a Protectora do Turf realíza hoje grandes festejos, estabelecendo o pareo Farroupilha com um premio de

¹⁹² O Nacional, 16 set. de 1935. p. 4.

¹⁹³ ELIBIO JÚNIOR, op. cit., p. 352.

¹⁹⁴ SCHIRMER, op. cit., p. 140.

cincoenta contos ao vencedor. As corridas serão assistidas pelo sr. Getulio Vargas gal. Flores, governadores dos Estados que aqui se encontram e o mundo official.¹⁹⁵

Havia uma clara preocupação dos organizadores da exposição com a não participação do estado de São Paulo nas comemorações do centenário em Porto Alegre.¹⁹⁶ Ora, a relação dos políticos paulistas com os riograndenses há tempo encontrava-se desgastada, desde que a oligarquia paulista fora desalojada do poder em 1930 e também desde sua tentativa fracassada em derrubar o governo de Getúlio Vargas, em 1932. Por isso não havia tanto entusiasmo por parte de São Paulo em reconhecer os “avanços modernizadores do Rio Grande do Sul”.¹⁹⁷ Para Flores da Cunha, um dos objetivos da festa centenária era mostrar o crescimento industrial e econômico do Rio Grande do Sul e, assim, fortalecer sua liderança política à frente do governo do estado.

O município de Passo Fundo participou com o melhor da sua indústria, pecuária e sua agricultura mostrando durante a exposição do Centenário Farroupilha, a força de sua economia e, principalmente, o desenvolvimento do município que mais tarde ficaria conhecido como a capital do Planalto Médio, devido ao crescimento de sua indústria, tornando-se polo regional em diversas áreas.

¹⁹⁵ O Nacional, 23 set. de 1935. p. 1.

¹⁹⁶ ELIBIO JÚNIOR, op. cit., p. 349.

¹⁹⁷ Idem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar o governo de Flores da Cunha, no período em que governou o Estado do Rio Grande do Sul, entre 1930 e 1937, assim como sua relação política e administrativa com o município de Passo Fundo e a região Norte do Estado.

Ao assumir a interventoria do Estado, Flores da Cunha teria como premissa principal buscar maior autonomia política e econômica diante do governo federal, da mesma forma que apostava em uma política de industrialização que abrangesse todas as regiões do Estado do Rio Grande do Sul, ou seja, o estado não ficaria dependente somente da região sul, onde, sobretudo predominava a criação de gado.

Percebemos durante este estudo que o período analisado foi marcado por grande efervescência política, seja em nível nacional, regional ou local. Procuramos analisar a relação de poder entre Flores da Cunha e o chefe do governo federal, Getúlio Vargas, assim como sua atuação política e administrativa no governo do Estado. Flores da Cunha tornar-se-ia o porta-voz do governo federal no Estado, pois sua principal tarefa era unir os políticos membros da Frente Única Gaúcha (FUG) em torno da política centralizadora de Getúlio Vargas.

Quando propusemos analisar a atuação política e governamental de Flores da Cunha, estávamos cientes da importância deste trabalho, pois o período delimitado como objeto de pesquisa, 1930-1937, foi um período muito pouco estudado pela historiografia, quer seja em nível de país, quer seja em nível de Estado. Sabíamos que o material a ser utilizado não seria muito farto, por isso uma das ferramentas básicas que utilizamos em nosso estudo foram as leituras cuidadosas realizadas nas páginas envelhecidas do jornal *O Nacional* de Passo Fundo – editoriais, artigos e notas –, através das quais entendemos e detalhamos a conjuntura política da época e os principais embates e confrontos que estavam sendo travados na arena política local, regional e nacional.

Além disso, realizamos também uma minuciosa revisão bibliográfica que tratasse direta ou indiretamente do nosso objeto de pesquisa, que abordasse, portanto, as várias facetas de Flores da Cunha.

Flores da Cunha ganhou projeção nacional em virtude de ter participado de vários momentos cruciais de nossa história riograndense e nacional, como, por exemplo, nas Revoluções de 1923, 1930 e 1932, uma vez que em todas elas sua participação foi

determinante para o sucesso final. Buscamos também, através desse estudo, colaborar para o preenchimento de um certo vazio deixado pela historiografia, de um dos períodos mais agitados de nossa política.

Sendo assim, iniciamos nosso estudo analisando o contexto econômico e político da época, ou seja, partimos do rompimento do hegemonismo oligárquico paulista e mineiro e, sobretudo, da crise que afetou a oligarquia-cafeeira, tendo em vista a grande recessão de 1929, que ocorreu nos EUA, onde o sistema capitalista entrou em colapso. Na época, o Brasil era o grande exportador de café para os EUA. A crise econômica aliada à crise política que assolou o país foi determinante para a derrubada do governo de Washington Luiz. Esse governo não representava mais os interesses da nação e muito menos defendia a oligarquia-cafeeira, enfim, o governo encontrava-se acéfalo.

O chefe do governo provisório, Getúlio Vargas, ao nomear Flores da Cunha para interventor no Rio Grande do Sul, tinha por estratégia política atrelar a interventoria do Estado ao governo federal. A ideia de Getúlio Vargas não surtiu efeito, muito pelo contrário, Flores da Cunha tornou-se o principal defensor de um Estado cada vez mais autonomista, ou seja, a política centralista imposta pelo governo de Getúlio Vargas não era a mesma que o interventor federal defendia no Estado, pois Flores da Cunha era adepto do fortalecimento do governo regional prioritariamente.

A relação do interventor do Estado com o governo federal tornou-se um jogo de interesses de ambos os lados e, para que Getúlio Vargas pudesse contar com o apoio e sustentação de seu governo no Rio Grande do Sul, Flores da Cunha seria fundamental para os planos do chefe do governo provisório. Tal apoio, no entanto, teria um custo, ou seja, a saída foi usar da política chamada de “toma lá, dá cá”, em que o governo federal, para contar com o apoio de Flores da Cunha, começou a atender as várias demandas que há muito encontravam-se paradas por falta de recursos federais.

Constatamos que esse tipo de política era constante ainda anterior à Revolução Constitucionalista de 1932. O chefe do governo federal, sabendo do movimento que estava sendo organizado pela oligarquia paulista para voltar ao governo e ganhar apoiadores como Borges de Medeiros e outros integrantes da Frente Única Gaúcha, que defendiam que o país voltasse ao regime constitucional, sentindo-se ameaçado, tratou logo de garantir o apoio de Flores da Cunha antes que fosse tarde.

Nesse sentido, Getúlio Vargas agiu rápido, ou seja, destinou recursos e verbas para o Rio Grande do Sul, com o objetivo de manter Flores da Cunha como fiel escudeiro de seu

governo. Percebe-se que a relação entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas era uma relação centrada em conveniências e interesses de ambos. No momento em que Flores da Cunha emergia como a mais nova liderança política em nível nacional, tendo em vista sua boa articulação e relação com os demais Estados da federação, isso não agradou Getúlio Vargas. Ele tinha medo de que seu brilhantismo político fosse ofuscado e procurou logo “cortar as asas” de Flores da Cunha para que o mesmo não lhe fizesse sombra.

No entanto, com a instalação do Estado Novo em 1937, Flores da Cunha fugiu para o exílio no Uruguai, antes que fosse preso no Rio Grande do Sul a mando de Getúlio Vargas. No momento em que Getúlio Vargas observou que Flores da Cunha não fazia mais parte de seus planos políticos, o mesmo buscou eliminá-lo politicamente rapidamente.

Cabe lembrar que a decisão de Flores da Cunha em permanecer ao lado de Getúlio Vargas na Revolução Constitucionalista de 1932 não foi por acaso, pois, como já vimos anteriormente, o governo federal atendeu todas as demandas que há muito vinham sendo reivindicadas pelo Estado, além de liberar recursos para diversas obras que se encontravam paradas por falta de verbas do governo federal. Getúlio Vargas buscava se fortalecer à frente do governo provisório, através de sua política centralizadora e autoritária, pois queria ter o controle da maioria dos Estados da federação sob sua tutela. Por outro lado, no Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, à imagem e semelhança de Getúlio Vargas, defendia um Estado forte, autonomista e sob seu controle.

Com a eclosão da Revolução Constitucionalista de 1932, Flores da Cunha enfrentou forte oposição no Estado, pois havia uma grande dissidência de membros do seu Partido Republicano Riograndense (PRR), sobretudo de lideranças históricas como o caso de Borges de Medeiros, que aderiu ao movimento oligárquico paulista sob a máscara da volta ao regime constitucional. Engajaram-se também contra o governo federal membros do Partido Libertador (PL), liderados por Raul Pilla e demais lideranças ligada à Frente Única Gaúcha.

Buscamos aproximar o nosso objeto de pesquisa com o regional, tendo em vista que a política não acontece de maneira isolada como se fosse uma ilha, mas diretamente ligada com a interação do homem e da mulher no meio onde vive. Ou seja, tudo que gira em torno do contexto político local tem reflexo no regional e no nacional ou vice-versa. Sendo assim, Getúlio Vargas dependia do apoio de seu partido do Rio Grande do Sul para a política de seu governo, ao mesmo tempo que Flores da Cunha buscava maior apoio das lideranças

políticas locais, com o intuito de fortalecer-se politicamente diante do governo federal. Enfim, percebemos que ambos necessitavam de apoio de seus partidos locais e regionais.

Nesse sentido, Flores da Cunha dizia-se ser um homem de partido, porém, logo após a Revolução Constitucionalista de 1932, ele fundou o Partido Republicano Liberal (PRL). Flores da Cunha havia ficado rancoroso com os seus correligionários do PRR, por terem ficado ao lado do movimento paulista. Sendo assim, com o aval da ditadura getulista deu-se início a “caça às bruxas” no Estado, com repressão a correligionários e aliados, enviando-se muitos deles para o exílio e, por conseguinte, condenando-os a viver no mais puro isolamento.

Em Passo Fundo, os líderes do Partido Republicano Riograndense (PRR) local, deputado federal e ex-intendente do município, Nicolau de Araújo Vergueiro, assim como Sergio de Oliveira, membros da Frente Única Gaúcha, foram enviados como presos políticos para o Estado do Rio de Janeiro, em 1933. Ou seja, essa medida era o antídoto que o governo de Getúlio Vargas e Flores da Cunha encontraram para eliminar seus adversários políticos, sobretudo para os que optaram em apoiar o movimento paulista de 1932.

Flores da Cunha, com a criação do Partido Republicano Liberal (PRL), pretendia ter o controle absoluto da nova agremiação em suas mãos. Era, portanto, uma maneira de fortalecer seu poder político regional e nacionalmente, haja vista que o novo partido contava com o aval de Getúlio Vargas. Isso porque, com a dissidência que ocorreu no PRR, logo após a Revolução de 1932, fez-se necessário criar uma nova agremiação para garantir as conquistas de 1930. O primeiro desafio das urnas para o novo partido seriam as eleições de 1933, nas quais Flores da Cunha testaria o patrimônio eleitoral do novo partido. Com a máquina pública do governo nas mãos, Flores da Cunha investiu pesado nas candidaturas de seu partido, sendo que seus adversários tiveram suas candidaturas sob forte controle e perseguição por parte dos chefes políticos locais adeptos ao PRL. Também ocorreu o cerceamento dos jornais, a perseguição e o exílio das principais lideranças da FUG, ações essas que se constituíram medidas frequentes durante o governo de Flores da Cunha.

Enfim, nas eleições de 1933, o PRL obteve uma extraordinária votação sobre os seus principais adversários da FUG. Mais tarde, porém, com as eleições que aconteceram em 1934 e 1935, o PRL gradativamente começou baixar sua votação, tendo em vista o rompimento de Flores da Cunha com Getúlio Vargas, que culminou com sua ida para o exílio no Uruguai, em virtude da instalação da ditadura do Estado Novo em 1937.

O nosso estudo analisou a relação política e administrativa do governo de Flores da Cunha com o município de Passo Fundo e a região Norte do Rio Grande do Sul, através do qual foi possível observar que a relação de Flores da Cunha com a administração municipal de Passo Fundo nunca foi das melhores. Através de artigos veiculados no jornal *O Nacional*, algumas manifestações davam conta de que o governador Flores da Cunha tratava o município de Passo Fundo como terra inimiga.

A relação política e administrativa do município de Passo Fundo com o governo de Flores da Cunha teve início ainda durante a Revolução de 1930, quando partiram para frente de combate três tropas chefiadas pelos coronéis Quim César e Edmundo de Oliveira e pelo general João Rodrigues Menna Barreto. Engajaram-se nessa labuta os correligionários do PRR de Passo Fundo, Nicolau de Araújo Vergueiro, recém-eleito deputado federal na eleição de 30 e Henrique Scarpellini Ghezzi, recém-empossado intendente municipal de Passo Fundo.

Tal apoio fornecido pelo governo municipal de Passo Fundo para o movimento armado de 30, mais tarde seria lembrado e cobrado do governo do Estado, à contrapartida em melhorias para o município de Passo Fundo. A primeira reivindicação do município ao governo de Flores da Cunha foi a solicitação de uma linha aérea ligando Passo Fundo-Porto Alegre, voo esse que deveria ser realizado pela Viação Aérea Rio-Grandense (Varig). Tal reivindicação não foi atendida, ou seja, o sonho dos passo-fundense em ter uma linha aérea da Varig ligando o município de Passo Fundo a Porto Alegre só se concretizou a partir de 1942, quando, de fato, a empresa começou a sobrevoar os ares do município.

Além disso, outra perda sofrida pelo município de Passo Fundo, em virtude da ação direta de Flores da Cunha, foi o desligamento de Carazinho de Passo Fundo, em 1931, pela emancipação política e administrativa. Em mais uma queda de braço entre Nicolau Vergueiro e Flores da Cunha, cujo vitorioso foi o governador, pois atendeu uma reivindicação há muito cobrada pela população carazinhense.

Estranha-se essa relação hostil de Flores da Cunha com o município de Passo Fundo, haja vista que o PRR local foi aliado de primeira hora do governo federal e estadual. Também foi criado em Passo Fundo o PRL o Grêmio Nacionalista Flores da Cunha, órgão ligado ao Partido Republicano Liberal, estando sob o comando do Intendente municipal de Passo Fundo à época, Armando Annes, fiel admirador de Flores da Cunha por toda vida.

Em 1935, o município foi convidado pelo governo do Estado para participar da Exposição do Centenário Farroupilha, ou seja, o governo municipal atendeu ao

chamamento do governo do Estado e articulou com os industriais para que pudessem participar da feira expondo o melhor da indústria e da pecuária de Passo Fundo e região.

Enfim, buscamos através deste estudo analisar um dos períodos mais conturbados de nossa história política regional e nacional, no qual Flores da Cunha teve papel de protagonista no cenário político do RS e do Brasil. Cabe destacar que, através deste trabalho, queremos colaborar com a nossa historiografia e, principalmente, fornecer para os futuros pesquisadores mais uma ferramenta de estudo, que possibilite outras interpretações sobre o governo de Flores da Cunha no período de 1930-1937.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AITA, Carmen; AXT, Gunter. *Parlamentares gaúchos José Antônio Flores da Cunha: discursos (1909-1930)*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1998.

AMADO, Janaína. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: Silva, Marcos A. (Coord.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

AMARAL, Sandra Maria do. O Teatro do Poder: As elites políticas no Rio Grande do Sul na vigência do Estado Novo. 2005. *Tese* (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2005.

ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições & a revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

RIO GRANDE DO SUL. Palácio do Governo. Arquivo da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. *Relatório do governo Flores da Cunha*. Porto Alegre, 15 de abril de 1935.

BELLINTANI, Adriana. I. A Conspiração de Flores da Cunha Nos Bastidores do Estado Novo. *Dissertação de Mestrado*. Porto Alegre: PUC, 2001.

BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (Org.). *República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 4.

BORGES, Vavy Pacheco. *O Que é História*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CAGGIANI, Ivo. *Flores da Cunha*. Biografia. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

CAMARGO, Aspásia et all. *O golpe silencioso*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

CAMPOS, Derocina A. *Flores da Cunha X Getúlio Vargas*. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: PUCRS, 1995.

CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932 a causa paulista*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. *A Linguagem escravizada: língua, poder e luta de classes*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CAVALHEIRO, Maria Eloísa. Relações de poder no Estado Novo: uma permanência sui generis o caso Albino Hillebrand em Carazinho – RS. *Dissertação* (mestrado) – Universidade de Passo Fundo, 2003.

CORTÉS, Carlos E. *Política gaúcha (1930-1964)*. [Tradução Amy Caldwell de Farias]. Porto Alegre: PUCRS, 2007.

CUNHA, José Antônio Flores da. *Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982 (Perfis Parlamentares, 19).

DAMIAN, Heleno Alberto; DAMIAN, Marco Antonio Damian. *Páginas da belle époque passo-fundense*. Passo Fundo: Ed. Passografic, 2008.

DECCA, Edgar Salvadori de. *O Silêncio Dos Vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
ELMIR, Cláudio Pereira. Artigo apresentado no Seminário 'Dinâmica da Imprensa' em 11, 12 e 13 de setembro de 1994, promovido pelo Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa.

DECISÃO do tribunal de honra e outros documentos. (*O General Flores da Cunha e a Revolução Paulista*). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933.

FARIAS, Renato. Flores, Vargas e o PRL (1932-1937): registros da imprensa passo-fundense. *Dissertação* (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2011.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. São Paulo: Brasiliense.

FERREIRA, Mariluci Melo; SIQUEIRA, Rosimar Serena. (Artigo). DIEHL, Antônio. (Org.). *Passo Fundo: uma história, várias questões*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1988.

GEHM, Delma Rosendo. *Passo Fundo Através do Tempo*. Vol 2. Passo Fundo: Diário da Manhã, Gráfica e Editora, 1982.

GENRO, Tarso. (artigo). *Paisagem, espaço e política*. [s.l.], [s.d.].

JORNAL CORREIO DO POVO, de Porto Alegre – RS.

JORNAL O NACIONAL, de Passo Fundo – RS.

JUNIOR, Antônio Manoel Elíbio. A construção da liderança política de Flores da Cunha: governo, história e política (1930-1937). 2006. *Tese* (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

LECH, Osvandré et al. *Passo Fundo: memória e fotografia*. Passo Fundo: Pe. Berthier, 1999.

LOVE, Joseph. O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LUCA, Tânia Regina de. (Artigo). In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *História dos, nos e por meio dos periódicos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MAESTRI, Mário. *Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2010.

MAESTRI, Mário. *Ditadura e Democratização: da inserção na produção capitalista nacional à internacionalização neoliberal 1930-2002*. Passo Fundo: EdUPF, 2002.

MAESTRI, Mário. *O Rio Grande do Sul de Yeda não será mais o Rio Grande do Sul – parte 2*. O Nacional, Passo Fundo, p.12. 8 jul. 2008.

MULLER, Carlos Alves. *A História Econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Gazeta Mercantil, 1998.

O PARTIDO Republicano Liberal e o seu manifesto. Porto Alegre, [s.ed.], 1932.

PELLANDA, Nize. Flores da Cunha. Coleção Esses Gaúchos. Porto Alegre: Tchê RBS, 1986.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: a economia e o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PIMENTEL, Rodrigo. *Passo Fundo: muitas histórias, uma versão*. Passo Fundo: Clio Livros, 2005.

PRATES, Ana Maria da Rosa. A trajetória de Nicolau de Araújo Vergueiro na história política de Passo Fundo (RS). 2001. *Dissertação* (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2001.

RANGEL, Carlos R. R. O governo de Flores da Cunha. In: *REPÚBLICA: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos Editora, 2007.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. Crime e Castigo: Os Conflitos em torno do Assassinato de Waldemar Ripoll. 2000. *Dissertação* (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2000.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *História regional: dimensões teórico-conceituais. História: debates e tendências*, Passo Fundo: EDIUPF, V. 1, n. 1. 1999.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: UFRGS, 1993.

SCHIRMER, Lauro. *Flores da Cunha de Corpo Inteiro*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007.

SCHNEIDER, Regina Portella. *Flores da Cunha: o último gaúcho legendário*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1981.

SILVA, Hélio. *A Guerra Paulista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SODRÉ, Néelson Werneck. *A intentona comunista de 1935*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

SOUZA, José Pedro de; GARCIA, Clóvis Lema; CARVALHO, José Fraga Teixeira de. *Dicionário de política*. São Paulo: T. A. Queirões, 1998.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *A Década de 1930*. O Nacional, Passo Fundo, 19 e 20 de jun. de 2010. p. 5.

TRINDADE, Hélió. NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS/Sulina, 1991.

TRINDADE, Hélió; NOLL, Maria Izabel. *Subsídios para a história do Parlamento Gaúcho (1890-1937)*. Porto Alegre: CORAG, 2005.

TRINDADE. Hélió. NOLL. Maria Izabel. *Estatísticas Eleitorais do Rio Grande do Sul (1823-2002)*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

TRONCA, Ítalo. *Revolução de 30: a dominação oculta*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *Os liberais e a crise da República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ANEXOS

ANEXO A – Manifesto do general Flôres da Cunha

O GENERAL FLÔRES DA CUNHA AO RIO GRANDE DO SUL

“Nas almas mais afeitas a entesourar o desprezo da injustiça, ha crises de indignação que varrem violentamente as maiores reservas de indiferença”.

(Ruy Barbosa- Finanças e Politica)

Cessada a lucta fratricida, cujas deploraveis consequencias confrangeram todo o paiz, quero dirigir-me aos meus conterraneos e á nação, com a franqueza e lealdade de que sempre usei.

Não é a minha defeza, nem uma accusação áquelles de quem divergi. Atacado e censurado injustamente, em um momento de profunda confusão em todos os espiritos, guardei e guardarei no intimo de minha consciencia a tranquila certeza de ter agido de accôrdo com a dignidade pessoal e do cargo que occupo, em defeza dos interesses collectivos que me estavam confiados.

A todos os que tomámos parte nos dolorosos episodios que acabam de encerrar-se, o futuro julgará, quando o arrefecimento das paixões permittir um “veredictum” imparcial e definitivo.

Cumpre-me, porém, dar publico depoimento sobre factos e circumstancias que devem informar o juizo soberano da nação, em relação aos acontecimentos que tão gravemente affectaram a sua vida material e espiritual.

Dentre as questões que difficultaram a obra politica do Governo Provisorio, sem duvida o denominado “caso de São Paulo” avultou, pela delicadeza e complexidade dos interesses em conflicto. O Rio Grande, pela voz de seus partidos e de seu Governo, esteve sempre ao lado das aspirações do povo paulista. Innumeras vezes, em meu nome e no da Frente Unica, fiz sentir ao Chefe do Governo Provisorio a necessidade de dar ao caso de S.Paulo uma solução conforme aos desejos do povo daquelle grande Estado. Foi para alli mandado um interventor civil e paulista e, quando as forças politicas de S.Paulo organizaram uma administração correspondente aos seus sentimentos autonomistas, foi ainda o Interventor no Rio Grande, em telegramma divulgado pela imprensa, quem

offereceu ao Chefe do Governo todo o apoio moral e material, porventura preciso, para manter a solução politica, que o povo daquelle Estado pleiteára tão ardentemente.

Satisfeitas, assim, todas as aspirações de S.Paulo, respeitadas e prestigiadas as suas autoridades pelo Governo Provisorio, faz-se evidente que não mais subsistiam, contra este, motivos de lucta e de opposição, e que todos deveriam concorrer sinceramente para o restabelecimento da tranquillidade e da paz, necessarias para levar a bom termo a formidavel tarefa da reconstrucção nacional.

Foi o que, em dado momento, empreenderam as Frentes Unidas de Minas, S.Paulo e Rio Grande, procurando uma fórmula de levar a sua collaboração effectiva ao Governo, prestigiando-o e fortalecendo-o, por meio de um ministerio de concentração nacional, que lhe facilitasse a acção administrativa e o restabelecimento da ordem constitucional.

Dessa missão foi incumbido o sr. João Neves da Fontoura, que, como representante das forças politicas de Minas, S.Paulo e Rio Grande, teve varios entendimentos com o Chefe do Governo, ficando estabelecidos, entre outros, estes pontos essenciaes: o Ministerio da Justiça seria occupado por um representante da Frente Unica Riograndense, que orientaria a politica do Governo e promoveria a constitucionalização, no mais breve prazo possivel; as Frentes Unidas de Minas e S.Paulo indicariam representantes seus para os Ministerios da Educação e Agricultura; o Ministerio da Guerra seria occupado por um general completamente alheio a qualquer facção; a Chefatura de Policia do Districto Federal seria occupada por um magistrado, escolhido pelo Ministro da Justiça.

Essa fórmula de collaboração das Frentes Unidas e conciliação na politica nacional foi transmittida aos chefes da Frente Unica Riograndense, que na ultima reunião de Cachoeira a approvaram, fazendo ainda algumas exigencias, ás quaes o sr. Getulio Vargas acquiesceu.

Parecia, assim, conjurada a grave crise politica que durante tantos mezes desassoçára o paiz, entrando-lhe a vida economica e perturbando a acção do Governo.

A designação, porém, do substituto do general Leite de Castro causou o rompimento das negociações, que tão felizmente se ultimavam. A Frente Unica Riograndense julgou o novo titular da Guerra pessoa ligada á corrente extremista, e, em nota fornecida á imprensa, declarou insubsistentes as combinações realizadas.

Essa resolução - precipitada e injusta, pois o novo ministro dentro em breve demonstrou, por actos inequivocos, a elevada e imparcial orientação que se traçára - veiu reproduzir, já agora agravada pela irritação e descontentamento da opinião publica, a crise

política que todos ansiavam ver solucionada. Tudo fiz para evitar que assim se annullassem os esforços empregados para uma reconciliação geral da familia brasileira, comprehendendo, por indícios inequívocos, que desgraçadamente os sentimentos pessoais e as considerações de ordem secundaria começavam a influir nas deliberações de tão alta gravidade.

Dias depois, ainda me dirigi ao sr. Raul Pilla, no sentido de se fazer uma ultima tentativa para transpor o “impasse” creado. Propuz-lhe que a Frente Unica Riograndense indicasse o sr. João Neves da Fontoura para o Ministerio da Justiça, com o programma de constitucionalizar em breve prazo o paiz.

Não foi possível um desfecho util para essa derradeira tentativa. De facto, uma reconciliação da Frente Unica com o Governo Provisorio não estava mais nas cogitações de seus “leaders”, que começavam a articular elementos para a revolução.

Emquanto eu fazia sinceros, constantes e desinteressados esforços para vêr harmonizadas todas as correntes e preservada a ordem publica do Paiz, já tão sacrificada, os politicos de S.Paulo entravam em entendimento com os do Rio Grande e preparavam a insurreição. Sobre ella não fui ouvido, não assumi compromissos nem dei conselhos.

Enviado pela Frente Unica Paulista, veio occultamente a esta capital o sr. dr. Celidonio Filho, que combinou com os srs. Raul Pilla, Lindolpho Collor e Baptista Luzardo, o plano revolucionario. Sómente após o seu regresso, tive conhecimento, por terceiros, da missão desse representante paulista, com o qual nem mesmo o sr. Borges de Medeiros teve occasião de encontrar-se. Em nome do chefe republicano, ausente desta capital, e sem que eu tivesse o menor conhecimento do que se passava, os srs. Raul Pilla, Lindolpho Collor e Baptista Luzardo hypothecaram a S.Paulo o apoio dos partidos e do Governo do Rio Grande, para a rebellião que ia explodir.

Após o rompimento das negociações, em junho, os que architectaram a conjuração não me alludiram a ella, antes de mim a occultaram cuidadosamente, certos de que eu a reprovava e combateria. Asseguraram aos rebeldes paulistas um concurso que não dependia sómente dos partidos, mas principalmente do Governo riograndense e, sabendo ser eu infenso a um movimento armado, depois de tudo que o Governo Provisorio cedêra, apparentavam esperar que eu, á ultima hora, adherisse a uma revolução que não tinha por si a razão de um derradeiro e desesperado recurso, unica que justificaria a responsabilidade de ensanguentar e arruinar financeiramente o paiz.

O Codigo Eleitoral, ainda na gestão do illustre sr. Mauricio Cardoso, fôra decretado; fixada a data das eleições geraes para 3 de maio de 1933; creados os Tribunaes Eleitoraes, nomeados os seus membros e praticados outros actos necessarios á execução do alistamento. Não era admissivel que onze mezes antes da data das eleições, e depois dos actos solennes praticados pelo Governo para o alistamento, se deflagrasse uma revolução, com todos os seus horrores, sob o pretexto de que essas eleições não se realizariam.

Aos que preparavam o movimento sedicioso, o meu pensamento era bem conhecido. Tendo o Chefe do Governo indagado se, ante o rompimento das negociações, eu manteria a ordem no Estado, respondi-lhe que sim, principalmente se o Governo cotinuasse a praticar os actos necessarios para a reconstitucionalização. O meu telegramma de resposta foi assignado por todos os membros do Governo e dele tiveram conhecimento os chefes e “leaders” da Frente Unica.

Minha attitude, pois, era bem clara. Os que conspiraram não podia ter duvidas sobre ella, e tanto não as tinham que o occultaram de mim e de meus amigos, suppondo, injuriosamente, que eu fosse capaz de trahir o Governo de que era delegado, abandonando o cargo depois de deflagrada a revolução. Não desejo evocar para mim a prioridade, que talvez me caiba, de haver agitado a companha pela prompta constitucionalização de paiz. Reclamei-a, em discursos e em declarações á imprensa, reiteradamente, em termos claros, peremptorios, decisivos. Sempre entendi, e entendo ainda, que o Governo Provisorio tinha o dever de promover-a, o mais rapido que lhe fosse possivel. Desenvolvia eu os maiores esforços nesse sentido quando, em uma das minhas viagens ao Irapuasinho, commentou-se com o illustre dr. Borges de Medeiros a possibilidade de obtermos do Governo Provisorio a satisfação do justo e ardente anseio commum.

Por essa occasião já se faziam sentir os primeiros estremecimentos revolucionarios; e não faltava quem affirmasse que o venerando chefe republicano fizera seguir para Minas e para S.Paulo um emissario seu, com o fim, entre outros, de proceder á articulação de elementos que pudessem trazer eficiencia a um movimento armado.

Discutiui-se o assumpto, declarando o dr. Borges de Medeiros que, de facto, enviára áquelles Estados um emissario politico, não, porem, com autorização naquelle sentido. Reaffirmei nesse instante o meu pensamento, já anteriormente revelado. Declarei que não me parecia difficil encontrar uma fórmula conciliatoria para, harmonizando a politica do Estado com o federal, tomarmos o rumo da Constituinte.

S. Excia. não participava do mesmo optimismo. Frisou-me, antes, a sua descrença. E eu tive, então, oportunidade de dizer: “Estou convencido da possibilidade de se chegar a uma solução harmonica, de que sou partidario. Si, entretanto, as cousas se encaminharem para uma solução de violencia, nesse caso, mesmo contra a minha vontade, correrei a sorte de v. excia., do meu partido e do meu Estado. Mas, os seus amigos não hão de querer, seguramente, fazer de mim um homem degradado, um homem sem honra. Não exigirão, por certo, que eu, no exercicio das minhas funcções de Interventor, de delegado da confiança do sr. Getulio Vargas, vá abandonal-o na hora em que estiverem atirando nelle. Seria isso uma deslealdade, uma covardia, de que não julgo capaz nenhum dos meus patricios.”

Veremos, adeante, como e quando, tive conhecimento da revolução paulista.

As minhas ultimas viagens á Capital Federal robusteceram no meu espirito a convicção de que não estava longe a fórmula conciliatoria.

Quando o sr. João Neves da Fontoura, como representante autorizado das “Frentes Unidas”, negociava com o chefe do Governo Provisorio a formação de um ministerio de concentração nacional, o sr. Getulio Vargas offereceu-me a pasta da Justiça. afim de que, dalli, fosse eu dirigir os trabalhos necessarios para a restituição do paiz á normalidade constitucional. Dei meu assentimento ao convite, fazendo-o, porém, depender, para ser definitivo, das seguintes condições: 1) aprovação dos partidos rio-grandenses; 2) substituição do Ministro da Guerra; 3) nomeação para a Chefatura de Policia do Districto Federal de um magistrado e pessoa de absoluta confiança do futuro ministro da Justiça.

Regressando, em fins de junho, a este Estado, vi que as direcções dos partidos rio-grandenses davam por finda a representação do sr. João Neves da Fontoura. Um incontido espirito de violencia conturbava o animo do grupo que mais vivamente hostilisava a politica dictatorial. O pretexto para a cessação dos entendimentos com o Governo Provisorio fôra a escolha de actual titular da Guerra. Apontavam-no como um partidario do “tenentismo” nome sem credenciaes correspondentes ás altas responsabilidades do cargo.

Não preciso accentuar a precipitação e a injustiça do conceito assim formado, tão flagrantes que a evidencia do pretexto surge, inilludível.

O general Espirito Santo, feito ministro, dirigiu ao Exercito um vehemente appello, nobre pagina de civismo militar, onde transparecia a severa e equilibrada orientação que não mais abandonou. Além disso, a escolha dos generaes Vasconcellos e João Gomes, para

commando das regiões militares de S.Paulo e do Rio Grande do Sul, e o facto de fazer chefe de sei proprio gabinete ao chefe do Estado Maior do ex-commandante da 1 Região Militar, não deixavam duvidas quanto ao salutar criterio que o inspirava.

Mas, a Frente Unica Riograndense já a nada disso queria attender. O essencial era cortar as amarras que a prendiam á dictadura, afim de que só uma solução subsistisse, - a da revolução!.

O proprio sr. João Neves da Fontoura estava longe de esperar a deliberação com que foi surprehendido. Na mesma data em que o sr. general Leite de Castro viu acceto o seu pedido de demissão, o illustre “leader” gaúcho, em carta que me dirigiu e de que foi portador o dr. João Carlos Machado, tão convencido, estava da possibilidade de accordo com o Governo Provisorio, que não vacillou em suggerir-me alvitres para o bom exito das actividades que eu visse a exercer como ministro da Justiça.

A conspiração foi, soube-o depois, nun crescendo vertiginoso, fugindo, entretanto, os primeiros responsaveis a qualquer entendimento commigo, nesse sentido. A minha afflicção, a minha amargura, presentindo a marcha dos acontecimentos, augmentavam dia a dia, deixando-me prevêr catastrophes tremendas.

Ao ter conhecimento da refórma administrativa do general Bertholdo Klinger, e ante os rumores que se avolumavam, prenunciando a guerra, pedi a meu irmão, o coronel Francisco Flores da Cunha, que fosse ao dr. Borges de Medeiros dizer-lhe que a refórma do general Klinger facilmente provocaria abalos em Matto Grosso, em S.Paulo e mesmo aqui. Pedi lhe que fosse, sem tardança, procurar o chefe do partido republicano, scientificando-o das graves occorrencias do momento. E que o prevenisse da minha reacção no caso de ser eu avisado “em cima do laço”.

No dia de 9 de julho, ás 21 horas, mais ou menos, por um chamado do telegrapho, estação do Cattete, recebi uma communicação do dr. Pedro de Toledo, em resposta a uma interpeção minha, informando-me de que “corriam boatos alarmantes, mas que tudo estava em ordem”. Aos primeiros minutos do dia 10, recebia eu telegramma do dr. Borges de Medeiros, pedindo-me para dirigir o Rio Grande, no novo movimento armado!

Pouco depois, quando eu descia para o telegrapho do Palacio, afim de responder a esse telegramma, nos termos adeante publicados e remetter outro ao dr. Getulio Vargas, renunciando ao meu cargo, chegava communicação - do telegraphista do Palacio do Cattete - annunciando o levante em S.Paulo e a occupação do edificio dos Correios e Telegraphos.

O telegramma do dr. Borges de Medeiros veiu redigido nos seguintes termos:

“General Flores da Cunha. P.Alegre. Evocando nossos compromissos honra, vosso incomparavel civismo, edificante fidelidade republicana, consenti que vosso velho e dedicado amigo vos pondére, nesta hora grave, que entre a Dictadura e a sorte da Republica e do Rio Grande, não é licito hesitar. Si a paciencia fatigada e irritada dos Brasileiros alçar-se, em protesto armado, para reivindicar as liberdades confiscadas, tenho fé nas hesitareis assumir unica attitude compativel vosso passado e vossa gloria. Ficae com o Rio Grande e sêde o seu galhardo conductor na nova cruzada redemptora. Este é o meu voto ardente e o meu solenne appello, que breve ratificarei de viva voz. Abraços”. (A) Borges de Medeiros.

Eu não podia hesitar! Era um suicidio moral o que se exigia de mim. Foi a seguinte a minha resposta:

“Dr. Borges de Medeiros - Urgentissimo - Cachoeira. - Renuncio á gloria para ficar com a consciencia. Neste momento, ponho meu cargo mãos chefe governo provisorio. Aguardarei meu substituto. A ordem publica, enquanto eu fôr o Interventor, não será perturbada. Só depois de me matarem. No entanto, não irei contra o Rio Grande do Sul, que amo sobre todas as consas”. (A) Flores da Cunha.

Ao Sr. Getulio Vargas, no mesmo momento, assim me dirigi:

“Dr. Getulio Vargas - Urgentissimo - Rio. - Ante situação tormentosa acaba me ser creada e para manter intactos meus deveres de honta, deponho nas suas mãos cargo Interventor Federal neste Estado. Manter-me-ei no meu posto até empossar meu substituto, pedindo suas promptas providencias no sentido nomeação deste.

Cordeal abraço.” (A.)

Flores da Cunha.

Observem os homens altivos, bravos e leaes da minha terra a angustiosa situação que se creára para mim. Como poderia eu, naquella hora tragica, commetter a ignominia de uma traição afrontosa para o caracter de qualquer homem digno?

Aquelles momentos, de vivo soffrimento e de tumulto para o meu espirito, foram tambem de rapida analyse dos anteriores acontecimentos.

Nunca creei, ou pretendi crear dificuldades a quem quer que fosse. Quando tentei deixar a interventoria do Rio Grande do Sul, justamente desolado pelo entrechoque de

odios e de rancores que eu sentia, crepitantes, estimulando uma campanha de extermínio contra o Governo Provisorio - por que me impediram de o fazer, negando-me o direito de volver á humildade da minha vida de campo, longe dos egoismos avassaladores e das ambições insatisfeitas e perturbadoras? Por que só depois da eclosão do movimento a mim se dirigiram?

Quando concordei em assumir as graves responsabilidades da pasta da Justiça, afim de jogar a minha vida na campanha constitucionalista, da mesma fórmula vetaram os partidos rio-grandenses a minha retirada daqui, chegando, na conferencia de Cachoeira, os eminentes srs. Assis Brasil e Borges de Medeiros, á declaração do primeiro de que eu era “o mais capaz, no momento, de governar o Rio Grande do Sul” do segundo, de que eu “era, no momento, o unico capaz de governal-o”.

Frustrando ambas essas tentativas, um clamor commovente e que deveria attingir em cheio o meu coração, se elevou, em todas as direcções do Rio Grande do Sul.

Diz-me a consciencia que só mesmo a limpida lealdade, a invariavel sinceridade do meu pensamento e das minhas attitudes, poderiam despertar a confiança que inspiraram aquellas solicitações. A um homem capaz de trahições que deformariam horrivelmente a belleza moral das mais expressivas tradições rio-grandenses, nunca haveria de prestigiar esse povo galhardo e austero no julgamento dos cidadãos que se movem com grandes responsabilidades publicas.

Desde o momento em que se deliberou entregar-me o governo do Estado, e após a relutancia em que fui vencido, procurei agir com o mais decidido espirito de lealdade. E' notoria, mesmo, a condição por mim estabelecida, áquella época, segundo a qual fiz saber, por um amigo commum, que para tal fim viajou expressamente, ao Irapuasinho, que só accitaria o cargo de interventor no Rio Grande do Sul desde que o sr. dr. Borges de Medeiros se compromettesse a continuar na direcção effectiva da politica republicana e a não me faltar com os conselhos da sua experiencia, para a administração do Estado.

Esses sentimentos e esse procedimento não variaram, em circumstancia alguma posterior. Foi para mim ponto de honra governar com o maior respeito pelo mandato que me foi conferido, como pelos interesses da gente e da terra rio-grandense. De que attingi esse “desideratum” diz com eloquencia a affirmação, tantas vezes repetida, de que eu não fui apenas um interventor, mas um mandatario autorizado do Rio Grande do Sul.

Reagi contra a desordem, porque tambem essa attitude eu a sentia comprehendida naquelle mandato tacito. Evitei o sacrificio de miriades de vidas e preservei o Estado de um grave collapso economico.

A rebellião paulista não encontra fundamento historico, social ou politico que a justifique. Fóra das ambições e dos egoismos, dos desgostos e dos odios, por muito tempo recalcados e que a deflagraram, nada mais apparece como fonte de inspiração para o doloroso e sangrento desvario.

S. Paulo, na defesa de cujos sagrados interesses sempre estive, constituiu, num golpe de força, o governo que bem entendera; e, formado esse, fui tambem dos primeiros a tudo envidar para que permanecesse integral e victorioso e acatado pelo poder federal. A revolução não reflectia, assim, interesse do Estado, aspirações do seu povo, imperativos da sua economia. Não passava de habil e intelligente manobra da politicagem inescrupulosa, exaltando sentimentos respeitaveis das populações laboriosas e tomadas de surpresa na vertigem de intrigas com que, tumultuariamente, as envolveram.

A minha attitude, demais, não foi producto exclusivo de deliberações tomadas isoladamente.

Todos estarão lembrados do telegramma que dirigi ao Chefe do Governo Provisorio, em 27 de junho proximo passado. E' um documento redigido em termos concludentes e encerra graves compromissos. Antes de expedil-o, reuni os meus Secretarios de Estado e outros altos funcionarios, e nelle firmaram a sua conformidade os drs. Sinval Saldanha, Antunes Maciel e Francisco Rodolpho Simch, desembargador Florencio de Abreu, então chefe de Policia, coronel Claudino Nunes Pereira, então commandante geral da Brigada Militar doutor Joaquim Mauricio Cardoso, coronel Francisco Flores da Cunha major Alberto Bins e dr. Augusto Pestana.

Foram estes os seus termos:

(Observe-se a calligraphia do documento, que este foi escripto do proprio punho do dr. Sinval Saldanha, então Secretario do Interior.

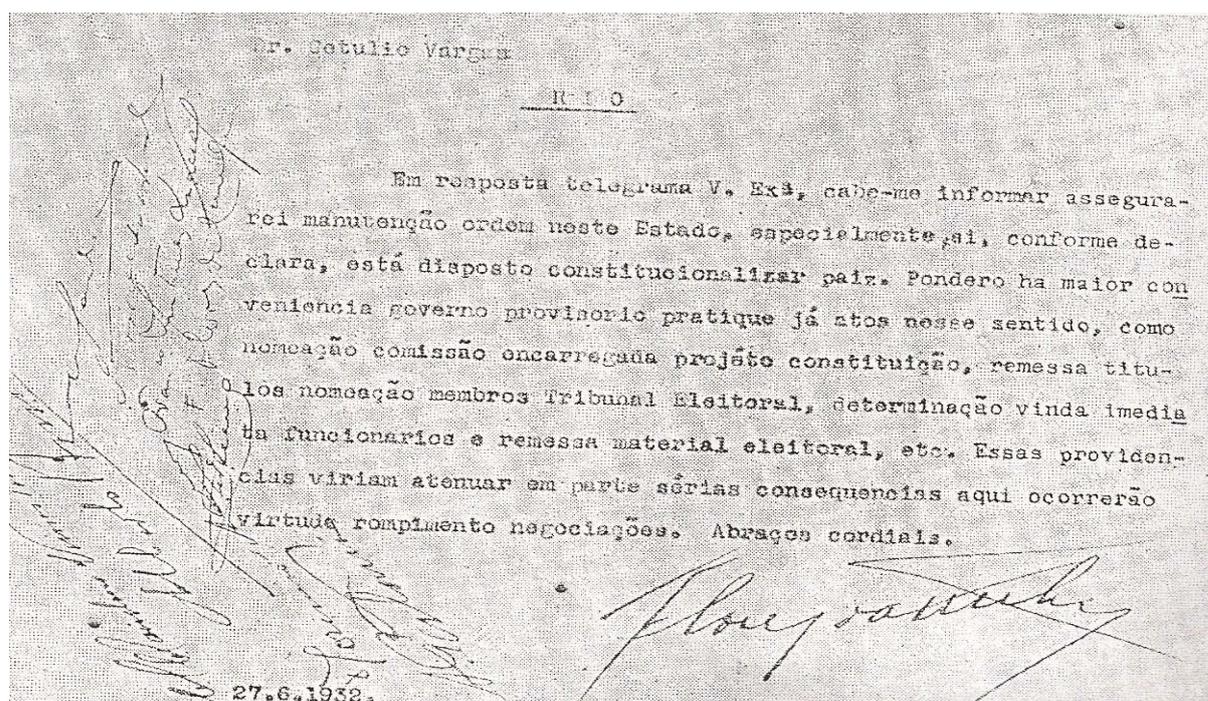
“Dr. Getulio Vargas - Rio. - Em resposta telegramma V. Exc., cabe-me informar assegurarei manutenção ordem neste Estado, especialmente se, conforme declara, está disposto constitucionalizar paiz. Pondero ha maior conveniencia Governo Provisorio pratique ja actos nesse sentido, como nomeação comissão encarregada projecto

constituição, remessa titulos nomeação membros tribunal eleitoral, determinação vinda imediata funcionarios e remessa material eleitoral, etc. Essas providencias viriam attenuar, em parte, serias consequencias aqui ocorrerão virtude rompimento negociações.

Abraços cordeaes.

Flores da Cunha.

Trata-se, como se vê, de um sério compromisso. As providencias tomadas pelo Governo Provisorio, no sentido de dar execução ás disposições do Codigo Eleitoral, foram varias e notorias, collocando os signatarios do telegramma na obrigação de tudo envidar para que a ordem não fosse alterada.



Dr. Getúlio Vargas

Em respeito telephonico T. B., cabe-me
informar acerca da manutenção e da
destinação, especialmente a, sempre
debe ser, este direito constitucional
paiz. Considero de maior importância
preços provisionais que se tem sentido
como remissão a respeito de projeto
constitucional, remissão material estrutural etc.
casos providenciais viriam atender
em parte de maior consequencia e
consequencia virtualmente repressivas.
Mas? cordiais.

Accusam-me de ter chegado, num determinado momento, a tomar medidas de caracter militar, pretendendo vêr ahi os primeiros passos da revolução que ensanguenta o paiz.

Nunca me esquivei á responsabilidade dos meus actos. E agora menos que nunca. De facto, distribui armas pelo Estado, cerca de tres mil, mas quando temia que não fosse dado a S. Paulo o governo civil, reclamado por elle e constituido depois, num impeto irresistivel da vontade popular.

Fiz mais. Prevendo congestionamentos futuros na rêde da Viação Ferrea, fiz construir onze desvios, na linha da Serra, e é prova disso a carta que transcrevo, do sr. dr. director geral da Viação Ferrea:

“Porto Alegre, 30 de setembro de 1932. - Exmo, Sr. General José Antonio Flores da Cunha, - Em virtude de solicitação verbal de V. Exa., informo que, effectivamente, no periodo de dezembro de 1931 a março do corrente anno, foram construidos, por ordem de V. Exa., 11 desvios de cruzamento na linha da Serra. Saudações attenciosas. (Ass.) Fernando Pereira, Director Geral.”

S. Paulo não teve, como se vê, mais ardente zelador da sua autonomia do que eu. Assim como tudo fiz para que lhe fosse dado um governo civil e paulista, de accordo com as suas legítimas aspirações, organizado este, como o secretariado que reflectia a média das aspirações populares, apresentei-me para, até de armas na mão, cooperar para a defesa desse governo.

No instante em que circulavam rumores de que a ordem seria perturbada em S. Paulo, com a intenção de pôr abaixo o seu governo, não hesitei em communicar-me com o seu interventor, indagando-lhe do que lá ocorria.

Tem-se alludido, por ahi, a um compromisso meu, decorrente das possíveis demissões, mezes atraz, dos Srs. General Francisco Ramos de Andrade Neves, do commando da 3 Região Militar, e do General Bertholdo Klinger, então chefe da circumscripção militar com séde em Matto Grosso. De facto, acceitei como “casus-belli”, para o Rio Grande, qualquer dessas demissões. Pela conservação do valoroso e illustre general Andrade Neves, puz na balança a minha situação politica; e foi, para mim, para os seus camaradas de classe e para o Rio Grande do Sul, causa de viva satisfação o seu regresso ao commando da 3 Região Militar.

Quando ao general Bertholdo Klinger, o ponto de vista em que me colloquei foi anterior ao officio em que se esse official superior se dirigiu ao ministro da Guerra, em termos que modificavam profundamente a situação anterior.

Eis o officio:

“Sr. General: A nomeação de V. Exa., neste momento nacional, para gestor dos negocios do Estado do Departamento do Exercito, desaponta por varios motivos, cada qual mais relevante, conforme lealmente passo a expor:

1º - Neste momento nacional, repito, em que a nação, notadamente o seu Exercito, espera actos governamentais claros, rectos e firmes, que, para melhor, traduzissem as escurezas, sinuosidades e frouxidões com que o governo tem enunciado e concretizado os seus propositos - eis que surge essa nomeação:

O antecessor de V. Exa. foi afastado, afinal, ao clamor suscitado pelo papel a que, desconhecedor do pessoal do Exercito e ultra-ambicioso, se prestava, sancionando todos os assaltos á disciplina interna e externa, ao sabor dos caprichos dum punhado de extremistas cada vez mais desvairados ante a repulsa ambiente. V. Exa. tem justamente por principal titulo para substituir semelhante ministro, sem escurecer os que poderia ter numa situação normal - o de vir apresentar-se presumivelmente, melhor ainda, ao mesmo papel.

Toda a gente está vendo que foi fiador disso o filho de V. Exa., capitão Dulcideo, extremista rubro de 1 hora.

2º - O Exercito desejaria saber se o seu ministro resistiria a uma inspecção de saude, dado o alquebramento total que os annos produzem, que, é de suppôr, já ha 9 passados, o levou a passar espontaneamente para a reserva. E somente “mens sana”.

3º - V. Exa. que, assim, não póde infundir confiança do ponto de vista de sua necessaria inteira posse de aptidão physica, tambem só inspira fundadas apprehensões sob o aspecto geral, pois que foi um dos signatarios e até passa por um inspirador da famosa nota circular duma commissão de syndicos nomeada, nos primeiros dias da revolução dominante, nota que convidava os officiaes á delação de seus camaradas.

4º - V. Exa. está ha longos annos afastado do serviço activo, como já lembrei, e nelle não attingiu ao generalato nem fez curso de Estado-Maior, de modo que jamais teve a responsabilidade e necessidade de cogitações de character de conjuncto sobre problemas do Exercito, mórmente em seu estreçamento com os demais problemas nacionaes. Assim, a sua nomeação nada mais é que a reedição, ha treze annos passados, daquella celebre invenção do ministro civil nas pastas militares, coisa para a qual até hoje o Exercito não tem a sua organização adaptada.

Em particular, V. Exa. estpa alheio a toda a evolução associada á presença da M. M. franceza entre nós.

Um civil ou um militar, que de militar apenas tem a lembrança e a pensão, embora esta já de bastante tempo majorada graças a um estranho chamado á actividade, semelhante detentor de pasta será, apenas, ministro na apparencia; o prestigio da autoridade, a disciplina soffrem fundo damno ante a evidencia que seus logares tenentes do gabinete é que vão dirigir os coroneis e os generaes chefes dos serviços, commandantes das grandes unidades.

5º - Esse mesmo prestigio da autoridade, inclusive a do governo, essa mesma disciplina sahem risiveis, senão deploravelmente claudicantes, deante da revelação surprehendente de que o governo não tem um general para ministro da Guerra, governo que, entretanto, discricionariamente, eliminou do serviço um rol de generaes e fez uma porção de generaes novos.

Nem dentre os que escaparam á grossa faxina, nem dentre os fabricados pela revolução, um não se salva para dizer no Exercito, a instituição mais combalida pela

revolução dominante, a palavra da revolução nacional. Saude e Fraternidade”. (A.) Bertholdo Klinge.

Como subordinar a minha attitude e a situação do meu Estado e da Republica ao tresloucamento de um militar que devêra ser, antes de tudo, cioso da disciplina e do respeito á hierarchia?

Como me julgar preso, unilateralmente, a todos os desatinos que elle pudesse commetter e que, de facto, tão levianamente commetteu?

Desse momento em deante poderia eu retomar a minha liberdade de acção e, com razões ainda melhores, quando o general Klinger, inesperadamente, se levantou em armas contra a autoridade do Governo Federal, solidario com a revolução paulista, que ninguem, nem facto algum justifica.

Chego ao termo desta explicação do meu procedimento, dada lealmente, com a mais limpida serenidade, aos meus dignos patricios.

Devo, e Deus sabe com que amargura o faço, accrescentar algumas palavras sobre a attitude tomada pelo venerando republicano dr. Borges de Medeiros.

Neste drama doloroso foi, talvez, esse, o incidente que mais fundamente me feriu. Na defesa do seu nome, do seu governo, do seu prestigio e do nosso glorioso partido, corri todos os riscos e nunca olhei sacrificios. Fiz da sua causa a minha causa, com extremos de quem pratica um culto religioso. Em 1923, quando os que foram agora seus companheiros contra mim, perconisaram a sua morte, sahi a campo por elle e pela sua autoridade, e só á Providencia devo o ter sahido com vida das asperas refregas. Não conheci fadigas, nem vacillações, nem perigos. Nem o corpo de um bravo e querido irmão, cahido na ponte de Ibirapuitan, deteve, por um momento, siquer, o cumprimento do meu dever.

Reagi, de coração apertado, contra a tentativa do grande cidadão, a quem, neste transe amargo, cerquei de todos os desvelos, devidos á sua alta e illustre personalidade.

Tendo podido desde logo, esmagar o insignificante grupo rebelde que em torno d'elle se formára, por quatro vezes fiz recuar as minhas forças, afim de poupal-o ao risco e ao dissabor de um desastre que, por ultimo, se tornou inevitavel.

Para preservar a ordem publica, vi-me na contingencia de destituir autoridades do Partido Libertador. A todas, porém, substitui por cidadãos dessa mesma corrente política.

Fui, possivelmente, o primeiro em propugnar a confraternização dos rio-grandenses. Não fôra a benignidade dos meus gestos, em 1923 e depois, e a Frente Unica nunca teria sido possivel.

Ainda agora, não serei eu que tente destruí-la. A outrem, que não a mim, fique a tarefa nefasta de desunir os nossos patricios.

Essa é a verdade dos factos.

Entrego aos meus concidadãos o julgamento da minha attitude, só inspirada pela lealdade, o bem publico e o amor á minha terra.

Porto Alegre, 30 de setembro de 1932.

Flôres da Cunha.

ANEXO B – Programa do Partido Republicano Liberal (PRL)

I

Forma republicana federativa, systema representativo, divisão, harmonia e interdependência de poderes.

Representação proporcional para cada Estado, na Camara dos Deputados; representação igual para cada Estado, na Camara dos Deputados; representação igual para todos os Estados, no Senado. Poder executivo exercido pelo Presidente da Republica, com auxilio de Ministros os quaes deverão comparecer às sessões de qualquer das casas do Congresso, para responder a interpelações nos casos previstos pela Constituição.

II

Sufragio universal, secreto e pelo systema proporcional, ou por outra modalidade, que assegure a verdade da eleição e a representação de todas as opinioes.

III

Autonomia dos Estados, que se regerão pelas constituições que adoptarem, respeitados os principios constitucionaes da União, que devem ser espressamente declarados na Constitucionaes da União, que devem ser expressamente declarados na Constituição Federal.

IV

Competencia privatiza dos Estados para decretar suas leis processuais civis, commerciaes e penaes.

V

Autonomia dos municípios que se regerão por suas leis organicas, observados os principios expressamente declarados nas Constituições da União e do Estado.

VI

Temporiedade dos mandatos electivos, fixação dos direitos, deveres, responsabilidades e representação dos funcionarios públicos.

VII

Organização da Justiça estadual, tendendo a gratuidade sob a base de concurso para a primeira investidura, acesso em parte por merecimento técnico –funcional, em parte por antiguidade; vitaliciedade, inamovibilidade, irredutibilidade de vencimentos, renovação dos quadros por limitação de idade.

VIII

Organização de uma Justiça Eleitoral que assegure o perfeito funcionamento do registro representativo.

IX

Adopção do plebiscito e do referendun, para questões de transcendente importância social e política, nos casos previstos pela Constituição.

X

Regulamento do exercício das profissões.

POLITICA ECONOMICA E FINANCEIRA**XI**

Exacta discriminação das rendas e competência fiscal da União, dos Estados e dos Municípios.

XII

Equilíbrio orçamentário e da balança externa de contas da União, dos Estados e dos Municípios e propugnação por medidas tendentes a estabilizar a moeda e realizar a circulação metálica.

XIII

Abolição dos impostos de exportação e de transmissão de propriedade inter-vivos.

XIV

Proteção racional as industrias que no paiz encontrem elementos e condições de viabilidade e resistência econômica.

XV

Credito hypothecario agrícola e pecuario; credito movel industrial, credito em cooperação para a pequena lavoura e criação.

XVI

Socialização gradual de todos os serviços publicos ou de interesse colectivo que o comportem technica e economicamente, com exploração directa ou não.

XVII

Regulamentação dos regimes de aproveitamento de energias hydraulicas de qualquer especie e reserva das usinas de notavel interesse economico ou militar, para a propriedade do poder publico. Adopção de organização que atendam ao problema das habitações para as classes menos favorecidas, proporcionando facilidades de aquisição.

XVIII

Redução gradual dos impostos sobre a produção agricola, pecuaria, mineira e machinofatureira e sua substituição por impostos directos e progressivos sobre a renda, heranças, legados, doações e terras praticamente desaproveitadas.

POLITICA SOCIAL**XIX**

Equiparação dos jornaleiros operarios do Estado aos funcionamentos de quadro.

XX

Pensões, aposentadorias, seguros e assistencia medica aos funcionarios publicos e suas famílias.

XXI

Creação de Conselhos Technicos Consultivos:

- 1) para elaboração de projetos destinados ao estudo e aprovação das Câmaras e tendentes a racionalização da circulação;
- 2) para organização de planos organicos e articulados, tendo por fim a criação e fomento de todas as actividades que interessem ao bem estar social;
- 3) para o estudo das condições de intercambio com outros Estados e com o estrangeiro;
- 4) para estímulo, selecção e nacionalisação de correntes imigratorias e exame do problema das populações fluctuantes;
- 5) para a racionalização e desdobramento dos meios de transporte.

XXII

Seguros sociaes contra a invalidez, accidentes no trabalho, molestias, velhice, desoccupação occasional e não procurada e morte.

XXIII

Desenvolvimento da assitencia social, especialmente a hospitalar e de amparo a infancia e à maternidade.

XXIV

Regimen de oito horas, no maximo, para trabalho machinofatureiro, commercial, agricola e mineiro, sua gradual reduçção a medida efficiencia maior dos processos de producção; restricção dos trabalhos nocturnos; limitação dos turnos para as lactantes, com adopção obrigatória de medidas de protecção à sua saude; interrupção dos turnos para menores entre 14 e 18 annos; prohibição de trabalho machinofatureiro e mineiro aos menores de 14 annos.

XXV

Reconhecimento das associações profissionaes, regulares e estáveis, inclusive as de profissões liberaes, criação de tribunaes e assessorados para a solução de conflictos entre patrões e operarios, clientes e profissionaes.

XXVI

Applicação crescente das rendas publicas ao desenvolvimento do ensino em todos os seus graus. Ensino primario gratuito, leigo, vocacional e integral e obrigatório onde for possível.

Organização e estímulo do ensino técnico-profissional. Ensino secundário intermédio e superior mantido pelo Estado e apenas sujeito a taxas módicas de assistência social, de modo a ser acessível a todos. Incremento do regime universitário.